

**Pesquisa Nacional Caracterização
das práticas educativas com
crianças de 0 a 6 anos de idade
residentes em área rural - 2012**



Mapeamento e análise das realidades investigadas na região nordeste

**VOLUME 2
região nordeste**

**Pesquisa Nacional Caracterização
das práticas educativas com
crianças de 0 a 6 anos de idade
residentes em área rural - 2012**

**Mapeamento e análise das
realidades investigadas na
região nordeste**

**VOLUME 2
região nordeste**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

DIRETORIA DE CURRÍCULOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL

COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Coordenação da Pesquisa

Coordenação Geral:

Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Coordenação Adjunta:

Ana Paula Soares da Silva (USP/Ribeirão Preto)

Jaqueline Pasuch (UNEMAT/SINOP)

Coordenações Regionais

Coordenador Região Norte:

Maria Natalina Mendes Freitas (UFPA)

Coordenador Adjunto Região Norte:

Leandro Passarinho Reis Júnior (UFPA)

Coordenador Região Nordeste:

Fernanda de Lourdes Almeida Leal (UFCEG)

Coordenador Adjunto Região Nordeste:

Fabiana Ramos (UFCEG)

Coordenador Região Centro-Oeste:

Jaqueline Pasuch (UNEMAT/SINOP)

Coordenador Adjunto Região Centro-Oeste:

Tânia Mara Dornellas dos Santos (CONTAG)

Coordenador Região Sudeste:

Isabel de Oliveira e Silva (UFMG)

Coordenador Adjunto Região Sudeste:

Iza Rodrigues da Luz (UFMG)

Coordenador Região Sul:

Simone Santos de Albuquerque (UFRGS)

Coordenador Adjunto Região Sul:

Cynthia Votto Fernandes (UFRGS)

Consultoria

Elsa Cristina de Mundstock (Estatística/UFRGS)

Fúlvia Rosemberg (Educação Infantil - Metodologia/PUCSP - FCC)

Ivaldo Gehlen (Sociologia Rural - Metodologia/UFRGS)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
PARTE 1.....	9
1. A EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREA RURAL NO BRASIL: ELEMENTOS CONCEITUAIS E NORMATIVOS	9
2. QUESTÕES ÉTICAS E METODOLÓGICAS DOS ESTUDOS QUALITATIVOS	21
2.1. Questões éticas da pesquisa	21
2.2. Processo metodológico dos estudos qualitativos das cinco regiões do país	23
2.2.1 Os instrumentos da pesquisa	30
2.2.3. A coleta de dados	30
2.3. Processo Metodológico de Análise de dados.....	31
PARTE 2.....	35
3. ESTUDOS QUALITATIVOS REALIZADOS NO NORDESTE DO BRASIL.....	35
3.1. Desenvolvimento dos estudos qualitativos na região Nordeste	39
3.2. Breve caracterização dos municípios pesquisados	42
4. DIMENSÃO PEDAGÓGICA EM SISTEMAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO NORDESTE DO BRASIL.....	47
4.1. Oferta e demanda	48
4.2. Dimensão pedagógica	50
4.2.1. Rotina com as crianças e das crianças.....	55
4.2.2. Materiais pedagógicos disponíveis	60
4.2.3. Infraestrutura das escolas.....	62
4.2.4. Relação escola-família-comunidade	67
4.2.5. Professores.....	71
4.2.6. Legislação	75
4.2.7. Transporte.....	76

CONSIDERAÇÕES FINAIS: APONTAMENTOS PARA A POLÍTICA	80
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES	92

APRESENTAÇÃO

Este relatório sistematiza os resultados da Ação 3, da Pesquisa Nacional *Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural* (MEC-SEB/UFRGS). A referida pesquisa objetivou conhecer a oferta do poder público, bem como as demandas e vozes dos movimentos sociais e sindicais, famílias usuárias e não usuárias de crianças residentes em área rural no que diz respeito à Educação Infantil. Ela foi desenvolvida através das seguintes ações: Ação 1 - pesquisa bibliográfica da produção acadêmica nacional sobre Educação Infantil das crianças residentes em área rural (1996-2011); Ação 2 – estudo quantitativo de dados secundários e estudo das condições de oferta da Educação Infantil das crianças de área rural por meio do envio de questionários a 1130 municípios; Ação 3 - coleta de dados qualitativos em 30 municípios, localizados nas cinco regiões geográficas do país; e, Ação 4 – produção de um livro com os resultados dos estudos realizados.

Como foi dito, os estudos qualitativos que compõem a Ação 3 foram realizados em 30 municípios do Brasil, localizados em suas cinco regiões. Em cada região foram realizados seis estudos. Para reunir os dados da Ação 3, os referidos estudos foram organizados por região e sistematizados em volumes, assim distribuídos:

Volume 1 – Região Norte
Volume 2 - Região Nordeste
Volume 3 - Região Sudeste
Volume 4 - Região Sul
Volume 5 – Região Centro-Oeste

Neste relatório estão expressos os dados referentes aos estudos qualitativos realizados na Região Nordeste. Sua estrutura contempla duas partes. Na parte 1, figuram dois capítulos: o capítulo 1, destinado a apresentar elementos conceituais e normativos referentes à Educação Infantil para crianças residentes em área rural no Brasil; e o capítulo 2, que se ocupa de exibir aspectos éticos e metodológicos da pesquisa. Na parte 2 deste relatório, encontram-se uma caracterização dos municípios pesquisados – capítulo 3 -, bem como uma análise descritiva dos dados obtidos nos estudos realizados – capítulo 4.

As Considerações Finais se destinam, sobretudo, a indicar apontamentos para a política de Educação Infantil para crianças residentes em área rural, a partir da análise dos dados coletados.

PARTE 1

1 | A EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREA RURAL NO BRASIL: ELEMENTOS CONCEITUAIS E NORMATIVOS

Conforme demonstram os estudos sobre a história das políticas para a infância, somente na década de 1980 é que se iniciam, de forma mais sistemática, políticas públicas voltadas para os bebês e crianças, sendo que os desdobramentos da intensa mobilização que envolveu diferentes segmentos da sociedade civil podem ser encontrados na Constituição Federal de 1988 (CRAIDY, 1994).

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) tornou-se um marco histórico na redefinição doutrinária e no lançamento dos princípios de implantação de novas políticas para a criança de 0 a 6 anos, afirmando os seus direitos, entre eles o direito à Educação. No capítulo dedicado aos Direitos Sociais, determina:

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
[...]; Inciso XXV – Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até aos seis anos de idade em creches e pré-escolas.
(BRASIL, 1988)

No capítulo dedicado à Educação, define:

Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
[...]; Inciso IV – Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade. (BRASIL, 1988)

Os direitos das crianças são definidos, de forma mais abrangente, no Art. 227:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Oliveira (1999), ao analisar a declaração do Direito à Educação na Constituição de 1988, destaca o fato de, pela primeira vez, terem sido explicitados os direitos sociais e, dentro destes, em primazia, a educação. Em relação à Educação Infantil, o autor destaca o fato de ter-se estendido o Direito à Educação a essa faixa etária, abrindo-se a possibilidade de considerá-la como parte da educação “básica”. Ressalta o avanço em relação ao texto da constituição anterior, no qual a Educação Infantil era “livre”, pois, com a possibilidade de incorporação deste nível de ensino ao sistema regular, exigiu-se sua regulamentação e normatização na legislação educacional complementar. A concepção de creches e pré-escolas, conseqüentemente, também mudou, pois estas passaram a ser entendidas como instituições educativas e não de assistência social (LUZ, 2006).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, aprovado no ano de 1990 – Lei 8.069 (BRASIL, 1990) ratificou os direitos assegurados pela Constituição e normatizou a proteção integral destes sujeitos. Reafirmou o dever do Estado de assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos (capítulo IV, Art. 54, inc. IV), assim como determinou ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular do atendimento (capítulo VII, Art. 208, inc. III).

O direito à educação e mais especificamente à Educação Infantil foi normatizado pela Lei 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, no ano de 1996 (BRASIL, 1996). A LDB contempla, pela primeira vez, o direito à Educação Infantil como responsabilidade do setor educacional. Definiu, em suas disposições transitórias, o prazo de três anos, a partir da publicação, para a integração ao sistema regular de ensino de todas as creches e pré-escolas existentes e das que viessem a ser criadas. A responsabilidade do Estado em relação à Educação Infantil foi explicitada no seguinte artigo:

Art. 4º O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
[...]; IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade. (BRASIL, 1996)

Em seção específica – Seção II – Da Educação Infantil – encontramos, na LDB, definição de sua finalidade, dos tipos de oferta e do formato e objetivos da avaliação:

Art. 29. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A Educação Infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental. (BRASIL, 1996).

No que se refere ao aspecto legal, é importante acentuar a recente inclusão das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental. O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução nº 3, de 3 de agosto de 2005, definiu a obrigatoriedade da matrícula das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, ampliando a duração deste para 9 anos. Na mesma Resolução, redefiniu a nomenclatura das instituições de Educação Infantil da seguinte forma: creche, para as crianças de até 3 anos, e pré-escola, para as crianças de 4 e 5 anos. Já no Ensino Fundamental, os anos iniciais passaram a contemplar a faixa etária de 6 a 10 anos e os anos finais, a faixa etária de 11 a 14 anos. Essas modificações foram ratificadas por meio da Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que alterou os Arts. 29, 30, 32 e 87 da LDB, evidenciando a duração do Ensino Fundamental de nove anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos. Conforme essa lei, os municípios, os estados e o Distrito Federal tinham o prazo até 2010 para implantar as mudanças.

No ano de 2009, houve uma nova mudança na Educação Básica com a aprovação da Emenda Constitucional 59, que tornou obrigatória a educação para a faixa etária dos 4 aos 17 anos, sendo o ano de 2016 o prazo para os sistemas de educação se adaptarem às novas regras. Desse modo, a matrícula das crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil deixará de ser uma escolha das famílias.

Após essas mudanças, no ano de 2010, o Conselho Nacional de Educação publicou, por meio da Resolução nº 6, as Diretrizes Operacionais para matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil (BRASIL, 2010). Estas diretrizes vieram normatizar a idade das crianças em cada etapa, de modo a evitar a matrícula precoce no Ensino Fundamental. Definiu-se que, para o ingresso na pré-escola, a criança deverá ter a idade de 4 anos completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula e para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, 6 anos completos até essa data. As que completarem esta idade após o dia 31 de março deverão ser matriculadas na pré-escola.

No que se refere à formação dos profissionais da área de Educação Infantil, a LDB determina a formação em nível superior, entretanto admite, conforme o Art. 62, que a formação mínima seja a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. Nas disposições transitórias, Art. 87, parágrafo 4º, havia a definição de que até o fim da Década da Educação, em 2007, os professores deveriam ter nível superior ou ser formados por treinamento em serviço. As Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), em consonância com esta normatização, estabeleceram que a formação inicial em nível superior para o exercício da docência na Educação Infantil é responsabilidade desses cursos.

Cury (1998) assinala o fato de a Constituição ter especificado com clareza a competência dos municípios no tocante à Educação Infantil, visto que são eles que devem manter, com a cooperação técnica e financeira da União e dos estados, programas de Educação Pré-Escolar. Destaca, ainda, que esse regime de cooperação deve ser cumprido fielmente para que não haja discordâncias entre estados e municípios. Nesse sentido, a redação diferenciada trazida, pela emenda 14, ao Art. 211 da Constituição reforça o fato dos municípios não serem os únicos responsáveis pela Educação Infantil. A LDB esclarece que compete aos estados e ao Distrito Federal a atuação prioritária no Ensino Médio e aos sistemas municipais, a atuação prioritária na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus artigos 53, 54 e 71, reforça, além do fato do direito à Educação Infantil se constituir em dever do Estado, também o regime de colaboração, com prioridade para os municípios. O referido autor destaca ainda a inovação da Constituição quanto a esse novo papel dos municípios, pois rompe com um caráter dualista, que esteve presente nas

outras constituições desde 1891, quando havia, de um lado, a União e, de outro, os estados, e, nesses últimos, os municípios, em um processo de hierarquização. Com o texto de 1988 cada ente tem seu âmbito de competência e de aplicabilidade, mas isto só é viável sob a figura da mútua complementação e colaboração (LUZ, 2006).

A oferta de Educação Infantil para os bebês e crianças residentes em área rural, já assegurada e normatizada pelos documentos acima, evidencia-se, então, como uma responsabilidade direta dos municípios, que devem ser auxiliados nesta oferta pelos estados e pela União. Apesar dos avanços históricos e teóricos construídos pela Educação Infantil nas últimas décadas, a produção tem uma lacuna profunda no que se refere às especificidades dos bebês e crianças residentes em áreas rurais. Por outro lado, a construção e o fortalecimento da área da Educação do Campo também não refletem, em sua produção, as especificidades dos bebês e crianças pequenas. Diante deste cenário, Silva, Pasuch e Silva (2012, p. 37) afirmam:

Um dos grandes desafios na garantia do direito à Educação Infantil dos bebês e crianças do campo é articular os princípios orientadores da Educação Infantil como um todo às formas como é feito seu atendimento nas diferentes modalidades territoriais. Se os princípios são os mesmos para todas as crianças de nosso país, moradoras da cidade e do campo, como meio de garantir igualdade de direitos e um atendimento com qualidade, as formas de sua implantação nos diferentes contextos necessitam estar organicamente vinculadas à realidade e à dinâmica das crianças e das famílias, no nosso caso, moradoras nas áreas rurais.

As autoras asseveram ainda que enfrentar esta questão é uma tarefa necessária, urgente e estratégica no âmbito do sistema de educação formal, como um passo importante para colaborar na construção da identidade da Educação Infantil do campo, evitando que políticas de flexibilização necessárias para o campo sejam utilizadas como justificativas para precarização e redução dos custos de atendimento (SILVA, PASUCH e SILVA, 2012, p. 37). A construção da identidade da Educação Infantil do campo deve também considerar, especialmente, alguns aspectos presentes nos documentos que normatizam a Educação do Campo e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2009), que já fazem referência às especificidades desse tipo de oferta.

No Art. 5º das DCNEI, a Educação Infantil é definida como primeira etapa da Educação Básica, sendo as creches e pré-escolas caracterizadas:

como espaços institucionais não domésticos que se constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2009)

No 3º do Art. 8º das DCNEI (BRASIL, 2009), estão explícitas indicações para as propostas pedagógicas das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras e povos da floresta:

- I - reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;
- II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;
- III - flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;
- IV - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;
- V - prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

Estas indicações alinham-se às Diretrizes Operacionais e Complementares da Educação do Campo no nosso país, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, respectivamente, nos anos de 2002 e 2008 (BRASIL, 2002 e 2008). Esses documentos, que resultam da luta dos movimentos sociais e sindicais do campo pelo reconhecimento e valorização dos direitos dessa população, apresentam uma proposta de educação que se vincula aos modos de vida no campo e à defesa de um modelo de sociedade que se pautem em práticas sustentáveis na relação com a natureza.

As indicações dessas diretrizes foram discutidas e enriquecidas no texto Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo (SILVA E PASUCH, 2010). No texto, as autoras explicitam a inexistência de estudos e reflexões sobre a Educação Infantil do Campo, conclamando os que estão envolvidos com a educação das crianças pequenas a auxiliarem na construção de práticas pedagógicas que contemplem as especificidades das crianças e das infâncias do campo. Ao se referirem à organização das experiências cotidianas das crianças, as autoras afirmam:

Ler histórias e contar histórias embaixo de árvores, em redes e varandas, tecer um tapete colorido com as crianças, forrar o chão com folhagens e materiais que construam um cantinho aconchegante para o envolvimento das crianças nas atividades, realizar um almoço em situação ao ar livre, garantir o banho de sol dos bebês, garantir janelas em altura que permita às crianças, mesmo as bem pequenas, a visibilidade para a área externa, aproveitar uma bica ou encanar a água em um chuveirão ou torneira (os bebês adoram brincar com água!), organizar hortas e viveiros, pesquisar os arredores da creche/pré-escola, são situações que cotidianamente podem fazer do espaço externo o maior cenário das práticas com as crianças. (SILVA e PASUCH, 2010, p. 9).

As autoras evidenciam a relevância dos espaços e materiais na construção de práticas pedagógicas que contemplem as especificidades das crianças do campo. Estas orientações se articulam a alguns elementos das diretrizes que tratam diretamente das condições concretas de oferta. O direito dos bebês e crianças residentes em área rural à Educação Infantil foi ratificado pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), conforme disposto no Art. 6º:

O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e os municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos estados garantir as condições necessárias para o acesso ao ensino médio e Educação Profissional de Nível Técnico.

Destaca-se a menção ao regime de colaboração que coloca como responsáveis por esta oferta todos os entes federados. Outros parâmetros importantes estão presentes no Art. 3º das Diretrizes Complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2008):

A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

1º Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades.

2º Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

Considerando a centralidade do transporte escolar quando se trata da oferta da Educação Infantil às crianças residentes em área rural, destacamos alguns elementos sobre a temática. O primeiro deles é explicitar que o direito das crianças ao acesso às unidades de ensino está assegurado na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 206, inciso I, complementado pelo Art. 208, inciso VII, que garante, entre outros benefícios, o transporte gratuito para os estudantes.

O transporte escolar como programa complementar foi também instituído no Art. 54, inc. VII do ECA e no Art. 4º, inc. VIII da LDB, sendo, portanto, um dever do Estado. Desta forma, para assegurar o direito à educação, o Estado deve também oferecer condições de acesso e permanência nas instituições escolares, estando o transporte incluído na garantia deste direito. No entanto não há, até o momento, uma normatização específica sobre o transporte para as crianças da Educação Infantil.

Silva, Pasuch e Silva (2012) assinalam esta ausência e destacam a centralidade do transporte na organização pedagógica da Educação Infantil do campo, tendo em vista que o espaço rural é caracterizado pelas longas distâncias, estradas de terra ou leitos de rios. Deste modo, o próprio caminho para a escola pode ser caracterizado como uma especificidade desta Educação e o modo como é realizado o transporte repercute na qualidade da educação, uma vez que gera impactos na educação da criança, na prática pedagógica, na organização dos espaços e tempos.

Conforme informações disponíveis no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o Ministério da Educação - MEC executa atualmente dois programas voltados ao transporte de estudantes: o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), que visam a atender a alunos moradores da zona rural.

O Caminho da Escola, criado em 2007, consiste na concessão de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas. O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), que foi criado em 2004 e ampliado em 2009, por meio da Lei no 11.947, consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com

reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

O FNDE possui duas cartilhas voltadas para o transporte escolar rural, também disponíveis no próprio site. A primeira visa a orientar as ações de planejamento e implementação e a segunda apresenta informações sobre a regulação deste tipo de transporte. Ressalta-se, entretanto, que a cartilha de regulação, quando se refere ao direito ao transporte, elenca especificamente os alunos do Ensino Fundamental. A cartilha traz orientações relevantes quanto às condições de segurança e manutenção dos veículos, tempo de deslocamento, periodicidade, necessidade de monitor – adulto responsável pelo embarque e desembarque das crianças e pela verificação das condições de segurança durante o trajeto –, forma de execução do transporte escolar e informações sobre a contratação via licitação.

Após estas considerações sobre o transporte, ressalta-se que o conjunto dos instrumentos normativos indica claramente a necessidade dos municípios construírem e manterem espaços e materiais específicos para a Educação Infantil nas comunidades onde as crianças residem, evitando a nucleação de escolas e o deslocamento. Sendo assim, é fundamental que o transporte escolar rural seja entendido como uma estratégia a ser utilizada na Educação Infantil do Campo quando, de fato, não for possível assegurar a oferta próxima à residência das crianças. Acentua-se, ainda, a importância de, nestes casos, privilegiar o deslocamento seguro intracampo, ou seja, para escolas da zona rural, e evitar os deslocamentos extracampo, para escolas na zona urbana, pois nestes deslocamentos as distâncias entre as casas das crianças e as instituições escolares geralmente são longas e acrescidas pela insegurança do trajeto, conforme afirmam Silva, Pasuch e Silva (2012). As autoras também fazem o seguinte alerta:

Dados nacionais de pesquisas acadêmicas revelam que a política privilegia a oferta de vagas em centros urbanos e conseqüentemente

privilegia o financiamento do transporte escolar em detrimento do financiamento das escolas no campo. (SILVA, PASUCH e SILVA, 2012, p. 186).

Considerando, então, que a oferta de uma Educação Infantil do campo de qualidade inclui a necessidade de construção de novas escolas, destacam-se as orientações normativas para esta ação. No que se refere ao planejamento das construções das escolas de Educação Infantil, os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006) indicam a importância de que ele inclua, desde a sua concepção, os diferentes atores, de modo a promover o compartilhamento de saberes e experiências daqueles que vivenciam o cotidiano escolar – professores, crianças e funcionários, além de familiares. Considerando que a Educação Infantil para as crianças residentes em área rural apresenta uma cobertura ainda menor do que as áreas urbanas, o investimento em construção e/ou reforma de prédios escolares para o acolhimento dos bebês e crianças pequenas constitui-se em elemento central das políticas nessa área. E, para que a estrutura física das escolas seja adequada às concepções que regem a proposta pedagógica, esses dois aspectos precisam ser considerados de forma articulada. Ou seja, o espaço se constitui na base a partir da qual professores e crianças podem organizar os ambientes de interações, relações e aprendizagens (BRASIL, 2006).

A efetiva consideração desses elementos está entre os desafios a serem enfrentados para garantir a educação básica, em todos os seus níveis e modalidades, aos sujeitos do campo. Rocha, Gonçalves e Santos (2011, p. 29), afirmam que é preciso avançar no que se refere

à formação de professores, à infraestrutura das escolas (ou quase inexistência delas para atendimento a esta demanda social), ao transporte dos educandos e à elaboração de um material didático que reflita as especificidades de aprendizagem dos estudantes em áreas rurais.

Estes desafios foram reconhecidos entre os encaminhamentos do I Seminário Nacional de Educação Infantil do Campo, realizado em 2010, que destacou a melhoria da infraestrutura física das escolas do campo, atendendo às especificidades da Educação Infantil do Campo e às diversidades de cada região.

Além do já exposto, parece-nos importante destacar alguns elementos a respeito da educação dos bebês. Sabemos que a educação dos bebês e crianças bem pequenas ainda possui reduzidas referências teóricas e práticas que orientem o trabalho em contexto institucional. Trata-se de um desafio a ser enfrentado pela área da Educação Infantil em geral (BARBOSA, 2010) e, no caso da Educação Infantil para bebês residentes em áreas rurais, o desafio se amplia. No caso do campo, ainda não há referências sobre os sentidos dessas práticas no contexto da vida rural, especialmente se considerarmos que a creche é uma instituição cuja origem é fortemente vinculada ao contexto de vida urbano. Além disso, embora entendamos que os bebês e crianças pequenas do campo devem ser considerados no quadro geral dos direitos das crianças brasileiras (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990; BRASIL, 1996), ainda não contamos com estudos consistentes sobre as demandas das famílias (e dos bebês) residentes em áreas rurais que ofereçam subsídios para a estruturação de propostas adequadas a esses sujeitos.

No entanto, é possível observar algumas características desejáveis das instituições que acolhem os bebês. Os ambientes devem ser estruturados para os bebês e possuírem objetos que favoreçam a exploração, as brincadeiras e as interações, bem como a iniciativa das crianças, na medida em que os brinquedos estão ao seu alcance. Tais ambientes e materiais devem ser organizados e selecionados de modo a assegurar as condições de segurança e higiene (BARBOSA, 2010; POST e HOHMANN, 2007).

Que outros materiais poderiam estar presentes nesses espaços? Que elementos evidenciarão a presença da ambiência do campo nos espaços para os bebês e crianças de até 6 anos? Estas questões precisam ser respondidas e somente o aprofundamento da reflexão com estudiosos, gestores, professores e familiares poderá oferecer elementos para avançarmos na construção dessas respostas e referências.

A estruturação de projetos pedagógicos para toda a faixa etária de 0 a 6 anos, destacando-se as especificidades dos bebês e crianças bem pequenas residentes em área rural, exige a realização de estudos que abranjam as demandas das famílias e das crianças, desvendando-se em que consiste, para essa população, o compartilhamento dos cuidados e da educação de seus filhos e filhas, desde a mais tenra idade, com instituições educacionais.

A tarefa de construção de maior compreensão sobre esses sujeitos e sobre os projetos pedagógicos que dialoguem com as condições concretas de vida e com a diversidade do campo brasileiro exige intensa interação com essa população e com os movimentos sociais do campo. O diálogo entre as referências construídas no campo da Educação Infantil e os princípios da Educação do campo (esta última mais voltada para os níveis posteriores da escolarização) constitui-se em elemento fundamental para a construção de projetos de Educação Infantil do campo.

As políticas de Educação Infantil para essa população precisam ainda promover ações para melhor conhecimento dessa realidade e investir na formulação e implementação de projetos pedagógicos, tendo em consideração a diversidade do campo brasileiro. Sobre esse aspecto, além da consideração da diversidade de populações, elementos como extensão das áreas rurais, as distâncias entre essas áreas e as sedes dos municípios, o tamanho da população de crianças pequenas, a topografia, o clima, dentre outros, revelam-se como importantes fatores intervenientes nas condições de acesso e permanência das crianças nas instituições de Educação Infantil - IEI.

O avanço na construção de políticas públicas que efetivamente atendam aos direitos das crianças residentes em área rural à Educação Infantil, desde os primeiros meses, exigirá mudanças em diferentes áreas, incluindo a conscientização de prefeitos e de dirigentes e gestores da educação, nos municípios e nas escolas, a respeito do significado dessa etapa da educação, de modo a sustentar os investimentos necessários à sua execução. Tais investimentos dependem desse reconhecimento na medida em que as características dessa fase da vida exigem ambientes e equipamentos apropriados, além de menor número de crianças por professor, o que supõe a necessidade de maior aporte de recursos.

2 | QUESTÕES ÉTICAS E METODOLÓGICAS DOS ESTUDOS QUALITATIVOS

Neste capítulo, serão abordadas as questões éticas e metodológicas que nortearam os procedimentos de pesquisa dos 30 estudos qualitativos que compuseram a Ação 3 da pesquisa *Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural* (MEC-SEB/UFRGS). Sendo assim, está composto por três seções: 1) Questões éticas da pesquisa; 2) Processo metodológico dos estudos qualitativos das cinco regiões do país; e 3) Processo metodológico de análise dos dados.

2.1. Questões éticas da pesquisa

Durante a realização da pesquisa nacional, foi desenvolvida uma longa discussão sobre questões éticas junto a todos os pesquisadores envolvidos no estudo. Destas reflexões, foi produzido um item, que integra o Manual da Pesquisa Qualitativa (apêndice 1), denominado *Ética na pesquisa: definindo as lealdades*. Nele, além de outras, constam informações acerca da responsabilidade da pesquisa – conferida pela comissão de pesquisa da Faculdade de Educação, da UFRGS, aos pesquisadores responsáveis pela condução do projeto, aos quais coube problematizar e definir os procedimentos éticos do estudo.

Dentre as definições que fundamentaram a orientação ética dirigida a todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa nacional, foi assumida a necessidade de se produzirem termos de compromisso a serem assinados tanto pelo pesquisador quanto pelos sujeitos pesquisados.

O termo do pesquisador se caracterizou como um termo de compromisso, no qual ele se comprometeu a não tornar públicos dados específicos das investigações realizadas, nem reutilizá-los em outras pesquisas.

Também foi compromisso assumido por todos os pesquisadores a divulgação dos dados produzidos no âmbito da pesquisa de maneira agregada e sem menção a nomes de pessoas ou de municípios investigados. As pessoas e municípios que fizeram parte da pesquisa foram identificados a partir das funções desempenhadas no âmbito das instituições das quais fazem parte (por ex. representante de família usuária, representante de escola) e, no caso dos municípios, como municípios 1, 2, 3 ou A, B, C.

O quadro abaixo, que consta no Manual da Pesquisa Qualitativa, exhibe a orientação sobre as possibilidades de disponibilização dos dados produzidos pela pesquisa e outras orientações dadas aos pesquisadores.

Quadro 1: **Disponibilização dos dados produzidos no âmbito da pesquisa**

1. Dados não disponíveis após as análises realizadas no âmbito desta pesquisa
1.1 <u>Questionários respondidos pelos municípios</u> : NÃO serão tornados públicos. Os questionários serão arquivados na UFRGS, sob responsabilidade da Coordenação Nacional da Pesquisa.
1.2 <u>Dados da pesquisa qualitativa</u> : NÃO serão tornados públicos, nem reutilizados após as análises realizadas no âmbito desta pesquisa. Sua publicação restringir-se-á aos relatórios desta pesquisa. O grupo de pesquisadores e assistentes de pesquisa assinará um TERMO DE COMPROMISSO comprometendo-se a não reutilizar os dados individualizados em outras análises.
2. Dados disponíveis para pesquisadores internos e externos à equipe deste projeto de pesquisa
2.1 Base de dados construída a partir de dados oficiais - será tornada pública.
2.2 Base de dados de revisão bibliográfica - será tornada pública.
2.3 Base de dados construída a partir da análise dos questionários - será tornada pública, de forma agregada.

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

O termo assinado pelos sujeitos que participaram da pesquisa como informantes, denominado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹ (TCLE), caracterizou-se como um documento informativo acerca das principais questões que configuram a pesquisa e, sobretudo, como um termo que possibilitou aos entrevistados se posicionarem quanto ao seu aceite, ou não, em participar do estudo.

Os dois termos são resultado do debate em torno de princípios éticos que foram assumidos por todos os pesquisadores ao longo do desenvolvimento da pesquisa nacional. Além desses termos, um "manual de orientações posturais da pesquisa qualitativa" (ver apêndice 1) foi debatido no âmbito de um dos encontros de formação junto aos pesquisadores, realizado em maio de 2012. Todas as ações de pesquisa desenvolvidas – desde a concepção, a ida a campo, as análises dos dados, relativas às

¹ Ver apêndice 1.

informações e divulgação dos resultados – foram fundamentadas por estes princípios e procedimentos éticos.

2.2. Processo metodológico dos estudos qualitativos das cinco regiões do país

Os estudos qualitativos foram realizados nas cinco regiões do país, organizados por equipes regionais coordenadas pelas seguintes universidades: Norte – UFPA/Bragança; Nordeste – UFCG; Sudeste – UFMG; Sul – UFRGS; Centro-Oeste – UNEMAT/Sinop.

Essas equipes foram integradas por pesquisadores de diferentes universidades da região, bem como integrantes dos movimentos sociais e sindicais vinculados ao campo e à Educação Infantil.

Durante a primeira etapa da pesquisa nacional, foi construído um banco de dados, através da Ação 2², tendo como base as informações de municípios que possuem escolas que oferecem Educação Infantil a crianças de 0 a 6 anos de idade, residentes em territórios rurais (Fonte: Dados do IBGE e do INEP). Tal banco de dados revelou que esses municípios são 5.367; já o total de crianças que constituem a base da pesquisa é de 3.546.908.

No tabela 1 abaixo, apresentamos os números de municípios e a população, por região no Brasil, que constituem o banco de dados da Pesquisa Nacional:

Tabela 1. Distribuição dos municípios e crianças da população do estudo, por região

Região	População rural de 0 a 6 anos – IBGE		Municípios na população	
	Número de crianças	%	Número de municípios	%
Centro-Oeste	180590	5	450	8
Nordeste	1781308	50	1762	33
Norte	670501	19	430	8
Sudeste	554188	16	1593	30
Sul	360321	10	1132	21
Total	3546908	100	5367	100

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"-2012

² A responsabilidade pela construção do banco de dados é da professora Elsa Mundstock (UFRGS)

É importante salientar que este banco de dados estará disponível e poderá subsidiar dados de pesquisas nas cinco regiões do país, no que se refere ao atendimento de Educação Infantil ofertado às crianças de 0 a 6 anos moradoras do campo.

Os 5.367 municípios brasileiros que possuem crianças de 0 a 6 anos que residem em área rural foram agrupados em três tipos, de acordo com a oferta de Educação Infantil. Conforme apresentado na tabela 2, pode ser observada a distribuição dos municípios, de acordo com tipologia.

Tabela 2. Distribuição dos municípios da população do estudo de acordo com a tipologia de oferta de Educação Infantil

Tipologia	Número de municípios
1) Municípios que possuem só pré-escola em escolas urbanas ou urbanas e rurais.	1281
2) Municípios que possuem creche e pré-escola em escolas urbanas	1103
3) Municípios que possuem creche e pré-escola em escolas urbanas e rurais	2983
Total	5367

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

Segundo Mundstock (2012), a amostra de municípios foi estratificada por região e tipo de município. Há 15 estratos formados por 5 regiões e 3 tipos de município, conforme detalhado na Tabela 3. Dentro de cada estrato, há uma amostra sistemática de municípios, distribuída por estado e quantidade de crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural.

Tabela 3. Distribuição da população de municípios por tipologia e região

Tipologia do município	Região					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
(1) Só pré-escola em escolas urbanas ou urbanas e rurais	175	377	177	352	200	1281
(2) Creche e pré-escola em escolas urbanas	104	36	47	565	351	1103
(3) Creche e pré-escola em escolas urbanas e rurais	171	1349	206	676	581	2983
Total	450	1762	430	1593	1132	5367

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"-2012

As tabelas acima apresentadas apontam as diversidades regionais no que se refere à população de crianças de 0 a 6 anos que compõe a amostra da pesquisa, tendo a região nordeste 50%, a região norte 19%, a região sudeste 16%, a região sul e a região centro-oeste 5% da população.

É importante salientar que, embora a população de crianças tenha sido diversificada, a composição das equipes regionais, de acordo com o projeto de cooperação técnica entre o MEC e a UFRGS, era a mesma, isto é, 12 componentes³ para a realização da pesquisa em cada região, além de um assistente técnico.

Nesse sentido, com a intenção de abarcar a diversidade regional, de acordo com a população de crianças, e considerando a capacidade técnica e operacional para a realização da pesquisa, foi definido o plano amostral da pesquisa quantitativa, sendo esta composta por 1130 municípios, levando em conta o tamanho de amostra necessário para garantir a qualidade estatística dos resultados da pesquisa e atender ao processamento dos dados, dentro das limitações de recursos e tempo disponível.

A tabela abaixo apresenta a composição de municípios por região:

Tabela 4. Tamanho da amostra de municípios por região

Regiões	Municípios na amostra
Centro-Oeste	150
Nordeste	320
Norte	150
Sudeste	300
Sul	210
Total	1130

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"-2012

Com o objetivo de conhecer a oferta de Educação Infantil pelo poder público para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, também foi necessário definir uma amostra de escolas, de acordo com as diferentes modalidades de atendimento nas instituições de Educação Infantil em cada município pesquisado. As escolas que

³ Apenas na região Nordeste o número de componentes da equipe foi de 13 pessoas. Tal acréscimo foi justificado pela quantidade de estados da região e pelo número de municípios a serem pesquisados na amostra.

compõem a amostra da pesquisa são creches ou pré-escolas que atendem a crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, nos municípios da população da pesquisa.

A tabela abaixo apresenta a distribuição das escolas por região, informando que 55,9% das escolas brasileiras que atendem a crianças de 0 a 6 anos que residem em área rural estão no nordeste do país, enquanto o norte tem 12,5%, o sudeste, 18,4%, o sul, 9,5% e o centro-oeste, 3,7%.

Tabela 5. Distribuição da população de escolas nos municípios da população, por região

Região	Número de escolas	%
Centro-Oeste	2899	3,7
Nordeste	43877	55,9
Norte	9817	12,5
Sudeste	14425	18,4
Sul	7430	9,5
Total	78448	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"-2012

O atendimento das crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural é realizado, em cada região do país, em diferentes tipologias de escola. Cada município pesquisado atendeu de uma a cinco diferentes tipologias que compõem a amostra de escolas, conforme apresenta a tabela 6:

Tabela 6. Distribuição da população de escolas, por região, e tipologia das escolas

Tipologia das escolas	Região					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Salas anexas, independente da localização e da faixa etária atendida	131	1107	233	668	323	2462
Escolas localizadas na área rural que atendem a crianças de 0 a 3 anos	44	10525	1219	798	445	13031
Escolas localizadas na área rural que não atendem a crianças de 0 a 3 anos	688	22796	6540	2775	1668	34467
Escolas localizadas na área urbana que atendem a crianças de 0 a 3 anos	463	2803	285	3438	2103	9092
Escolas localizadas na área urbana que não atendem a crianças de 0 a 3 anos	1573	6646	1540	6746	2891	19396
Total	2899	43877	9817	14425	7430	78448

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

No Brasil, o total de escolas que atendem a crianças de 0 a 6 anos que residem em área rural é de **78.448** e foram selecionadas **3122** escolas na amostra da pesquisa. Destas escolas, foram sorteadas de uma a cinco em cada município para a realização dos estudos qualitativos em cada região. A seguir, a tabela 7 apresenta a distribuição de escolas, por região e tipologia de escolas:

Tabela 7. **Distribuição da amostra de escolas, por região e tipologia das escolas**

Tipologia das escolas	Região					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Salas anexas, independente da localização e da faixa etária atendida	41	103	44	82	48	318
Escolas localizadas na área rural que atendem crianças de 0 a 3 anos	16	246	54	50	38	404
Escolas localizadas na área rural que não atendem crianças de 0 a 3 anos	76	290	118	129	107	720
Escolas localizadas na área urbana que atendem crianças de 0 a 3 anos	70	216	68	212	165	731
Escolas localizadas na área urbana que não atendem crianças de 0 a 3 anos	125	272	135	252	165	949
Total	328	1127	419	725	523	3122

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"-2012

Os dados apresentados em relação à organização da amostra da pesquisa nacional foram subsídios importantes para o conhecimento da diversidade regional no que se refere à oferta do atendimento às crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural e foram considerados para a escolha dos 6 municípios pesquisados nos Estudos Qualitativos de cada região do país. Tal escolha foi definida a partir dos seguintes critérios:

- 1) a presença do município na amostra sorteada para a Região;
- 2) a diversidade populacional do município de crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural;
- 3) a tipologia de escolas que atendem a crianças de zero a três anos e de quatro e cinco anos, residentes em área rural;
- 4) a presença de populações do campo definidas pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002): acampados da reforma agrária;

assentados da reforma agrária; agricultores familiares; caiçaras; extrativistas; indígenas⁴; pescadores artesanais; povos da floresta; quilombolas; ribeirinhos; trabalhadores assalariados, dentre outros;

5) as condições de acessibilidade aos municípios e as possibilidades de parcerias para a realização da pesquisa; e

6) o planejamento operacional da equipe coordenadora da pesquisa.

É importante destacar que estes critérios para a escolha dos municípios foram compostos coletivamente pelas coordenações das equipes regionais e coordenação nacional, com o objetivo de realizar um estudo que contemplasse a diversidade regional.

Em cada relatório regional, é apresentado um quadro com o mapeamento da escolha dos 6 municípios em cada região do país. Abaixo, segue uma síntese de dados sobre os 30 estudos realizados no país:

Dados dos estudos qualitativos realizados nas cinco regiões brasileiras

Região	Município	Início da pesquisa de campo	Final da pesquisa de campo	População atendida
Sudeste	Município D	28/05/2012	02/06/2012	Agricultura familiar
Sudeste	Município C	28/05/2012	02/06/2012	Agricultura familiar e trabalhadores rurais
Sudeste	Município E	21/05/2012	26/05/2012	Agricultura familiar e trabalhadores rurais
Sudeste	Município F	21/05/2012	26/05/2012	ribeirinhos; agricultura familiar e trabalhadores rurais
Sudeste	Município A	21/05/2012	26/05/2012	Quilombolas e caiçaras
Sudeste	Município B	21/05/2012	26/05/2012	Assentados
Sul	Município 1	25/05/2012	30/05/2012	agricultura familiar e trabalhadores assalariados; 0-3
Sul	Município 2	21/05/2012	25/05/2012	0 a 3; agricultura familiar, assentamento
Sul	Município 3	14/05/2012	18/05/2012	quilombolas, 0-3
Sul	Município 4	28/05/2012	01/06/2012	Caiçaras/pescadores artesanais; 0a 3 a)

⁴ No caso dos indígenas, por um acordo prévio estabelecido com esta população, no âmbito de encontros de caráter nacional com instâncias do MEC, não se pesquisou este grupo, embora ele conste como população do campo nas referidas Diretrizes.

Sul	Município 5	14/05/2012	18/05/2012	quilombolas, assentamentos, agricultura familiar e trabalhadores assalariados, 0-3
Nordeste	Município 5	23/05/2012	27/05/2012	Pescadores artesanais
Nordeste	Município 4	21/05/2012	25/05/2012	Assentamento
Nordeste	Município 1	21/05/2012	25/05/2012	Quilombolas
Nordeste	Município 3	21/05/2012	25/05/2012	Agricultura familiar e quilombolas
Nordeste	Município 6	18/05/2012	22/05/2012	Assentados e pescadores artesanais
Nordeste	Município 2	23/05/2012	27/05/2012	Assentados, quilombolas, agricultura familiar, indígena
Centro Oeste	Município 2	21/05/2012	26/05/2012	0a 3; agricultura familiar; cooperativados; extrativismo de floresta e de castanhas
Centro Oeste	Município 4	20/05/2012	25/05/2012	Aglomerados, distritos e povoados
Centro Oeste	Município 5	14/05/2012	19/05/2012	Ribeirinhos, fronteira BR e Paraguai; Pantanal
Centro Oeste	Município 1	22/05/2012	27/05/2012	Assentamento; 0 a 3 a
Centro Oeste	Município 6	14/05/2012	18/05/2012	Kalungas, quilombolas
Centro Oeste	Município 3	07/05/2012	12/05/2012	Assentados, trabalhadores da agroindústria
Norte	Município 01	06/05/2012	12/05/2012	Quilombolas e agricultores familiares
Norte	Município 02	06/05/2012	12/05/2012	Assentados e agricultura familiar
Norte	Município 03	13/05/2012	19/05/2012	Agricultores familiares e ribeirinhos
Norte	Município 04	06/05/2012	12/05/2012	Assentados e agricultores familiares
Norte	Município 05	14/05/2012	19/05/2012	Assentados e agricultores familiares
Norte	Município 06	06/05/2012	12/05/2012	Assentados

Cada coordenação organizou seu plano de trabalho, dispondo de 5 dias para a realização da pesquisa de campo no município escolhido. Em cada um deles, uma dupla de pesquisadores ficou responsável pela realização da coleta de dados, geralmente adotando a experiência do pesquisador no estado pesquisado.

Na sequência, serão apresentados os instrumentos utilizados pelos pesquisadores no processo de coleta de dados.

2.2.1 Os instrumentos da pesquisa

Para a realização dos estudos qualitativos, os pesquisadores se utilizaram de um conjunto de instrumentos elaborado pelos coordenadores nacionais e regionais da pesquisa, juntamente com os consultores. Tais instrumentos tiveram como objetivo captar os olhares dos diferentes sujeitos envolvidos no atendimento educacional de crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais dos municípios pesquisados sobre aspectos diversos desse atendimento. Foram eles:

1. roteiro de entrevista com os representantes das Secretarias Municipais de Educação;
2. roteiro de observação das escolas;
3. roteiro de entrevista com os representantes das escolas;
4. roteiro de entrevista com representantes das famílias; e
5. roteiro de entrevista com representantes de movimentos sociais ou sindicais do campo.

Tais instrumentos foram inseridos como parte do manual da pesquisa qualitativa. A partir desse manual, a sua utilização no processo de coleta de dados em campo, bem como aspectos éticos e logísticos da pesquisa qualitativa foram discutidos por todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa, em seminário de formação realizado em maio de 2012.

2.2.3. A coleta de dados

Para realizar a coleta de dados, cada equipe regional de pesquisa elaborou um plano de ida a campo, contemplando informações sobre os municípios selecionados para os estudos qualitativos, como localização, meios de transporte, contatos dos/as responsáveis pela experiência a ser objeto do estudo qualitativo, da Secretaria Municipal de Educação, escolas, movimentos sociais e sindicais do campo. Tal planejamento facilitou as providências no sentido de chegar aos municípios pesquisados, bem como o contato e agendamento das visitas às Secretarias Municipais de Educação e às escolas a serem observadas.

Uma vez feito o agendamento das visitas a campo, os pesquisadores procederam à coleta de dados, a partir dos instrumentos supramencionados, junto aos representantes das Secretarias Municipais de Educação, das escolas, das famílias e dos movimentos sociais e sindicais. Nesse processo, antes mesmo de realizar as entrevistas, os pesquisadores apresentaram os objetivos da pesquisa para os sujeitos e solicitaram a sua autorização para registrá-las em áudio. Da mesma forma, as observações nas escolas foram feitas a partir da autorização dos seus diretores. O consentimento dos sujeitos em participar da pesquisa foi formalizado por meio da sua assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLEs) a eles destinados.

Após o processo de coleta de dados, as equipes de pesquisadores responsáveis por cada um dos estudos qualitativos elaboraram seus relatórios de pesquisa, com base em um roteiro de relatório que contempla, além das questões metodológicas específicas de cada estudo, a apresentação dos dados coletados. Com base nesses relatórios, foram construídos os cinco relatórios que sintetizam as informações colhidas nos seis estudos qualitativos de cada região.

2.3. Processo Metodológico de Análise de dados

Cada equipe elaborou Relatório da Pesquisa de Campo segundo roteiro previsto no Manual da Pesquisa Qualitativa e encaminhou para a coordenação regional. Além desse Relatório de Campo, também encaminhou documentos e fotografias das fachadas das escolas.

A coordenação regional reuniu os Relatórios de Campo que se constituíram nas fontes para a elaboração das análises que se seguem. Para favorecer a distinção das análises, as referências aos relatórios relativos a cada um dos municípios serão feitas como *Relatório de Campo*, município A, B, C, D, E ou F, conforme o caso. Este texto será referido como *Relatório Regional*.

A leitura inicial dos Relatórios de Campo permitiu obter uma visão geral das pesquisas realizadas, avaliar a consistência dos dados e, em alguns casos, solicitar esclarecimentos e/ou complementações às equipes de campo. A equipe nacional da pesquisa elaborou um conjunto de “categorias”/eixos para orientar a leitura dos Relatórios

de Campo, a partir das quais se iniciou a elaboração de quadros síntese, de modo a organizar as informações por município e por sujeito informante. Após esse primeiro exercício de análise, foram definidos dez itens, cada um dos quais compoem um quadro síntese, por informante, para todos os municípios pesquisados. As equipes regionais fizeram, então, novas leituras dos Relatórios de Campo, de modo a extrair de cada um deles informações acerca desses itens e sintetizá-los em **quadros**, apêndices dos relatórios regionais.

Para construir referências comuns na extração das informações dos Relatórios de Campo dos estudos qualitativos, os itens foram definidos do seguinte modo:

1. Demanda

O item contempla as manifestações dos sujeitos pesquisados quando questionados sobre a necessidade ou não de creche/pré-escola, ao desejo de matricular ou não as crianças pequenas.

A demanda explícita será identificada quando exposta pela escola ou Secretaria de Educação, através da lista de espera, e também quando se compara a oferta com o número de crianças de residentes no município. O atendimento das crianças de 4 e 5 anos a partir da EC 59/2009 é considerado demanda explícita, pois todas as crianças têm direito a matrícula e até 2016 deverão estar matriculadas.

2. Concepção de creche

O item Concepção de Creche comporta referências dos entrevistados à noção de creche, que apontam para suas representações sobre este espaço educacional (concepção, finalidade, organização do espaço físico, importância, entre outras) que deve ser voltado ao desenvolvimento integral de crianças de 0 a 3 anos de idade.

3. Concepção de pré-escola

No item Concepção de Pré-escola, são apresentadas as referências dos entrevistados à noção de pré-escola, que revelam suas representações (concepção,

finalidade, organização do espaço físico, importância, entre outras) deste espaço educacional que deve ser voltado ao desenvolvimento integral de crianças de 4 a 6 anos de idade.

4. Concepção de criança 0 a 3 anos residente em área rural

Neste item, reúnem-se informações sobre as crianças de 0 a 3 anos residentes em área rural. Sintetizam-se as falas dos entrevistados que se relacionam às crianças desta faixa etária e que possibilitam inferências sobre o modo como elas são compreendidas, caracterizadas, percebidas e/ou avaliadas por estes sujeitos.

5. Concepção de criança de 4 a 6 anos residente em área rural

Neste item, reúnem-se informações sobre as crianças de 4 a 6 anos residentes em área rural. Sintetizam-se as falas dos entrevistados que se relacionam às crianças desta faixa etária e que possibilitam inferências sobre o modo como elas são compreendidas, caracterizadas, percebidas e/ou avaliadas por estes sujeitos.

6. Transporte

No item, reúnem-se informações sobre a oferta ou não de transporte para as crianças residentes em área rural. Sintetizam-se aspectos relacionados ao tipo de transporte ofertado, distância, tempo, condições e conservação, utilização de transporte coletivo ou de outra forma para se chegar à escola, se as crianças vêm acompanhadas ou se, no município, são contratados monitores que as auxiliam no traslado até a escola; observação da faixa etária que utiliza o transporte escolar; se o município segue as orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE na compra dos transportes, acessibilidade, trajeto e responsabilidade.

7. Professores

O item apresenta informações sobre a percepção dos entrevistados sobre os professores; os processos de formação inicial e continuada; local de moradia dos

professores (urbano/rural); avaliação das famílias e dos movimentos sociais sobre a atuação dos professores e percepção das famílias quanto ao gênero do profissional da Educação Infantil.

8. Proposta pedagógica

No item, reúnem-se informações sobre a existência ou não de proposta pedagógica, os elementos constitutivos dessa proposta, espaço físico das escolas, rotinas das crianças, rotina com as crianças (alimentação, materiais pedagógicos disponíveis etc.), relação escola-família-comunidade, especificidades do calendário, critérios de agrupamento das crianças e inclusão de crianças com deficiência.

9. Legislação

O item apresenta as informações sobre a compreensão e o significado das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI, as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB enquanto leis educacionais, obrigatoriedade de matrícula, impacto no atendimento a crianças de 0 a 3 anos, dificuldades no atendimento, oferta e demanda, regime de colaboração entre Estado, Município e União.

10. Apontamentos para a política

No item, reúnem-se os apontamentos para a política que são expressos pelos sujeitos pesquisados quando apresentam considerações, avaliações e críticas em relação à qualidade da oferta da Educação Infantil para as crianças residentes na área rural, às especificidades da política da Educação do Campo e, em especial, da educação das crianças pequenas. Tais apontamentos também incluem ideias, sugestões e propostas expressas pelos sujeitos investigados para a consolidação da Educação Infantil do Campo.

Os quadros elaborados permitirão várias interpretações e análises aos que desejarem compreender melhor a Educação Infantil do Campo dos municípios pesquisados. Considerando as limitações temporais do projeto de pesquisa, as equipes

regionais decidiram analisar de forma mais sistemática e aprofundada os quadros referentes aos aspectos oferta, professores e proposta pedagógica para Educação Infantil do Campo, que permitiram caracterizar melhor a oferta e a demanda da Educação Infantil nos seis municípios, explicitando aspectos relativos às condições concretas em que esta oferta ocorre.

Cabe aqui a observação de que os itens aqui elencados não foram contemplados necessariamente como aspectos isolados, mas de forma integrada, de maneira que, por vezes, aparecem relacionados uns aos outros ao longo do texto. Considerando, dessa forma, tais itens, foi feita a análise de dados da pesquisa qualitativa, tendo como base documentos legais que referenciam, no Brasil, a Educação de forma mais geral, bem como a Educação Infantil e a Educação Infantil do Campo, mais especificamente.

PARTE 2

3. ESTUDOS QUALITATIVOS REALIZADOS NO NORDESTE DO BRASIL

Esta seção tem por objetivo apresentar o modo como os estudos qualitativos realizados em seis municípios da Região Nordeste do Brasil foram desenvolvidos. Esses estudos integram a Pesquisa Nacional *Caracterização das Práticas Pedagógicas com Crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural* e tiveram por objetivo estabelecer uma aproximação com a realidade do atendimento em creches e pré escolas em áreas rurais do Brasil.

A referida pesquisa nacional foi desenvolvida através de uma cooperação técnica entre o Ministério da Educação e um conjunto de universidades públicas, contando com uma coordenação nacional e com coordenações nas cinco regiões do país. A coordenação nacional foi realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e as coordenações regionais foram assim realizadas: no Nordeste, a Universidade Federal de Campina Grande; no Sul, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Norte, a Universidade Federal do Pará – *campus* de Bragança; no Centro-oeste, a Universidade

do Estado de Mato Grosso, *campus* de Sinop; no Sudeste, a Universidade Federal de Minas Gerais.

A equipe regional do Nordeste foi composta por uma coordenação regional, uma coordenação adjunta, dois pesquisadores, nove assistentes de pesquisa⁵ e uma assistente técnica. A identificação de cada um dos componentes consta do quadro abaixo:

Quadro 2 . Equipe do Núcleo Regional do Nordeste

Função	Nome	Instituição
Coordenadora	Fernanda de Lourdes Almeida Leal	Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Coordenadora Adjunta	Fabiana Ramos	Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Pesquisadora	Kátia Patrício Benevides Campos	Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Pesquisadora	Luisa de Marillac Ramos Soares	Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Assistente de Pesquisa	Carla Manuella de Oliveira Santos	Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Assistente de Pesquisa	Edna Maria Alves Fernandes	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Assistente de Pesquisa	Fabiana Oliveira Canavieira	Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Assistente de Pesquisa	Josafá Paulino de Lima	Universidade Federal de Campina Grande
Assistente de Pesquisa	Maria Cristina Martins	Universidade Federal de Sergipe – UFS
Assistente de Pesquisa	Marlene Oliveira dos Santos	Universidade Federal da Bahia – UFBA
Assistente de Pesquisa	Marli Clementino Gonçalves	Universidade Federal do Piauí – UFPI
Assistente de Pesquisa	Patrícia Gomes de Siqueira	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

⁵ Os assistentes de pesquisa foram auxiliados por alunos e/ou colegas docentes vinculados às suas Universidades. Foram estes os auxiliares de pesquisa no Nordeste: Andréia Marques Souza; Caroline Pereira dos Anjos; Chailine Silva Torres; Débora Tamires Gomes de Oliveira; Dulceni Sangela da Silva Lopes; Edilene Lima Santos; Elis Regina Nunes Mota Araújo; Gleicy Cristina Nunes da Silva; Luzianne Inácio Albuquerque; Maria do Carmo Lima Falcão; Mariana Celeste Carvalho de Souza; Milena Brito Cardoso; Naiane dos Santos Paud'arco Silva; Naire Jane Capistrano; Thiago de Oliveira Santos; Vanessa Herculina de Sobral; Yasmim Costa de Queiroz

Assistente de Pesquisa	Sílvia Helena Vieira Cruz	Universidade Federal do Ceará – UFC
Técnica de Apoio ao Núcleo Regional	Andreza Lima de Azevedo	Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

A pesquisa nacional foi desenvolvida em duas etapas, uma etapa quantitativa e outra qualitativa. No Nordeste, a pesquisa quantitativa teve como amostra um total de 320 municípios, nos quais foram aplicados questionários junto às secretarias municipais de educação.

Tabela 8. **Tamanho da amostra de municípios por região**

Regiões	Municípios na amostra
Centro-Oeste	150
Nordeste	320
Norte	150
Sudeste	300
Sul	210
Total	1130

Fonte: Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”-2012

Também, escolas destes municípios foram escolhidas, a partir de uma tipologia e de uma escolha aleatória com base nesta tipologia. A amostra de escolas do Nordeste foi de 1.127, conforme se pode ver abaixo:

Tabela 9. **Distribuição da amostra de escolas, por região e tipologia das escolas**

Tipologia das escolas	Região					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Salas anexas, independente da localização e da faixa etária atendida	41	103	44	82	48	318
Escolas localizadas na área rural que atendem crianças de 0 a 3 anos	16	246	54	50	38	404
Escolas localizadas na área rural que não atendem crianças de 0 a 3 anos	76	290	118	129	107	720
Escolas localizadas na área urbana que atendem crianças de 0 a 3 anos	70	216	68	212	165	731

Escolas localizadas na área urbana que não atendem crianças de 0 a 3 anos	125	272	135	252	165	949
Total	328	1127	419	725	523	3122

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"-2012

A etapa qualitativa da pesquisa foi realizada em seis municípios do Nordeste, escolhidos a partir da amostra da pesquisa quantitativa e respeitando, sempre que possível, critérios que serão explicitados no item 3.1.

No quadro abaixo, seguem informações relacionadas às populações existentes nos municípios onde os estudos qualitativos foram realizados, ao número de crianças de 0 a 6 anos e de matrículas existentes nestes municípios e aos nomes dos integrantes das equipes.

Quadro 3. Estudos qualitativos realizados na região Nordeste

Municípios	População/populações	Número de crianças do município, diferenciando 0 a 3 e 4 a 6 (rural) & Número de matrícula em creche e pré-escola (rural)	Equipes
Município 6	Pescadores artesanais	População rural de 0 a 3 anos: 622 crianças. População rural de 4 a 6 anos: 523 crianças Número de matrícula em creche em escola rural: 397 Número de matrícula em pré-escola de escola rural: 587	Marli Clementino e Fabiana Canaveira
Município 5	Assentados e pescadores	População rural de 0 a 3 anos: 1122 crianças. População rural de 4 a 6 anos: 826 crianças Número de matrícula em creche em escola rural: 80 Número de matrícula em pré-escola de escola rural: 397	Sílvia Cruz e Edna Fernandes
Município 4	Assentados	População rural de 0 a 3 anos: 780 crianças. População rural de 4 a 6 anos: 609 crianças Número de matrícula em creche em escola rural: 2 Número de matrícula em pré-escola de escola rural: 374	Fabiana Ramos Luísa de Marillac Ramos e Fernanda Leal
Município 3	Agricultores familiares, Quilombolas	População rural de 0 a 3 anos: 538. População rural de 4 a 6 anos: 489. Número de matrícula em creche em escola rural: 33. Número de matrícula em pré-escola de escola rural: 216.	Carla Manuella de Oliveira e Patrícia Siqueira
Município 2	Assentados, quilombolas, pescadores artesanais	População rural de 0 a 3 anos: 1334 crianças. População rural de 4 a 6 anos: 990 crianças.	Maria Cristina Martins e Josafá Paulino de Lima

		Número de matrícula em creche em escola rural: 0 Número de matrícula em pré-escola de escola rural: 514	
Município 1	Quilombolas	População rural de 0 a 3 anos: 890 crianças. População rural de 4 a 6 anos: 778 crianças Número de matrícula em creche em escola rural: 258 Número de matrícula em pré-escola de escola rural: 381	Marlene dos Santos e Kátia Campos

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"-2012

Características mais detalhadas sobre os municípios nos quais foram produzidos os dados que integram este relatório serão apresentadas no item 3.2.

3.1. Desenvolvimento dos estudos qualitativos na região Nordeste

Os estudos qualitativos realizados nos seis municípios do Nordeste foram desenvolvidos no período de 18 a 27 de maio de 2012, por duplas de pesquisadores, definidas, sempre que possível, a partir do critério de formação e experiência dos mesmos: a coordenação regional da pesquisa buscou reunir um pesquisador com maior inserção na Educação Infantil e outro com maior inserção na Educação do Campo. Esta composição foi realizada com base na reflexão de que, assim formadas as duplas, poder-se-iam ter visões mais apuradas dos pesquisadores para os aspectos relacionados à própria Educação Infantil do Campo (EIC). De fato, ao final do trabalho de pesquisa, constatou-se que a presença de pesquisadores com estes dois olhares nas experiências investigadas resultou num trabalho que trouxe para os relatórios de campo aspectos importantes à reflexão acerca da própria EIC. Cada dupla de pesquisadores permaneceu, em média, cinco dias nos municípios que compõem o conjunto de seis municípios investigados no Nordeste.

Os seis municípios foram selecionados considerando-se os seguintes critérios: a) densidade demográfica de crianças de 0 a 6 anos de idade; b) presença de populações do campo; c) atendimento de crianças de 0 a 3 e de 4 a 6 anos na rede municipal de educação, prioritariamente em escolas da zona rural; e d) viabilidade de realização da pesquisa.

Na região Nordeste, os seis estudos qualitativos foram realizados em diferentes estados, por meio do trabalho de uma equipe de 12 pesquisadores, que se distribuíram em duplas para a coleta dos dados.

É importante ressaltar que houve um processo de construção prévio à própria entrada em campo, por parte dos pesquisadores implicados com a investigação nos seis municípios. Como conduta comum, eles buscaram, antes da ida a campo, estabelecer contatos com as secretarias dos municípios que participaram da pesquisa qualitativa, anunciando e combinando com eles a realização e a agenda de uma segunda etapa da pesquisa nacional, desta vez através do enfoque qualitativo. Em todos os seis municípios, a recepção foi extremamente positiva e os pesquisadores puderam contar, em alguma medida, com a infraestrutura disponível nestes municípios. Estes nem sempre dispunham de carros para favorecer os deslocamentos dos pesquisadores às escolas, especialmente àquelas localizadas na zona rural. Em apenas um dos municípios que participaram da pesquisa qualitativa no Nordeste, foi possível contar com a disponibilidade de um carro da prefeitura para deslocar os pesquisadores. Nos demais, contou-se com a infraestrutura disponibilizada pela coordenação nacional da pesquisa.

Além das secretarias municipais de educação, cabe destacar o papel que tiveram, para o bom andamento da pesquisa, entidades e organizações como UNIDIMEs, UNCMes, Fóruns de Educação Infantil e Educação do Campo e as próprias universidades as quais os pesquisadores estão vinculados. A participação das referidas entidades e organizações ocorreu de maneira diferenciada em cada município pesquisado, conforme a existência e mesmo disponibilidade delas, quando da inserção dos pesquisadores nos campos de pesquisa. Elas colaboraram socializando contatos das secretarias de educação dos municípios, divulgando a realização da pesquisa junto aos secretários de educação dos municípios envolvidos na investigação qualitativa da pesquisa nacional, acompanhando os pesquisadores no momento de inserção no campo de investigação e facilitando a interface destes pesquisadores com as escolas e as famílias pesquisadas.

Seguindo o Manual da Pesquisa Qualitativa⁶, apresentado no Capítulo 2 deste relatório, os pesquisadores conduziram o processo de investigação respeitando os acordos construídos ao longo das reuniões de formação, das quais participaram nos meses de março e maio de 2012. Assim, um padrão de conduta ética e de utilização dos roteiros de observação e de entrevistas foi seguido de maneira comum por todos os pesquisadores, inclusive os do Nordeste. Esses roteiros serviram de base para o registro

⁶ Ver apêndice 1.

das informações obtidas e posterior confecção dos relatórios das pesquisas de campo, utilizados como fontes para a produção deste relatório regional.

As pessoas que foram entrevistadas no decorrer da pesquisa de campo são compreendidas como informantes que *representam* as seguintes instituições: secretaria municipal de educação do município pesquisado, gestão da escola, famílias usuárias, famílias não usuárias e movimentos sociais.

No decorrer da produção deste relatório regional, estes entrevistados estarão indicados como *representantes* das referidas instituições, sem, no entanto, estarem identificados de maneira pessoal. Em geral, os entrevistados foram identificados pelos pesquisadores a partir da compreensão de que a própria instituição indicaria a pessoa que melhor poderia contribuir com os dados necessários à pesquisa, ou, ainda, como aquela pessoa que, no momento da entrevista, estava mais disponível para responder às perguntas feitas pelos pesquisadores. Assim, por exemplo, pela secretaria municipal de educação, responderam pessoas que ocupam funções diferentes no âmbito das referidas secretarias em cada um dos municípios pesquisados. No entanto, para fins de análise e de produção deste relatório, essas pessoas serão identificadas de maneira genérica, como, por exemplo, *representante da Secretaria Municipal de Educação*.

No total, foram ouvidos 07 (sete) representantes de secretarias municipais de educação, 17 (dezessete) representantes de escolas, 22 (vinte e dois) representantes de famílias usuárias, 13 (treze) representantes de famílias não usuárias e 06 (seis) representantes de movimentos sociais. Na pesquisa realizada no Nordeste, representaram cada uma das instituições pesquisadas pessoas que ocupavam as seguintes funções:

- **Secretarias Municipais de Educação:** secretários de educação – de ambos os sexos -, coordenadores da Educação Infantil do município – de ambos os sexos -, supervisoras pedagógicas de Educação Infantil do município e coordenadora geral pedagógica de ensino do município.
- **Gestão das escolas:** diretoras de escolas ou creche e coordenadoras de escola ou centro de Educação Infantil.
- **Famílias usuárias:** mães, avós e tias das crianças.
- **Famílias não usuárias:** mães e avós das crianças.

- **Movimentos Sociais:** representantes de sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios, representantes do movimento dos assentados da Reforma Agrária e representante do Conselho Municipal das Crianças e Adolescentes.

É importante destacar, ainda, que a perspectiva dos pesquisadores que foram a campo também será considerada como dado de pesquisa. Assim, suas observações e análises também estarão contempladas neste relatório.

3.2. Breve caracterização dos municípios pesquisados

Município 1

O município 1, segundo dados do IBGE (2010), possui uma população total de 32.026 pessoas, distribuídas numa área de 309,211 Km², com densidade demográfica de 81,04 hab/km². Do total de habitantes, 51,2% estão na zona urbana e 48,8% na zona rural. Sendo assim, aproximadamente metade da sua população (15.639 pessoas) se encontra em áreas rurais, sendo 8,9% dessa população rural de crianças de 0 a 5 anos de idade.

O PIB do município é de R\$ 5.733,96 (IBGE, 2008). Ele se destaca mais pelos serviços (1º lugar), indústria (2º lugar) e agropecuária (3º lugar). Seu IDH é de 0,681 (PNUD, 2000).

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação (2012), o município 1 tem 2.722 crianças de 0 a 5 anos de idade. Destas, somente 1312 crianças estão matriculadas na creche e na pré-escola (CENSO ESCOLAR, 2011). O déficit de atendimento é de 1.410 crianças, sendo que a maior demanda encontra-se na creche.

De acordo com o secretário de educação do município, a Educação Infantil atende “da mesma forma” no campo e na cidade. O núcleo pedagógico procura homogeneizar esse atendimento. Unidades de creches foram implantadas em áreas rurais do município, porém no município não há berçário (nem na cidade nem no campo). A recomendação da Secretaria de Educação é de que o atendimento seja feito a partir dos dois anos de idade.

No referido município, encontra-se a presença de quilombolas e agricultores familiares.

Município 2

O município 2, que possui 877, 297 km², possui a presença de assentados e agricultores familiares. Sua população totaliza, segundo os dados do IBGE (2010), 27.124 habitantes, dos quais a maioria (17. 195) reside na zona rural e apenas 9.929 na zona urbana. Apresenta o PIB de 136.244,838 (IBGE, 2008) e o IDH de 0,556 (PNUD, 2000). Suas principais fontes econômicas são a agricultura, a pecuária e o turismo.

A população rural de 0 a 3 anos é de 1334 crianças e a de 4 a 6 anos: 990 crianças. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação (2012), o município realiza o atendimento de Educação Infantil, para crianças de 0 a 3 anos, apenas na zona urbana, enquanto que esse atendimento, para as de 4 a 6 anos, é feito tanto na zona urbana como na rural. O número de matrícula em pré-escola de escola rural é de 514. Não foi informado, pela mesma secretaria, o número de matrículas específico para 0 a 3 e 4 a 6 anos.

Também segundo informações da Secretaria Municipal de Educação do Município 2, não há, em sua estrutura de funcionamento, setor ou equipe responsável pela Educação Infantil ou pela Educação do Campo. Segundo a mesma secretaria, as orientações para Educação Infantil estão formalizadas em Lei municipal e no Plano Municipal de Educação, contemplando apenas a pré-escola.

Sobre as modalidades de funcionamento da Educação Infantil na zona rural e na zona urbana do município 1, as crianças de 0 a 6 anos são atendidas em prédios específicos para a Educação Infantil, em prédios ou salas anexas a Escolas do Ensino Fundamental ou em salas multisseriadas do Ensino Fundamental.

Atuam como profissionais na Educação Infantil do município auxiliares de enfermagem, nutricionistas e professores (em número de 45 na zona rural). Esses profissionais são contratados por meio de concurso público.

Os docentes do município possuem plano de Carreira, Cargos e Salários e aqueles que atuam em escolas rurais, em sua maioria, residem na zona rural.

A Secretaria de Educação do município 2 informou que não oferta programa de formação continuada específico para os professores que atuam na Educação Infantil.

Município 3

O município 3 apresenta uma população de remanescentes de quilombos. A população total do município é de 25.479 habitantes, distribuídos em 343 km². Do número total de habitantes, 7.094 fazem parte da população rural e 18.313, da população urbana.

O PIB do município 3 é de 86.494,372 (IBGE, 2008), enquanto que o seu IDH é de 0,6 (PNUD, 2000), sendo as suas principais atividades econômicas distribuídas na agropecuária, indústria e serviços.

A população Rural de 0 a 3 anos é de 538 crianças, enquanto a população rural de 4 a 6 anos é de 489. Essa população é atendida na Educação infantil, segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, tanto em escolas rurais, como em escolas urbanas. As matrículas nesse nível de educação estão assim distribuídas:

Matrículas	0 a 3 anos	4 a 6 anos
Zona urbana	75	533
Zona rural	51	185

O município possui orientações para a Educação Infantil formalizadas no Plano Municipal de Educação, tendo setores responsáveis tanto pela Educação Infantil como pela Educação do Campo, conforme a mesma secretaria.

A oferta de Educação Infantil no município acontece em salas específicas para este nível, mas também em prédios ou salas anexas a escolas de Ensino Fundamental, assim como em salas multisseriadas de Ensino Fundamental.

Os professores que atuam na Educação Infantil no município possuem a formação inicial em Pedagogia (24) ou Magistério (23). A título de formação continuada, segundo a Secretaria de Educação, participam de cursos de atualização, reuniões pedagógicas e congressos ou seminários.

Aqueles que atuam em escolas rurais, em sua maioria, moram em área urbana e possuem Plano de Carreira, Cargos e Salários.

Município 4

O município 4 selecionado para o estudo qualitativo tem a presença de assentados. De acordo com o IBGE, no ano de 2010, sua população era estimada em 50.151 habitantes, sendo o décimo mais populoso do estado e o mais populoso de sua microrregião. Apresenta uma área territorial de 316 km².

A densidade demográfica do município é de 158.92 hab/km². Segundo os dados do censo de 2010, possui uma população urbana de 38.149, enquanto a rural é 12.002. Desse total, 24.658 são homens e 25.493, mulheres. A população rural de 0 a 3 anos é de 780 crianças, e a de 4 a 6 anos é de 609

Conforme ainda os dados do IBGE (2008), o PIB total desse município é de R\$214.536,661, enquanto o PIB per capita é de 4.498,57, sendo as atividades no município distribuídas entre os setores da agropecuária, indústria e serviços. Em 2000, o IDH do município era de 0.556.

Na agricultura, destaca-se a produção de abacaxi e cana de açúcar, sendo produzidos também, em menor escala, a mandioca, o feijão e a batata doce. O setor indústria é pouco desenvolvido, embora o município possua algumas indústrias.

As matrículas na Educação Infantil no município, em 2011/2, estavam assim distribuídas:

Matrículas	0 a 3 anos	4 a 6 anos
Zona urbana	126	620
Zona rural	0	344

O município oferta Educação Infantil, apenas na pré-escola, para as crianças residentes em área rural tanto na zona urbana como na rural, em salas multisseriadas do Ensino Fundamental ou na própria Educação Infantil. Além disso, tem suas orientações formalizadas para a Educação Infantil no Plano Municipal de Educação e em outros documentos. O município, segundo sua secretária de educação, também possui orientações para a Educação do Campo.

Os professores que trabalham com crianças de 0 a 6, em salas multisseriadas, são em número de 8 e têm a formação inicial em Pedagogia.

Município 5

O município 5 tem uma população estimada de 30.041 habitantes (2010/IBGE), distribuídos numa área de 301 km², com densidade demográfica de 99,76 hab/km². Seu PIB per capita é de 4.722, 18 reais, sendo o IDH do município de 0,66 (PNUD, 2000). As populações do campo presentes nesse município são pescadores artesanais e agricultores familiares.

Segundo a Secretaria de Educação do referido município, as crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais do município são atendidas apenas em escolas rurais, em prédios específicos para a Educação Infantil ou em prédios ou salas anexas do Ensino Fundamental. Em 2011, segundo dados da mesma secretaria, o número de matrículas na Educação Infantil no referido município apresentava a seguinte configuração:

Matrículas	0 a 3 anos	4 a 6 anos
Zona urbana	255	271
Zona rural	322	587

Pode-se constatar, dessa forma, que o número de matrículas era maior na zona rural (909) do que na zona urbana (526). As turmas de pré-escola funcionam geralmente em escolas que também oferecem o Ensino Fundamental e há poucas creches.

Embora informe que possui setores responsáveis tanto pela Educação Infantil como pela Educação do Campo, a Secretaria de Educação informa não ter orientações para a Educação Infantil formalizadas em documentos.

Município 6

O município 6 tem a presença de pescadores artesanais e assentados e caracteriza-se por possuir uma população de 145.293 habitantes, dos quais 69.727 são homens e 75.978, mulheres. A densidade demográfica é de 306, 92 hab/km². Seu PIB per capita é de 4.638,59 reais. A agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de arroz, feijão, mandioca, milho.

A rede municipal de ensino conta com 78 escolas que atendem na Educação Infantil, sendo 17 privadas e 71 públicas. A população rural de 0 a 3 anos é de 622 crianças, enquanto a rural de 4 a 6 anos é de 523 crianças.

Seu sistema municipal de educação oferta o atendimento para as crianças de 0 a 6 anos apenas em escolas na zona rural. A oferta de Educação Infantil no município acontece em salas específicas para este nível, mas também em prédios ou salas anexas a escolas de Ensino Fundamental, assim como em salas multisseriadas de Ensino Fundamental.

A Educação Infantil no referido município apresentava o seguinte quadro de matrículas em 2011:

Matrículas	0 a 3 anos	4 a 6 anos
Zona urbana	624	3.244
Zona rural	152	373

A secretaria municipal do município possui um setor responsável pela Educação Infantil no município, embora não especificamente para a Educação do Campo.

As orientações para a educação Infantil estão formalizadas no Plano Municipal de Educação, em Resolução do Conselho Municipal de Educação, além de em outros documentos.

4 | DIMENSÃO PEDAGÓGICA EM SISTEMAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO NORDESTE DO BRASIL

Nesta seção será priorizado o olhar para os aspectos referentes à oferta e demanda na Educação Infantil nos municípios pesquisados e à dimensão pedagógica, flagrados em diferentes momentos e a partir da percepção de diferentes representantes entrevistados durante as pesquisas de campo. Como já foi dito anteriormente, as observações realizadas pelos pesquisadores também se constituíram em importantes fontes de informação para a produção deste relatório regional e serão integradas às análises que aqui serão feitas.

No que tange à dimensão pedagógica, serão considerados dados relativos à existência ou não de proposta pedagógica nas escolas, legislação, transporte, rotinas das e com as crianças, incluindo a alimentação, agrupamento, existência de materiais pedagógicos, relação escola-família-comunidade, inclusive sob o ponto de vista da participação da família e da comunidade na gestão da escola, espaço físico, calendário específico, sobretudo quando se trata de escolas localizadas em área rural. Também, neste eixo, serão discutidos aspectos relacionados aos professores quanto: à formação inicial e continuada, à percepção das famílias, dos gestores municipais e de representantes de organizações sobre eles no que tange, dentre outros aspectos, a preferências sobre o lugar de moradia e gênero para lidar com as crianças.

4.1. Oferta e demanda

Para iniciar a discussão sobre os aspectos aqui em análise, um primeiro elemento que merece destaque, no sentido de compreender a oferta de Educação Infantil do Campo nos municípios pesquisados é o critério de matrícula de suas escolas para a Educação Infantil. Enquanto está previsto que a Educação Infantil deve ser ofertada a crianças de 0 a 3 anos de idade, em creches, e a crianças de 4 a 6 anos, na pré-escola, nos seis municípios pesquisados, foi verificado que o atendimento acontece para crianças a partir de 2 anos, e que, na zona rural, esta oferta é mais recorrente a partir dos 4 anos, como se pode atestar nas falas abaixo:

Para [a faixa etária] de 0 a 3 anos da zona rural a gente não tem procura, não tem demanda, é tanto que na zona rural a gente não oferece, só oferece na zona rural de 4 a 6 anos.(Secretária municipal de Educação do M4)

Observamos que parece ter uma orientação da secretaria de educação para atender crianças a partir dos 2 anos de idade nas instituições de Educação Infantil do campo, pois nas duas unidades observadas só podem ser matriculadas crianças a partir dessa idade.(Pesquisadoras do M1)

[Foi informado pelo representante da Secretaria Municipal de Educação]o aumento da oferta de atendimento, mas que se restringe às crianças dos 3 aos 5anos, sem contemplar os bebês. Assegura que a demanda das famílias por vaga é mais forte a partir dos 2 anos de idade das crianças. O município não faz distinção ou especificidade do atendimento da zona urbana para a rural – campo. (Pesquisadoras do M6)

O maior desafio são as famílias, ou seja, convencê-los de colocar as crianças na creche. Por exemplo, aqui tem uma creche (urbana) e nessa creche foram destinadas vagas para as crianças da comunidade quilombola (...), os pais foram avisados das vagas e do transporte para as crianças, mas há uma resistência, não houve nenhuma matrícula (Representante da Secretaria municipal de Educação de M3).

Tal constatação aponta para o fato de que os municípios pesquisados não ofertam atendimento para os bebês de 0 a 2 anos. Nas falas dos representantes de secretarias municipais de M3 e M4, justifica-se tal ausência pela resistência das famílias em matricular crianças com menos de 3 anos em creches.

No entanto, o que foi observado pelos pesquisadores é que não existe efetivamente condições para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos em áreas rurais, devido à ausência de creches, com infraestrutura e proposta pedagógica adequadas a essa faixa etária, nessas áreas. Os seis municípios, quando ofertam atendimento em creches de crianças residentes em área rural, o fazem naquelas localizadas na zona urbana e só recebem crianças a partir dos dois anos. Depreende-se, dessa forma, que a falta dessa cobertura nas áreas onde moram as crianças do campo determina, em grande medida, a invisibilidade da demanda para esta faixa etária. Nesse sentido, é significativa a fala de um dos representantes dos movimentos entrevistado:

os pais têm muito interesse que os filhos desde bem pequenos frequentem a escola, mas não aceitam colocar as crianças na faixa etária de 0 a seis anos em transporte escolar, precário e perigoso, com estradas em péssimas condições (Representante de movimento social do M5).

Na fala supracitada, adquire relevo a preocupação dos pais com a segurança do deslocamento das crianças de pouca idade para escolas ou creches distantes de onde residem no campo, em transportes escolares precários. Tal problemática traz à tona a correlação entre a demanda pela Educação do Campo e as condições de oferta dessa Educação. Em outras palavras, para que a demanda efetivamente se revele, são necessárias condições de oferta adequadas para Educação das crianças pequenas.

No que diz respeito à faixa etária de 4 a 6 anos, foi constatado que, em geral, existe um atendimento em escolas que congregam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, na maioria dos casos, agrupando-se todos os alunos da pré-escola numa

mesma sala, ou, em alguns casos, junto com os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Como bem observou a professora Maria do Socorro Silva, por ocasião de sua participação, como debatedora, do II Encontro Temático de Educação Infantil do Campo, realizado em Brasília, nos dias 25 e 26 de setembro de 2012, é pela porta do Ensino Fundamental, quase sempre realizado em classes multisseriadas, que as crianças da Educação Infantil, que moram em áreas rurais, chegam à educação formal no Nordeste. Esta parece ser a oferta destinada às crianças residentes em área rural nesta região, sobretudo quando se trata da oferta na própria zona rural.

Considera-se que, diante desse quadro, é necessário enfrentar esta situação, acolhendo as crianças que só encontram esta porta aberta para ter acesso ao direito fundamental à educação, via Ensino Fundamental, e, a partir daí, buscar superar os dilemas que lhes são impostos por este formato de oferta, para que tenham garantido o direito a uma Educação Infantil do Campo que as considere como centro do processo pedagógico, considerando, ainda, suas infâncias e o direito de vivê-las. Para tal, a proposta pedagógica da instituição de Educação Infantil, bem como suas condições físicas, seus materiais pedagógicos e seus professores, dentre outros aspectos, precisam estar sintonizados com esta centralidade da criança no momento de realizar uma linha de atuação educativa voltada a ela.

4.2. Dimensão pedagógica

Para análise dos dados coletados nos seis estudos qualitativos do Nordeste, serão tomados como referências documentos que regulamentam e orientam o funcionamento da Educação, de forma geral, e da Educação Infantil e Educação do Campo de forma específica, a saber: a lei de Diretrizes e (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEIs) e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBECs). Também, outros dispositivos legais apontados no Capítulo 1 serão tomados como base para a interlocução com os dados produzidos nestes estudos qualitativos.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 12, estabelece que todo estabelecimento de ensino deve elaborar e executar proposta pedagógica própria.

As DCNEIs (BRASIL, 2009), por sua vez, em seu parágrafo 3º, do artigo 8º, versam sobre as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil. Conforme é estabelecido no referido parágrafo, as propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem:

- I - reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;
- II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;
- III - flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;
- IV - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;
- V - prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

No que tange às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo (BRASIL, 2002), o parágrafo único, do artigo 2º, trata da identidade da escola do campo, e o artigo 5º, das propostas pedagógicas das escolas do campo. Quanto à identidade das escolas do campo, esta é definida pela vinculação às questões inerentes à sua realidade. No que diz respeito às propostas pedagógicas das escolas do campo, estas devem respeitar as diferenças e o direito à igualdade e contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia e devem, conforme consta no parágrafo único, do artigo 5º, ser elaboradas no âmbito da autonomia das instituições, sendo desenvolvidas e avaliadas sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Educação Profissional de Nível Técnico.

No que diz respeito à existência de uma proposta voltada especificamente para a Educação Infantil do Campo, não foi constatado, pelos pesquisadores, em nenhum dos

municípios pesquisados, direcionamentos pedagógicos sistemáticos que contemplem as especificidades do *modus vivendi* e, portanto, da identidade do homem do campo. Não foi constatada, por exemplo, a flexibilização do calendário das escolas que atendem às crianças do campo, em nenhum dos municípios pesquisados: todas seguem um único calendário elaborado pelas Secretarias de Educação Municipais para as escolas urbanas e rurais. Também não houve relatos de práticas pedagógicas que valorizem e evidenciem os saberes e o papel das populações do campo na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural, como prevê o inciso IV, do artigo 3º, das DCNEIs.

Tal constatação evidencia a distância entre o que se efetiva em termos de proposta pedagógica nas escolas pesquisadas e o que está previsto no parágrafo único do artigo 2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo (BRASIL, 2002): “as propostas pedagógicas das escolas do campo devem respeitar as diferenças e o direito à igualdade e contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.”

Nos municípios pesquisados no Nordeste, foram encontradas quatro situações com relação à existência de um projeto político pedagógico (PPP), segundo os gestores das escolas entrevistados: 1) escola que não têm

PPP; 2) escolas que estão elaborando o PPP; 3) escolas que possuem um PPP desatualizado; e 4) escolas que seguem as orientações pedagógicas fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), conforme se pode observar no quadro a seguir:

Quadro 4. Situação das escolas pesquisadas no Nordeste quanto aos Projetos Político-pedagógicos

Municípios	Não tem PPP	PPP em construção	PPP desatualizado	Seguem orientações das SEDUCs
M1		03 escolas		
M2				02 escolas
M3		02 escolas	01 escola	
M4	01 escola		02 escolas	
M5	01 escola	02 escolas		
M6				03 escolas

Fonte: Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”-2012

Os projetos político-pedagógicos das escolas observadas, quando existem, não fazem menção à Educação do Campo, fato bastante sintomático, quando se considera que a maior parte dessas escolas está em áreas rurais, atendendo a crianças residentes nessas áreas, e que um projeto pedagógico deve ser pensado para os sujeitos que serão por ele contemplados.

Nesse sentido, é relevante a preocupação de uma das diretoras das escolas pesquisadas, quando afirma que não tem conseguido reunir a comunidade escolar para a elaboração do PPP da escola que dirige, já que a reivindicação da inclusão dos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia deveria partir da própria comunidade onde se insere a escola. O distanciamento das famílias em relação às escolas também aparece como um aspecto destacado pelos pesquisadores de outros dois municípios em foco, em seu relatório:

O relato [das famílias] de um modo geral demonstrou a nosso ver um distanciamento das famílias do cotidiano da escola, pouco frequentam e desconhecem se existe conselho e pouco participam de conselhos ou reuniões. Esta participação tem ocorrido apenas no início do período escolar (Pesquisadores do M6).

Segundo o informante (Diretor da escola), a busca pela participação dos pais tem sido um trabalho complexo já que a maioria das famílias não tem como práticas cotidianas levar as crianças à escola, exceto o caso das crianças da Educação Infantil, ainda assim, fez ele questão de registrar que poucos frequentam reuniões da escola. Para ele, as melhores estratégias para essa questão são: buscar conversar com os pais na entrada, chamar para conversas individuais. Ir visitar as famílias e fazer uma reunião por semestre (Pesquisadores do município 2).

No que diz respeito à Educação Infantil, as observações realizadas, pelos pesquisadores que foram a campo, dão conta de que a proposta pedagógica para as crianças pequenas, sobretudo para as de 4 a 6 anos, em execução nas escolas, está muito vinculada às práticas de escolarização do Ensino Fundamental. Nesse sentido, são ilustrativas as observações dos pesquisadores dos municípios pesquisados:

Embora a maioria das atividades tenham sido observadas com as professoras em salas de aula ou ainda apostas e impregnadas nos espaços físicos externos ou internos às salas (cartazes, colagens, desenhos), pareceram, portanto, patentes que as propostas e recursos pedagógicos encontravam-se todos direcionados a propostas pedagógicas direcionados a processos de escolarização tradicionais voltados para o reconhecimento de números e letras sem qualquer ligação com processos e recursos mais lúdicos de alfabetização que em

geral deveriam ser comuns as crianças nessas faixas de idade (Pesquisadores do M2).

A professora escreveu as palavras Bola, Mala, Rato, Jacaré, Boneca, Menino, Menina, cada uma de uma vez no quadro, e foi lendo com as crianças. Fazia a leitura soletrando e pronunciando as sílabas. Em relação à atividade de matemática, contagem, a professora copiava a atividade do livro no quadro e a criança anotava a resposta no seu livro. Boa parte das crianças não conseguia acompanhar a atividade, sobretudo as que estavam com a atividade no caderno (Pesquisadores de M1).

As constatações aqui apresentadas acerca da prática pedagógica das escolas pesquisadas revelam uma ênfase em um trabalho tradicional com a língua escrita – calcado no reconhecimento de letras e sílabas - e com noções da matemática, abordagem que desconsidera o modo de aprender das crianças pequenas que envolve a ludicidade e o processo sociointerativo.

São evidentes ainda as lacunas no que diz respeito ao trabalho com outras linguagens (música, artes visuais, movimento, natureza e sociedade), igualmente importantes para o pleno desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos, como está indicado no artigo 8º. das DCNEIs:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Em uma escola de um dos municípios pesquisados, foi observado, por exemplo, que não há momento de atividade para as crianças na área externa, ficando as crianças quase que todo o tempo que estão na escola dentro das salas de aula. Também, foram observadas escolas nas quais as rotinas das crianças são diferenciadas para o 2 a 3 e o 4 a 6. A grande diferença é que enquanto que, para as pequenas, há uma tendência a existirem atividades relacionadas à música, à contação de histórias e à ludicidade, para as crianças maiores, de 4 a 6 anos, a rotina inclui o uso do caderno e do lápis. Em grande parte dos municípios, também foi possível observar a utilização de livros ou “cadernos” didáticos, como direcionadores do trabalho do professor, fato que pode limitar, ou mesmo inibir, a autonomia desse profissional com relação à construção de sua prática pedagógica.

Neste ponto, adentra-se nos relatos das rotinas realizadas com as crianças no âmbito do espaço institucional. Para destacar e discutir de forma mais específica este aspecto, será introduzido um outro item que, além de apresentar as rotinas realizadas com as crianças nas escolas pesquisadas, também apresentará as rotinas das crianças em suas casas, a partir dos relatos das famílias usuárias e não usuárias e das observações dos pesquisadores que foram a campo.

4.2.1. Rotina com as crianças e das crianças.

Neste item, destinado a apresentar dados relacionados às rotinas realizadas com as crianças nas escolas investigadas, também, como foi dito acima, serão exibidos dados que dizem respeito às rotinas das crianças no espaço extra-escolar, sobretudo no espaço doméstico – lugar onde grande parte das crianças, filhas das famílias entrevistadas neste estudo, passa o seu dia.

Em uma das escolas do município 2, os pesquisadores observaram que a mesma não seguia uma rotina junto às crianças. Estas, “ficavam soltas” e participavam das atividades conforme chamamento dos professores, que não pareceram, segundo relato da observação dos pesquisadores, realizar um trabalho a partir de um planejamento.

Como já assinalado acima, um dado bastante expressivo verificado nas escolas pesquisadas no Nordeste foi a tendência a atividades de escolarização junto a crianças da Educação Infantil. Os relatos abaixo indicam tal tendência e explicitam ainda, quando se olha para a rotina seguida pelas crianças, uma limitação de atividades cotidianas à alimentação, higiene e a ações praticadas dentro das salas de aula:

A dinâmica de trabalho com as crianças de 0-3 anos não é muito diferente das de 4-6anos. Na sala das crianças de 2 anos não tem quadro de giz na parede, mas nos outros grupos sim. Todas elas fazem atividades “acadêmicas”. As atividades observadas foram: colagem, pintura, identificação das vogais. E as crianças de 4 e 5 anos estão sendo alfabetizadas com um livro didático que a diretora encontrou na secretaria de Educação e trouxe para creche (Pesquisadoras do Município 1).

O município não tem uma proposta curricular para Educação Infantil. Nós aqui adotamos e usamos o livro, inclusive na alfabetização. Aqui tínhamos o projeto de três anos Alfa e Beto. A deliberação para uso de livro na Educação Infantil aqui no município advém do MEC. (Representante da Secretaria Municipal de Educação do Município 2).

[As crianças] quando chegam, vão para o banho, dividido por sexo. Após seguem para o café. Voltam para a sala de aula e às 10h tem o lanche, 11h50min tem o almoço. Depois do término do almoço, os menores vão dormir e os maiores ficam no reforço. Finalizando o reforço, vão dormir. (Diretora de uma creche urbana do Município 3).

Quando chegam, rezam às 7:50, em seguida cantam os hinos de [nome do município] e do Brasil e, terminando, seguem para as salas. Às 9:30 é o recreio e às 11:45 estão liberados. Materiais pedagógicos e jogos não ficam disponíveis nas salas. Não fazem uso da área externa da escola para atividades. (Diretora de uma escola municipal do Município 3).

Essa realidade parece ilustrar o que Machado (1999) aponta como sendo da ordem de um modelo de escolarização estereotipado que vem sendo implementado em creches e pré-escolas de todo o país. A autora ainda observa que, sob o nome de “escolinha”, são identificadas creches ou pré-escolas, promovendo, de maneira caricata, uma transposição para a Educação Infantil de procedimentos utilizados nas escolas de Ensino Fundamental (MACHADO, 1999, p. 86). Essa análise feita pela autora, de maneira geral, pensando o país em seu conjunto, parece se repetir na realidade de instituições educacionais localizadas no espaço rural brasileiro, ou que atendem a moradores desse espaço.

No caso específico do Nordeste, mais que se repetir, o que está dito acima parece ser uma realidade que faz parte da própria oferta de Educação Infantil nos espaços rurais da região. De um modo geral, para além da região Nordeste, pode-se afirmar que no movimento de busca por uma Educação Infantil do Campo que reconheça direitos universais e formas específicas de assegurá-los, no que tange à educação, assiste-se a um espraiamento de dilemas que são iguais em instituições que se dizem voltadas à promoção da Educação Infantil, tanto no espaço urbano, como no espaço rural.

No contexto do cotidiano nas instituições educativas pesquisadas, a alimentação foi um aspecto observado pelos pesquisadores como presente em todas elas e como fazendo parte do cotidiano das crianças no espaço institucional. O que variou foi o tipo e

a quantidade dos alimentos ofertados às crianças, conforme se pode ver nas sequências abaixo:

A alimentação das crianças consiste numa merenda. As crianças não gostam muito da alimentação: preferem comer o que trazem de casa (Diretora de uma escola do Município 5)

A merenda servida no dia da visita foi leite com chocolate e biscoito salgado. A diretora informou que os alimentos da merenda escolar são comprados pela secretaria de educação e que não contempla os alimentos produzidos na comunidade (Pesquisadoras do Município 1)

Com relação à merenda, as crianças preferem trazer de casa. (Mãe, representante de família usuária do Município 1)

O sistema de refeições é lanche frio (leite achocolatado, biscoitos e mingaus). O cardápio segue as definições da secretaria, direcionadas pelo setor nutricional e não difere de outras regiões, não apresentando diferenças ou baseando-se na safra e cultura alimentar local. As produções de frutas e alimentos da região (como leite, por exemplo) não entram na escola de forma planejada pela política do município. As crianças da zona rural comem o que as crianças da zona urbana também comem nas cidades (Pesquisadores do Município 2).

Segundo as pesquisadoras que realizaram o trabalho investigativo no município 5, em todas as três escolas que observaram há a oferta de uma refeição por turno, preparada na própria escola. Em duas das escolas visitadas, as refeições são servidas na sala de aula, por falta de um refeitório. Apenas no Centro de Educação Infantil deste município foi verificada a existência de um refeitório, com mesas e cadeiras adequadas ao tamanho das crianças.

Nas sequências acima é ainda possível perceber a relação das crianças com os alimentos que são oferecidos pela escola. Tanto a diretora de uma escola do município 5, como a mãe de uma criança do município 1, explicitaram, em suas falas, que as crianças preferem os alimentos trazidos de casa. Esta observação foi feita também pela diretora de uma escola do município 3:

Os pais resistem muitas vezes em colocar os filhos na creche por causa da alimentação oferecida, que, é mais saudável, baseada em frutas, verduras, legumes. Os pais dizem que os filhos não gostam desse tipo de alimento.

Esta preferência das crianças pelo lanche de casa em detrimento do lanche oferecido na instituição educacional parece indicar certo “desencontro” entre a cultura alimentar das famílias e a cultura alimentar da escola. Talvez, indique mais do que um desencontro entre culturas alimentares, mas algo que passa pelo modo como a relação entre a escola e a família tem se construído – item que deverá ser abordado mais adiante. Outra observação possível de se fazer diz respeito à informação que os pesquisadores do município 2 trazem: a indiferenciação do lanche nas escolas localizadas na zona rural e na zona urbana e a não utilização de frutas e outros alimentos produzidos na região no cardápio alimentar oferecido às crianças. Estas duas informações podem se oferecer como pistas importantes para se pensar a alimentação como parte da rotina das crianças na escola e de sua importância no conjunto de políticas públicas direcionadas à Educação Infantil do Campo.

No que tange à rotina das crianças, entendida como aquela que diz respeito ao cotidiano doméstico e as ações realizadas pelas crianças junto às famílias em outros espaços que não a instituição educacional, foi possível verificar que, fora da escola, a criança tem o seu cotidiano marcado pelas relações familiares, baseadas no núcleo mínimo ao qual a criança pertence, de vizinhança e, ainda, de parentesco. Assim, a casa e a escola são os espaços nos quais as crianças realizam suas ações cotidianas com mais frequência. Segundo uma mãe do município 5, representante de família usuária, é assim a rotina de sua filha:

Vai para o colégio, almoça, dorme, brinca, faz os deveres, janta, brinca e vai dormir. Convive bastante com os primos que moram próximo. Geralmente brincam de correr, de esconde-esconde, de bola e com bicicleta. Ela gosta de assistir TV e DVDs educativos.

A rotina de outra criança deste município, uma menina, foi assim relatada pela sua avó:

Ela vai à escola pela manhã, depois almoça e vai brincar. Janta às 17 horas e dorme cedo. Quase não tem brinquedos em casa. Ela gosta de assistir televisão.

No município 2, a rotina das crianças pertencentes às famílias entrevistadas também segue uma lógica que envolve, prioritariamente, o mundo da casa e seu entorno e a escola, conforme se pode ver nas sequências abaixo:

Minha filha acorda cedinho para ir com o pai “apanhar gado”, tirar leite. Ela fica acompanhando a tirada do leite do tio e do pai, conversa com um, conversa com outro, conversa, conversa, conversa! Pergunta, pergunta, pergunta! Toma banho, toma café, vai para a escola. Quando volta, toma banho, almoça, vai brincar. Ela filha fica só o dia todo. Brinca de bicicleta e de boneca. Aqui na comunidade, cada um fica em sua casa (Mãe, representante de família usuária do município 2).

Minha filha pula de uma casa para outra, às vezes me ajuda. Gosto de ver crianças brincando, pulando. Minha filha passa o dia praticamente brincando com os primos (Mãe, representante de família usuária do município 2).

Pode-se perceber, tanto nestas duas sequências como nas anteriores, que se remetem às rotinas das crianças, sobretudo no espaço doméstico e entorno, como o brincar está presente em seu cotidiano. Se se comparar a rotina das crianças com a rotina com as crianças – esta última, como se sabe, relacionada, à rotina das crianças na escola, pode-se verificar que há uma “defasagem” muito grande do brincar e da brincadeira nestes dois ambientes: a escola e a família. Tal defasagem diz respeito à passagem da criança de seu universo familiar para o universo escolar. Ou seja, nesta passagem, a criança tem reduzido um eixo fundamental na construção do currículo na Educação Infantil (BRASIL, 2009): as brincadeiras.

O outro eixo, o das interações, também se mostrou mais presente no universo familiar da criança. A explicitação da rotina das crianças no ambiente escolar, por parte de diretores de escolas entrevistados e a partir das observações dos pesquisadores que foram a campo, aponta para uma sequência rígida, com poucos contatos, em termos de ações pedagógicas, entre adultos e crianças e crianças e crianças.

A própria observação das escolas pesquisadas indicou, segundo relato dos pesquisadores, que os espaços das instituições, bem como o uso que é feito deles, não colabora para uma maior interação entre crianças, adultos e próprio ambiente ao redor da escola, principalmente quando este ambiente é a zona rural – cuja paisagem é

caracterizada pelo predomínio da natureza em detrimento dos espaços construídos (WANDERLEY, 2010).

As DCNEIs (BRASIL, 2009), em seu artigo 3º., que trata do currículo na Educação Infantil, definem que este se caracteriza

Como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de zero a cinco anos de idade.

Silva, Pasuch e Silva (2012, p.107), pensando na brincadeira como oportunidade ímpar para a criança se apropriar dos patrimônios acima descritos, apontam que

a Educação Infantil pode se constituir em um espaço valioso para a promoção da brincadeira como atividade que possibilita às crianças vivenciar situações de protagonismo, confronto e superação de papéis sociais. A brincadeira, como atividade principal das crianças na Educação Infantil, além das possibilidades de exercício da decisão e da habilidade da criação, permite a abertura para novas formas de relação, de apropriação e de (re)produção de cultura.

Nesse sentido, nas realidades investigadas na região Nordeste, há que se repensar o lugar da brincadeira na Educação Infantil, introduzindo-a nos espaço da escola como fator indispensável à prática pedagógica realizada com as crianças. Este dado mostra-se como eloquente e indica a necessidade urgente de uma revisão na experiência pedagógica com crianças pequenas moradoras de áreas rurais nas escolas pesquisadas no Nordeste.

4.2.2. Materiais pedagógicos disponíveis

Outro aspecto a ser destacado quando se pensa na qualidade da proposta pedagógica para a Educação Infantil é a disponibilidade de materiais. Em todos os municípios foram observadas insuficiência ou ausência completa de parquinhos, brinquedos e materiais pedagógicos específicos para a Educação Infantil, como se pode atestar pelos relatos abaixo:

Os Brinquedos, materiais disponíveis, móveis e equipamentos não se encontram em bom estado de conservação. A presença de brinquedos

na creche é quase inexistente. Os brinquedos existentes são bichos de pelúcia e foram doados. O estado de conservação dos mesmos é muito ruim (Pesquisadores do M1)

Como as outras escolas visitadas e outras observadas no entorno do município, verificamos que na escola (...) também não existem equipamentos de lazer no pátio e nem um pátio propriamente, ou melhor, um pátio pensado para a finalidade recreativa, integrativa, de socialização etc (Pesquisadores do M2)..

...A escola não possui material específico para as crianças pequenas, especialmente brinquedos. As professoras confeccionam jogos com material de sucata... (Pesquisadores do M5)

A diretora da escola diz sentir falta de materiais pedagógicos diversificados, jogos educativos, brinquedos e livros de literatura infantil (Pesquisadores do M5).

Não há brinquedos disponíveis para as crianças, quanto aos materiais pedagógicos, as crianças utilizavam, no momento da visita, apenas, cadernos e lápis, na sala não havia outros materiais disponíveis (Pesquisadores do município 3).

Foram encontrados pequenos acervos de livros de Literatura Infantil, em muitas das escolas pesquisadas. Entretanto, um fato que chamou a atenção dos pesquisadores foi o estado precário de conservação deles. Em várias escolas visitadas, inclusive, as crianças não tinham acesso direto a esses livros, de forma que pudessem interagir com eles, uma vez que o professor determinava quando e como os livros seriam manipulados, como se pode observar no relato a seguir:

Segundo a diretora, a escola tem livros de literatura, mas eles não estavam disponíveis para as crianças. Também não encontramos livros de literatura na sala das crianças (Pesquisadores do M1).

Em escolas de um dos municípios pesquisados, sequer havia acervo de livros de Literatura Infantil indicados para crianças de 0 a 6 anos: *A escola não possui um acervo de livros infantis e os poucos que existem são para as crianças maiores das séries iniciais (Pesquisadores do M2).*

Considerando as lacunas de materiais pedagógicos aqui sinalizadas, ao que parece, há um prejuízo significativo das práticas pedagógicas que são desenvolvidas nas escolas pesquisadas, tendo-se em vista a importância de jogos, brinquedos e livros de Literatura Infantil como elementos catalisadores do desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos de idade.

4.2.3. Infraestrutura das escolas

Para discutir o tema da infraestrutura, será utilizado como fundamentação o documento *Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de Educação Infantil* (BRASIL, 2006). Esse documento se caracteriza por reunir parâmetros construídos coletivamente por educadores, arquitetos e engenheiros, que foram discutidos no âmbito de secretarias municipais de educação e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, no ano de 2004. Interessa, particularmente, neste documento alguns aspectos que são mencionados e que dizem respeito: à ênfase que é dada no sentido da incorporação de metodologias participativas no processo de construção de uma unidade de Educação Infantil, que deve considerar as necessidades e os desejos dos usuários, a proposta pedagógica e a interação com as características ambientais; à necessária formação de uma equipe interdisciplinar para favorecer que os diferentes saberes e objetivos sejam compartilhados; e à noção que, uma vez estando o ambiente da Educação Infantil preparado e organizado, a criança pode e deve propor, recriar e explorar o ambiente, modificando o que foi planejado (BRASIL, 2006, p.7).

Outros aspectos como diversidades existentes no país, densidade demográfica, contexto cultural, condições geográficas, dentre outros, são mencionados no referido documento, que atenta para a importância que o espaço lúdico infantil deve ter para ser dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável e acessível para todos (BRASIL, 2006, p.8).

Ressalta-se que o tema infraestrutura, do modo como é tratado neste documento, deixa claro que pensá-lo significa ir além da mera estrutura física e que podemos e devemos relacioná-lo ao tema proposta pedagógica. Ou seja, a estrutura física de uma instituição de Educação Infantil não deve ser pensada como algo que diz respeito apenas à construção ou reformulação de um espaço físico para crianças, mas deve ser pensada como espaço pedagógico, no qual a criança possa ter garantidas suas possibilidades de crescimento, desenvolvimento e interação social.

Outro aspecto que se quer destacar diz respeito ao reconhecimento que deve ser feito do contexto cultural no qual a infraestrutura de uma instituição de Educação Infantil vai ser construída. Neste aspecto, as especificidades culturais vinculadas, por exemplo, aos modos de vida dos diversos espaços do campo brasileiro, devem ser consideradas.

Apesar do reconhecimento destes aspectos, sabe-se que o Brasil ainda se encontra muito distante de realizar de maneira plena todos eles. Diferenças regionais, territoriais, dentre outras, podem ser percebidas quando comparamos a estrutura das instituições de Educação Infantil. De um modo geral, há o reconhecimento da precariedade de funcionamento de um grande número de instituições destinadas à Educação Infantil, faltando a estes serviços básicos, como água, esgoto sanitário e energia elétrica. Estas ausências se refletem, como se sabe, na experiência cotidiana das crianças nestas instituições, que se veem limitadas em seus movimentos, brincadeiras e exploração do ambiente (BRASIL, 2006).

Na visita às 16 escolas que atendem a crianças residentes em áreas rurais nos seis municípios investigados, foram observadas situações diversas quanto à infraestrutura dos prédios. Na maioria dos municípios, as escolas necessitam de reformas, com ampliação e adaptação dos espaços, substituição de portas e janelas, além de reparos de piso e teto, e pintura:

escola em geral precisando de reforma para melhorar teto (com goteiras) e paredes (salitre), portão central quebrado e pintura (Pesquisadores do município 4)

Internamente é feita de elementos vazados que permitem a visualização para o pátio interno da escola e cada sala conta com uma espécie de solário, que está mais para quintal, com pia e bancada grande na altura das crianças a planta baixa dessa escola 3 é bem interessante, mas está bem sucateada, precisando de carpina, pintura, reforma, tem buracos no telhado, rachaduras e pequenas infiltrações. (Pesquisadores do município 6).

Em dois municípios, as escolas encontram-se em condições satisfatórias de funcionamento, porém necessitando de adaptação e/ou pequenas reformas para o atendimento adequado na Educação Infantil, como pode se observar por meio dos relatos a seguir:

[a diretora da escola] Considera as condições da estrutura física/manutenção/limpeza, em boa qualidade, relatando que o recurso financeiro que existe na creche é empregado de acordo com as necessidades. Salientando, que precisa melhorar algumas coisas, por exemplo: **“pintura, área de lazer. Estrutura humana está boa, mas a física precisa melhorar”**.(Pesquisadores do município 3)

A estrutura física do prédio da escola apresenta-se como boa, entretanto, nota-se de pronto, a escola com estrutura completamente inadequada ao atendimento de crianças pequenas, visto que, quando construída – embora certamente fosse para atendimento direto ao público em tela, não observou-se minimamente as exigências e

compatibilidade necessárias a melhor oferta de educação a este público (Pesquisadores do município 2).

Em um outro município, uma das escolas visitadas apresenta estrutura física bastante comprometida, necessitando de uma reformulação do projeto arquitetônico para contemplar a segurança, o conforto e as necessidades educacionais de crianças também de 0 a 6 anos. Quando entrevistada, uma das mães de alunos desse município se manifestou da seguinte forma em relação à estrutura em ruínas da referida escola: “Essa escola tá precisando é de tudo! É derrubar e fazer outra!”

Em geral, as escolas necessitam de mobiliário e equipamentos adequados às crianças de 0 a 6 anos, já que, na maioria delas, não foram observadas mesas, cadeiras e estantes que permitam o conforto e a interação das crianças umas com as outras e com materiais pedagógicos, como livros de Literatura Infantil e brinquedos, entre outros. Dessa forma, a ausência desses equipamentos apropriados não favorece um trabalho pedagógico que permita, à criança, o seu desenvolvimento integral. Tal lacuna se constata nos relatos abaixo:

Nota-se também a existência de parco mobiliário escolar e parte destes, visivelmente impróprios para o uso de crianças focadas nesta ação de pesquisa (Pesquisadores do Município 2)

Apenas em algumas escolas observadas foi encontrado mobiliário adequado ao trabalho pedagógico com crianças na Educação Infantil, ainda que, em muitos casos, escasso e em estado de conservação precário:

Sobre o mobiliário das salas: existem mesas pequenas com quatro cadeiras, estruturadas para as idades atendidas de 3 a 5 anos. Havia também armário para guardar o material, um espelho e pinturas de personagens de desenhos animados nas paredes (Pesquisadores do Município 6).

A sala destinada para o grupo etário de 2 a 3 anos é ampla e arejada, com uma janela e aos fundos uma porta que oferece acesso para área externa da escola. A sala desse grupo etário possui uma mobília escassa, pequenas mesas e cadeiras, uma mesa e uma cadeira para a professora, e um quadro negro. A mobília, aparentemente, muito velha, as cadeiras são diversificadas (madeira e plástico) e as mesinhas também (Pesquisadores do Município 3).

Há pouquíssimo móveis em bom estado, poucos equipamentos em bom estado de conservação (TV, mimeógrafo, e vídeo), as mesinhas da sala são todas quebradas e insuficientes. Uma mesinha de plástico comporta

somente uma crianças, mas ficam duas crianças sentadas (Pesquisadores do município 1).

Dois municípios pesquisados enfrentam problemas com relação ao abastecimento de água e ao armazenamento e coleta do lixo, que não ocorrem de maneira regular nas escolas visitadas:

O lixo é colocado em um container que fica fundo da creche para comunidade depositar o lixo produzido por ela. Segundo a diretora, já foi feito um movimento pela creche na comunidade para retirada desse lixo, mas não obteve êxito, pois alguns moradores não querem andar para deixar o lixo em outro lugar. Quando está fazendo sol e a coleta demora de ser feita, as crianças ficam expostas ao odor do lixo que invade toda a creche (Pesquisadores do município 1)

Quanto ao fornecimento de água e saneamento, como estamos em uma situação de seca intensa na região o abastecimento de água é precário na escola e na comunidade [Pesquisadores do Município 1].

Evidentemente, tais problemas interferem no funcionamento dessas escolas e afetam diretamente as condições de higiene e saúde da comunidade escolar. Porém, eles parecem se relacionar a uma questão mais ampla: a ainda insuficiente atuação do poder público no que diz respeito a políticas que assegurem a infraestrutura para a sobrevivência das populações do campo.

Um outro aspecto que merece destaque é o fato de que os prédios que abrigam as escolas do campo que foram visitadas reproduzem o modelo da escola urbana. São instalações que, por vezes, além de se limitarem a uma área construída pequena, não consideram os modos de vida dos diversos espaços campestres, as necessidades e os desejos das crianças, bem como a interação com as características ambientais de onde estão localizadas. Não se caracterizam, portanto, como um ambiente da Educação Infantil preparado e organizado para que a criança possa criar, recriar e explorar o ambiente (BRASIL, 2006, p.7). Os relatos a seguir ilustram essa constatação:

O prédio da escola é pequeno e não existe em sua arquitetura integração do espaço com a área verde do entorno (Pesquisadores do município 4).

No caso da escola em questão, podemos notar que traços da arquitetura e propriamente da construção civil desprezam questões simples e importantes como ventilação natural, incidência de luz e iluminação solar

direta, permissão de múltiplos e diferenciados espaços com facilidades de comunicação entre de si e de acesso, espaços para vegetação nativa ou de arborização que possam contribuir nos processos interativos entre seres e entre estes e seu espaço natural etc [Pesquisadores do município 2]

Os representantes de secretarias de Educação dos municípios pesquisados reconhecem que a estrutura física dos prédios que sediam a Educação Infantil necessita de melhorias:

A gente enfrenta problema com a estrutura física para o atendimento de 1 a 3 e de 4 a 6. É como lhe disse, a creche do município nunca foi uma creche “lindinha” na estrutura dela. A gente deu uma arrumada, mas ainda não está como deve, nos padrões da criança, mas a gente precisa de investimento nessa linha de infraestrutura, inclusive a gente se inscreveu no Proinfancia e já está beneficiado com 3 creches, uma parte do recurso já está na conta e as outras a gente está esperando a provação do projeto (Representante da Secretaria de Educação do M4).

A rede não foi pensada para crianças, duas ou três escolas da zona rural atendem minimamente. Não foram pensadas para acomodar as crianças no seu direito e conforto. Nenhuma das estruturas tem condições de acomodar as crianças em tempo integral (Representante da Secretaria de Educação do M6)

Segundo eles, em sua grande maioria, as instalações prediais não foram originalmente construídas para a Educação Infantil, são frutos de adaptações de residências e/ou associações, o que vai de encontro à ideia de que a estrutura física de uma instituição de Educação Infantil deve ser pensada também como espaço pedagógico, no qual a criança possa ter garantidas suas possibilidades de crescimento, desenvolvimento e interação social.

No que se refere a melhorias na infraestrutura para a Educação Infantil do Campo, os representantes das secretarias de Educação são unânimes em manifestar o desejo de investir em reformas que possam melhorar, sobretudo, as instalações prediais das escolas:

A gente fez um planejamento. A gente tem 40 escolas na região. A gente fez um planejamento de melhoria com recursos próprios. Em muitas a gente já conseguiu chegar. Tem escolas que a gente não conseguiu fazer, mas as que a gente já conseguiu fazer, como a de barra de antas, que vocês vão pra lá, a gente deu uma melhorada na sala de educação infantil. A gente botou os banheiros lá dentro, botou uma ceramicazinha.

Faltam poucas pra gente atender às 40. Fica difícil por falta de recurso federal. O PROINFANCIA veio chegar agora. A gente teve que fazer umas melhorias porque tava muito feia a estrutura da escola (Representante da Secretaria de Educação do M4).

[...]Quando a gente assumiu, essa reforma estava sendo terminada, porém, a estrutura física de algumas creches não está adequada, principalmente, para as crianças pequenininhas. Nessa gestão atual, não foi feita nenhuma reforma, porque já saímos de uma reforma anterior, então, não houve possibilidade de reformar o que já havia sido reformado. (Representante da Secretaria de Educação do M3).

Entretanto, afirmam ter dificuldade nesse tipo de investimento, em função de que não há dotação orçamentária do município para reforma ou construção de escolas. Segundo eles, mesmo os recursos federais destinados à educação nos municípios são insuficientes para atender às necessidades das escolas. Mencionaram ainda a adesão dos municípios ao PAR ou ao PROINFÂNCIA, com o intuito de encontrar alternativas para a construção de escolas.

4.2.4. Relação escola-família-comunidade

Neste item, estarão explicitados dados relativos às entrevistas realizadas com todos os representantes das instituições pesquisadas, e, ainda, dados referentes às observações dos pesquisadores.

Representantes de secretarias municipais de educação, de escolas e de famílias usuárias se detiveram mais a falar da relação escola-família, embora também tenham refletido sobre o papel da comunidade na relação com a escola, só que em menor proporção. O ponto de vista dos representantes de famílias não-usuárias e de movimentos sociais contribuiu para fazer aparecer com mais expressão a voz da comunidade, em seu sentido mais amplo. É interessante evidenciar o papel que estes últimos representantes têm, no sentido de demonstrar como a escola é alvo de representações e produções de sentidos para além daqueles que dela fazem um uso mais imediato e têm relações mais objetivas com ela.

Para as representantes da Secretaria Municipal de Educação do município 5, a gestão das escolas se dá em comunhão entre a direção, a coordenação e a comunidade,

que participa totalmente das atividades propostas pela escola. Segundo elas, “não precisa nem chamar”.

De um modo geral, os representantes de escola afirmaram que a relação com as famílias é boa e que estas participam de reuniões e eventos promovidos pelas escolas. Também, representantes de escolas de três dos seis municípios pesquisados disseram que as famílias e a comunidade participam da gestão escolar. A representante de uma escola do município 3 ressaltou que, embora as famílias participem das atividades promovidas pela escola, tal participação é maior nas festividades e menor nas reuniões. O representante de uma escola do município 6 ressaltou o seguinte:

Sobre a gestão da escola e participação da comunidade e famílias, todos têm uma boa relação com a comunidade e as famílias comparecem às reuniões. A escola possui Conselho Escolar e as reuniões ocorrem no início e no final do semestre. Há famílias que participam ativamente, mas sem uma sistemática. O projeto político-pedagógico foi elaborado junto com a comunidade, em 2010 (Representante de escola do município 6).

Apenas nesta escola deste município a explicitação de uma relação mais próxima da família e da comunidade com a escola foi feita. Quanto à participação das famílias, estas, em três municípios pesquisados no Nordeste, indicaram certo distanciamento da escola e dos professores e teceram, em alguns dos referidos municípios, críticas ao fato de os professores não morarem na comunidade e isto significar distanciamento deles em relação às crianças e, também, em relação à pouca pressão feita pela escola às instâncias superiores para realizar reformas. Nesse sentido, as falas a seguir são ilustrativas:

Os professores não moram na comunidade e por isso não participam das atividades, apenas uma professora, que não é a do meu filho, que mora e participa de ações da comunidade (Mãe, representante de família usuária do município 6).

A pressão da escola é pouca [pressão para fazer reformas] e os acordos são muitos (Mãe, representante de família usuária do Município 2).

Segundo as pesquisadoras do município 6, o relato das famílias deste município

demonstrou, a nosso ver, um distanciamento das famílias do cotidiano da escola, pouco frequentam e desconhecem se existe conselho e pouco

participam de conselhos ou reuniões. Esta participação tem ocorrido no início do período escolar (Pesquisadoras do município 6).

A mãe de uma criança, uma menina, do município 5, considerou que nem os professores nem a coordenadora da escola têm boa interação com a comunidade. Segundo relatou,

nem os professores, nem a coordenadora da escola têm boa interação com a comunidade, quando a gente chega lá, ela é toda “fechadona”, na dela (Mãe, representante de família usuária do município 5).

Em um dos municípios pesquisados, o município 2, a permanência de parentes das crianças, sobretudo avós e mães, durante o período no qual as crianças estão na escola foi algo observado como dado bastante expressivo pelos pesquisadores.

Verificamos a permanência de muitas mães na escola no período que seus filhos estão nela. Além de fazerem bordados e outras prendas, muitas esperavam pelo atendimento odontológico – ação vinculada ao projeto de saúde que se realiza aproveitando a infraestrutura da escola.

Uma mãe, representante de família não usuária da escola do município 1, avaliou que, na comunidade, ninguém cuida das crianças “de modo certo”, e que ela, a comunidade, “trata as crianças muito mal”, relatando um caso de uma mãe que viaja e deixa a criança com a irmã, que recebe o benefício da criança, portadora de deficiência, mas não reverte o benefício para os cuidados com a criança. Também, disse: “para as crianças de 4 anos, tem esse quebra galho aí”, referindo-se à escola.

Um entrevistado, representante de movimento social do município 4, falou em estratégias que o sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais têm utilizado para contribuir com a implantação e a ampliação da Educação Infantil no município:

É fazendo com que o pai também frequente a escola através de cursos de capacitação, para que se sinta estimulado a trazer seu filho também. Já a associação tenta uma parceria com a família para que a comunidade e a escola possam trabalhar juntas.

O aspecto que diz respeito à relação escola-família-comunidade, como se pôde perceber, foi considerado por todos os representantes de instituições que fizeram parte

da pesquisa. A partir desses relatos, é possível reunir algumas observações sobre o modo como a referida relação é vivenciada nos municípios pesquisados do Nordeste.

Um primeiro aspecto a destacar é o fato de pouco ter se evidenciado, nos relatórios de pesquisa, uma relação que aponte para efeitos mais expressivos na prática pedagógica realizada nas escolas. Em apenas uma escola do município 6, como foi visto, é que se esboçou o modo como as famílias e a própria comunidade se relacionam com a escola. Mesmo assim, os dados disponíveis no relatório de campo em que a referência a esta escola foi feita não trouxeram informações mais detalhadas sobre aspectos mais específicos deste relacionamento. Ainda, foi mencionada por representantes de escolas de três dos municípios investigados a participação das famílias na gestão escolar. No entanto, também neste caso, não foi possível expandir as considerações desta informação, uma vez que detalhes desta participação não foram apresentados nos relatórios da pesquisa de campo.

Reuniões, eventos festivos, enfim, momentos pontuais se mostraram como aqueles que mais funcionam como oportunidades de escolas e famílias se relacionarem.

Representantes de famílias não usuárias e de movimentos sociais também refletiram sobre a relação entre a escola, as famílias e a comunidade. De maneiras diversas, estes representantes apontaram questões problemáticas tanto em suas avaliações da escola, como no que diz respeito ao que pensam sobre a forma com que a comunidade acolhe as crianças e participa das atividades promovidas pela escola, o que indica que há um caminho ainda a ser construído na direção do vínculo entre escola, família e comunidade nas realidades investigadas no Nordeste.

Silva, Pasuch e Silva (2012, p. 153) consideram que a Educação Infantil do campo tem princípios que devem ser considerados quando se pensa na relação entre a escola, a família e a comunidade às quais a criança pertence. Dentre eles, pode-se ressaltar:

- o acesso aos recursos da comunidade, da sociedade e de seu grupo cultural;
- o desenvolvimento de uma identidade da criança com seu grupo e consigo mesma, não sofrendo processos de discriminação de qualquer ordem;
- as possibilidades de interações significativas com o conhecimento cotidiano, científico, tecnológico, artístico da sociedade e de seu grupo cultural.

A relação mais orgânica da criança com o seu entorno, que vai desde a família até a sociedade em que se encontra inserida, que as autoras indicam, é uma aposta que precisa ser feita pela escola como algo indissociado dos saberes formais que ela oferta às crianças. No Nordeste, o que se verificou é que já há pontos de tangência entre as esferas da escola e da família e, em menor proporção, com a comunidade. Mas, tais pontos precisam ser aprofundados no sentido de garantir a execução dos princípios acima colocados.

4.2.5. Professores

Neste item, são discutidos aspectos relacionados aos docentes que atuam na Educação Infantil nas escolas pesquisadas, considerando a importância destes sujeitos no processo educacional. Assim, no que diz respeito aos professores que atuam na Educação Infantil nos municípios pesquisados, aqui são destacados três aspectos: a formação inicial e continuada, o seu local de moradia e gênero.

No que tange à formação docente inicial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional (Lei. 9.394/96), em seu artigo 62, estabelece:

Art 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Considerando o estabelecido pela LDB, foi verificado que grande parte dos professores que atuam na Educação Infantil nos municípios é de graduados ou graduandos em Pedagogia:

Fizemos convênio com uma faculdade particular para fazer a graduação de todos os professores da rede (2007-2011) (Representante da Secretaria Municipal de Educação do município 1).

Na avaliação das entrevistadas no município 5, por exemplo, o quadro de professores que atuam junto a crianças de 0 a 6 anos, em termos de formação e experiência

Está melhorando. A gente já percebe os professores estudando mais. São raros os casos de professor que só tem o ensino médio. Esses que só tem o ensino médio, a maioria fez o magistério. Em ... não tem mais magistério, fecharam a escola. Mas agora tem o nível superior. Percebo que faz uns 2 anos que eles estão procurando mais cursos na área da Educação Infantil. Quando a universidade vem, oferece os cursos e antes nunca conseguia formar uma turma de EI. Agora está havendo uma procura devido a CREDE exigir que quem tenha formação, por exemplo, em Biologia, vá para o EF. Agora eles estão fazendo até pós-graduação pra ver se conseguem ficar na EI, porque eles querem permanece na EI (Representante da Secretaria de Educação do município 5).

Constatou-se, entretanto, que no município 2 o corpo docente que atua na Educação Infantil, em sua maioria, é de professores que não possuem graduação:

O quadro de professores é formado por profissionais que possuem em sua maioria o normal. Apenas dois professores possuem nível superior. Não Participam de cursos ou encontros de formação. O município não oferece regularmente esse tipo de formação e de atualização e a distancia ate à capital... é grande (175 km), o que dificulta o acesso dos professores aos cursos lá oferecidos. Nenhum conseguiu vaga no curso de especialização do MEC para educação infantil. (Relatório do Município 2)

É possível perceber, portanto, a dificuldade de acesso dos professores deste município a cursos de formação, seja pela ausência de investimentos da Secretaria de Educação municipal em programas de formação, seja pela grande distância do município de centros que possam oferecer possibilidades de formação.

Um dos representantes das secretarias de Educação dos Municípios pesquisados revela uma preocupação no que diz respeito à formação dos professores em seu município, que, segundo ele, não contempla as especificidades do trabalho pedagógico na Educação Infantil:

Apesar do quadro docente ser de grande parte de concursados, ainda assim há uma qualificação mínima da maioria para atuar na Educação Infantil (Relatório do município 6)

A constatação da precariedade da formação inicial dos professores no que diz respeito à Educação Infantil reflete o ainda incipiente investimento dos cursos de graduação no Brasil no que se refere às especificidades da educação de crianças de 0 a 5 anos de idade. Evidentemente, a ausência de uma formação específica para atuar na Educação Infantil ecoa nas práticas pedagógicas desses profissionais, por vezes,

muito distantes daquilo que se preconiza como um trabalho de qualidade, que visa ao desenvolvimento pleno da criança pequena.

Desse modo, a formação continuada tem figurado como a saída para que sejam promovidas as condições necessárias para uma Educação Infantil de qualidade nos municípios pesquisados, em ações formativas promovidas pelos próprios municípios ou mesmo por meio de parcerias, fato revelado nas falas a seguir:

Quanto à formação continuada,[a secretária de Educação] afirma ter ações de formação semestralmente e um acompanhamento bimestral dos professores por parte dos coordenadores de educação infantil (Pesquisadoras do Município 4).

... no momento temos formações sobre Educação Infantil, Educação Musical e Educação para o trânsito até o final do ano para os professores da rede (Representante da Secretaria Municipal de Educação do município 1).

A secretaria de educação do município promove formação continuada para os professores em parceria com o PAIC (Representante da Secretaria de Educação do Município 5).

No que se refere ainda à formação dos professores para atuar na Educação Infantil do Campo, as diretrizes Complementares para a Educação Básica do Campo (Resolução nº2, de 28 de abril de 2008) em seu artigo 5º, parágrafo 2º determinam que:

§ 2º A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades.

Dentre os municípios pesquisados, apenas no município 4 fez-se referência a uma formação específica para os profissionais que atuam em escolas rurais. Neste município, os professores participavam de ações formativas vinculadas ao “Programa Escola Ativa”. Nos demais municípios pesquisados, não foram mencionadas iniciativas de formação que contemplassem as especificidades da Educação do Campo.

Outro aspecto que merece destaque, quando se coloca a atuação dos professores da Educação Infantil nas escolas situadas em áreas rurais é o seu local de moradia. A maioria dos representantes de famílias usuárias e não usuárias de escolas que ofertam Educação Infantil acredita que é importante que o professor resida em local próximo da escola onde atua:

[Representante de família usuária de escola no Município 2] Faz algumas sugestões para resolver os problemas de atraso dos professores que para ela seria solucionado com a contratação de professores moradores locais, ou seja, moradores da própria comunidade (Pesquisadores do Município 2).

[Representante de família usuária de escola no Município 3] Considera importante que o professor more na comunidade (Pesquisadoras do município 3)

[Representante de família usuária de escola no Município 5] Ela acha que os professores devem morar na comunidade e pensa que não há muitas trocas de professores nesta escola (Pesquisadoras do município 5)

[Representante de família usuária de escola no município 4] diz que é importante o professor morar na comunidade porque para elas fica mais fácil (Pesquisadoras do município 4)

A compreensão de que os professores devem, de preferência, morar na comunidade onde atuam está muito relacionada, na fala dos representantes das famílias usuárias, ao fato de muitos professores que se deslocam da zona urbana para as áreas rurais chegarem com atraso às escolas onde atuam e mesmo ao fato de haver muita rotatividade desses professores.

No município 3, a representante da Secretaria Municipal de Educação entrevistada revelou sua preocupação quanto à quantidade insuficiente de profissionais atuando nas escolas rurais. Destacou, ainda, como um dos problemas em relação ao funcionamento da Educação Infantil, em áreas rurais, a rotatividade de profissionais (atualmente são professores contratados): “muitos iniciam o trabalho e não finalizam.” (Pesquisadores do Município 3).

No que diz respeito ao gênero do professor, para a maior parte dos representantes das famílias das crianças que são usuárias de Educação Infantil nos municípios pesquisados, o gênero feminino é a preferência, sob a alegação de que as mulheres teriam mais “paciência” ou sabem “lidar melhor” com as crianças. Tal constatação reforça a tradição de que a Educação de crianças muito pequenas no Brasil seja, predominantemente, ocupação do gênero feminino.

Entretanto, quatro dos representantes de famílias usuárias entrevistadas revelaram que o gênero, para eles, é indiferente, destacando apenas a importância de que o professor ou professora tenha competência.

4.2.6. Legislação

Sobre o aparato legal destinado à Educação Infantil e à Educação do Campo, aqui se faz referência à obrigatoriedade de matrícula de crianças a partir dos 4 anos na Educação Infantil, definida pela Emenda Constitucional 59, que tornou obrigatória a educação para a faixa etária dos 4 aos 17 anos; bem como ao conhecimento dos entrevistados sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e sobre as Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.

Quanto à obrigatoriedade de matrícula de crianças a partir dos 4 anos na Educação Infantil, dentre os seis representantes das Secretarias de Educação entrevistados, dois encaram essa obrigatoriedade de forma positiva, já que permite chamar as famílias à responsabilidade de matricular os filhos e mantê-los na escola:

Considero a obrigatoriedade um ponto positivo, já que os pais em alguns casos não confiam as crianças à escola (Representante da Secretaria Municipal do Município 4)

a obrigatoriedade da matrícula as crianças de 4 a 6 anos é positiva pra assegurar à criança estar na escola(...) antes os pais colocavam e retiravam a criança no momento que bem entendiam. (...) Agora a gente pode chamar a família para sua responsabilidade, porque não é a criança que desiste, é a família que não leva (Representante da Secretaria Municipal do Município 5)

Os demais representantes revelaram dificuldades no que diz respeito à implementação da matrícula obrigatória pela resistência ora dos professores, ora das famílias em conceber as crianças menores de 6 anos no ambiente escolar:

Sobre a implantação da matrícula obrigatória das crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil, disse que inicialmente, alguns professores resistiram, mas que agora está tranquilo. Para o secretário, essa obrigatoriedade não trouxe impacto no atendimento das crianças de 0 a 3 anos de idade (Representante da Secretaria Municipal do Município 1)

[...] Se a procura por vagas fosse ampla sempre encaixaríamos as crianças nas escolas, isso para tentar atender a demanda, mesmo que

não haja espaço, a gente encaixaria para atender a procura. Mas a procura é bem escassa. Em época de matrículas a SME investem em divulgação, com carro de som nas ruas, faixas, rádios e até internet (Representante da Secretaria Municipal do Município 3)

As falas dos representantes das Secretarias municipais de Educação dos municípios revelam que a ausência de um atendimento obrigatório de crianças de 4 e 5 anos até então fomentou uma cultura de resistência à entrada de crianças para a escola antes dos 6 anos, tanto por parte de professores como por parte das famílias das crianças.

Em relação ao conhecimento dos documentos parametrizadores da Educação Infantil e da Educação do Campo, os representantes de escola entrevistados afirmam que os professores conhecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Alguns inclusive disseram ter indicado o documento para estudo dos professores. Apesar disso, em muitos casos, como já foi aqui mencionado, as orientações que permeiam o referido documento não se constituem como referência de muitas das práticas pedagógicas observadas durante os seis estudos de caso no Nordeste, que mais se aproximam das práticas de escolarização adotadas no Ensino Fundamental.

Por outro lado, os representantes de escola revelaram desconhecer as Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Nesse sentido, é importante se ressaltar as implicações dessa ignorância para o trabalho desenvolvido no que diz respeito à Educação Infantil do Campo, tendo em vista que tal documento orienta o funcionamento das escolas localizadas em áreas rurais considerando as especificidades da Educação do Campo. Dessa forma, ressalta-se aqui a necessidade de que tal documento possa chegar às mãos dos profissionais que atuam na Educação Infantil e cumprir a sua função de fornecer as diretrizes para o trabalho pedagógico nas escolas do campo.

4.2.7. Transporte

A questão do transporte foi discutida com os vários representantes de instituições entrevistados. Estes analisaram a referida questão relacionando-a aos aspectos localização e locomoção. No que tange à localização, esta tanto disse respeito à

localização da escola em relação ao lugar de moradia das crianças como também dos professores. A locomoção, por sua vez, referiu-se ao modo como alunos e professores se deslocam até a escola.

A localização da escola é um aspecto abordado por dispositivos legais quando se trata de se pensar a oferta de educação a crianças e adolescentes em idade para frequentar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, em comunidades rurais. Conforme preconizam as Diretrizes Complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2008), em seu artigo 3º:

A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

O parágrafo 1º deste mesmo artigo aponta que, no caso dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a oferta deverá, apenas excepcionalmente, se dá em escolas nucleadas, mas com deslocamento intracampo, observando-se, sempre, o tempo máximo de deslocamento do alunos no trajeto casa-escola-casa. O transporte, neste caso, oferece-se como uma saída e deve ser realizado gratuitamente (BRASIL, 1988), como dever do Estado (ECA, 1990).

Quanto à normatização específica do transporte direcionado às crianças da Educação Infantil, não há, conforme afirmado no Capítulo 1, algo nesta direção. Como visto no Capítulo 1, o MEC, via FNDE, executa dois programas relacionados ao transporte de alunos: o “Caminho da Escola” e o “Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar” (Pnate). Ambos os Programas são voltados ao atendimento de alunos moradores da zona rural. O Pnate é um Programa de apoio ao “Caminhos da Escola”.

No Nordeste, como se verá abaixo, o deslocamento das crianças até a escola nos municípios pesquisados ocorre, de maneira prioritária, sem a necessidade de transporte escolar. Conforme dados apontados na etapa quantitativa da Pesquisa Nacional (BRASIL, 2012), está na Região Nordeste o maior número de escolas localizadas na zona rural. Este dado indica uma presença expressiva de escolas perto das comunidades rurais nesta região.

Quanto ao fato de a escola se situar próxima às casas das crianças, gestores de secretaria municipais de educação de três dos seis municípios investigados consideraram ser melhor que a escola se localize perto das residências das crianças:

Defendo a escola localizada perto da casa da criança, desde que tenha qualidade para atendê-la adequadamente (Representante de secretaria municipal de educação, município 4)

A escola perto da comunidade facilita a locomoção e mesmo a permanência das crianças: fecharam uma escola e as crianças foram remanejadas para uma escola de outra comunidade, mas a evasão logo começou porque o ônibus passava muito cedo (Representante de secretaria municipal de educação, município 5).

A oferta do atendimento perto de onde as crianças moram é mais cômoda para as comunidades (Representante de secretaria municipal de educação, município 3).

Quanto à avaliação do deslocamento das crianças feita pelos gestores de escolas pesquisadas, percebeu-se que, no Nordeste, o fato de muitas crianças se deslocarem para a escola a pé, por morarem perto dela, foi bem avaliado pelos referidos gestores:

Um ponto positivo de nossa escola é que ela fica na comunidade (Representante de escola, município 4).

A locomoção das crianças para a escola é feita de maneira tranquila, porque a escola fica perto da comunidade (Representante de escola, município 3).

As crianças moram próximas a escola e não usam transporte escolar: vão a pé ou de bicicleta com seus familiares (Representante de escola, município 5).

No município 6, o representante de Secretaria Municipal de Educação avaliou que o fato de os professores se deslocarem para as escolas localizadas na zona rural interfere na própria qualidade da oferta educacional, uma vez que, para ele, há “uma perda de tempo muito grande nos deslocamentos. Uma parte delas chega atrasada nas escolas e tem que sair cedo por causa do horário do ônibus e do segundo turno que muitas delas têm que assumir em outras instituições”.

Também neste município ficaram explícitos os perigos pelos quais passam crianças, sobretudo as menores, quando utilizam transporte escolar sem as devidas medidas de segurança. Segundo relatou uma representante de escola deste município, “três crianças vão de ônibus escolar para escola junto com os irmãos maiores que estudam na escola, ao lado do Ensino Fundamental. Todavia, são muito pequenas para a estrutura do ônibus e por vezes já se machucaram”.

No município 5, a coordenadora de uma creche afirmou que as crianças que moram mais distantes utilizam uma perua Kombi. Uma mãe de criança usuária desta creche considerou o perigo deste transporte, pois, conforme disse, “as crianças que moram mais distantes usam o transporte escolar, uma Kombi, que não oferece segurança para as crianças que vão na parte de trás”.

Em geral, os representantes de família usuária ratificaram que o deslocamento das crianças até a escola é feito a pé, ou, quando não, de bicicleta, e que a ausência de transporte é sentida nos momentos de chuva, conforme disse uma mãe do município 1: “a gente sente falta de transporte quando está chovendo”.

Uma mãe, representante de família não usuária deste município, fez o seguinte relato:

Com relação ao transporte, escolar dizem que muitas crianças estudam na cidade de (cita o nome do município), porque na comunidade não tem creche para as crianças. Quando vai criança de pré-escola para cidade, a família paga uma pessoa, geralmente um estudante, para tomar conta da criança no ônibus e até a entrada da criança na escola ou creche. Nesse caso, mesmo existindo pré-escola na comunidade, alguns pais preferem botar na cidade.

Representantes de movimentos sociais também se colocaram em relação ao item transporte, locomoção e deslocamento. O representante do município 4 afirmou que foi a partir de uma luta da comunidade que os professores da escola passaram a ser pessoas que moram na própria comunidade. Segundo ele, os que moravam distante da comunidade faltavam muito. Ao final de sua fala, fez a seguinte ressalva:

Caso venham através de concurso tudo bem, pode vir de qualquer lugar, mas os que são contratados devem ser da própria comunidade.

Quanto ao deslocamento das crianças de suas casas até a escola, ele afirmou que o transporte disponível era só para os adolescentes e que, em geral, as crianças

menores iam a pé, de bicicleta ou de moto para a escola. Isto porque a maioria mora perto da escola. No entanto, fez a ressalva de que o deslocamento na época das chuvas se tornava complicado, uma vez que muitas vezes as águas “levavam a estrada com elas”, impossibilitando o acesso das crianças à escola.

No município 2, o entrevistado, representante de movimento social, observou que a organização da qual faz parte recebe muitas denúncias relativas à precariedade do transporte escolar. Para ele, “morar perto da escola, no caso das crianças pequenas, é o ideal”. Ele ressaltou, ainda, que “problemas como falta de manutenção adequada nos transportes que prestam serviço à prefeitura e vans superlotadas são exemplares dos problemas de transporte do município”. Acrescentou, também, que, “quando as escolas fecham e os estudantes têm que se deslocar, o problema se agrava. O município dispõe apenas de 3 ônibus do transporte escolar”.

Neste município foi observado pelos pesquisadores que as mães que levam as crianças para uma das escolas pesquisadas costumam ficar na própria escola durante o tempo que seus filhos estão em sala. Em geral, elas ficam conversando enquanto praticam trabalhos manuais, como bordados e crochês, o que foi percebido pelos pesquisadores como um tipo de sociabilidade exercida nesta escola, em particular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: APONTAMENTOS PARA A POLÍTICA

Neste item serão contemplados dados relacionados aos desafios/críticas e expectativas/sugestões apontados pelos entrevistados, que podem contribuir para a formulação de políticas públicas. Também, serão apresentadas algumas sínteses dos eixos avaliados neste relatório.

Representantes de secretarias municipais de educação dos municípios pesquisados colocaram *desafios* a serem vencidos no âmbito da construção de uma cultura do trabalho voltado à Educação Infantil, da infraestrutura, da organização das turmas em salas multisseriadas, da falta de projetos específicos e da rotatividade de professores, conforme se pode ver nos relatos abaixo:

Nossos maiores desafios dizem respeito aos aspectos pedagógicos no que tange à compreensão quanto ao trabalho, à brincadeira, e à

interação por parte dos professores (Representantes de secretaria do Município 5).

Temos problemas quanto à infraestrutura, falta de organização, falta de projetos específicos. Temos casos aqui no multisseriado de crianças de 4 anos junto com outras de 14 anos. Isto não pode dar certo! Essa separação é certamente uma necessidade (Representantes de secretaria do Município 5).

Minha expectativa é de que a rotatividade de professores seja um problema superado com a contratação dos professores recém-concursados. Gostaria que o MEC expressasse um olhar mais sensível para a Educação Infantil, pois há pouco investimento para esta etapa tão importante da educação (Representante de secretaria de educação do Município 3).

No município 3, um dado que foi ressaltado pela representante da secretaria de educação foi o que ela denominou de “resistência das famílias em matricular seus filhos”, particularmente em creches. Segundo ela, outro grande desafio a ser superado diz respeito a “aspectos financeiros, no que diz respeito a pouco investimento da Educação infantil”.

Três representantes de secretarias municipais de educação – dos municípios 1, 4 e 6 – colocaram como principal desafio a ser vencido, na oferta da Educação Infantil, a insuficiência de recursos financeiros. Para a representante de secretaria municipal de educação do município 6, “os recursos que vêm do FUNDEB são insuficientes e os programas do governo ainda estão muito voltados para o Ensino Fundamental, tais como PLD, PDDE e Mais Educação”. Para o representante de secretaria municipal de educação do município 1, os recursos do FUNDEB são avaliados como não suficientes para a Educação Infantil, mas para as demais etapas, sim. A secretária de educação do município 4 afirmou “que mais de 60% são gastos com o pagamento de professores e que os valores destinados à merenda ainda são muito baixos (R\$0,60, para 0 a 3, e R\$0,30, para o 4 a 6 anos)”.

Quanto aos desafios apontados por representantes das escolas dos municípios pesquisados, também aspectos relacionados aos professores e à estrutura física foram destacados. Segundo a diretora de um Centro de Educação Infantil do Município 2 “é preciso investir na formação dos professores, na estrutura física, na compra de mais material pedagógico, livros e brinquedos infantis”.

A diretora de uma escola pesquisada no município 6 queixou-se da diferença na assistência às escolas localizadas na zona rural e na zona urbana. Para ela, “a educação assiste mais às crianças de zona urbana do que da rural”. E, ainda, observou que nas escolas da zona rural, quando os professores não residem na própria zona rural, há problemas no cumprimento do turno de trabalho: “O horário é ruim, porque são as últimas professoras a chegarem e as primeiras a saírem”.

A falta de lazer e de atividades como música, esporte e informática foi um aspecto posto em destaque por uma mãe, representante de família usuária, do município 3. Segundo ela, essa ausência, sentida nas atividades realizadas pelas crianças no âmbito da própria comunidade, deveria ser ofertada na escola.

Outra mãe, representante de família usuária do município 4, queixou-se da ausência de uma Unidade Básica de Saúde na comunidade, o que coloca uma preocupação em relação à saúde das crianças, que só são atendidas com certa regularidade, uma vez por mês, pela Pastoral da Criança.

Quanto aos desafios colocados por representantes de famílias não usuárias, uma mãe do município 5 criticou o fato de o município:

colocar nas escolas professores não “adaptados” para trabalharem com as crianças pequenas. Ser bem adaptado para trabalhar com crianças é melhor do que ser formado. É errado que haja crianças de diferentes idades numa mesma sala.

Do ponto de vista dos representantes dos movimentos sociais, o representante do município 2 expressou que os maiores desafios por que passa o referido município no tocante à oferta de Educação Infantil para crianças que residem em área rural dizem respeito: ao transporte, à qualificação dos profissionais de educação, sobretudo dos professores, à fiscalização dos serviços prestados por empresas no âmbito da educação e à infraestrutura das escolas.

Vale salientar que, quando da leitura dos seis relatórios de pesquisa realizadas no Nordeste, percebeu-se que foi neste município que os pesquisadores que foram a campo sublinharam, sobretudo em uma das escolas visitadas, uma das piores condições de infraestrutura das escolas pesquisadas no Nordeste. Eles descreveram esta escola como estando em estado de “ruína”.

O representante de movimento social do município 6 – do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) - fez uma crítica à relação entre

os movimentos sociais e as escolas do município. Ele afirmou que os movimentos são vistos sempre como opositores. “Os movimentos têm, assim, dificuldades de adentrar as escolas”, disse ele.

O representante do sindicato dos trabalhadores rurais (STR) do município 4 colocou como desafio a ser superado a falta de especificidade da oferta de uma Educação Infantil voltada para as crianças que moram na zona rural, cuja faixa etária é de 0 a 6 anos. Segundo relatou, o “próprio município (...) não tem nada específico para essas crianças (...), quando as crianças estão em sala de aula é com cadeiras normais e brincando no chão. Deveria ter um tratamento diferenciado das outras maiores de 6 anos de idade”. Para este entrevistado, “o compromisso do Estado com a Educação Infantil no campo deveria ser mais específico”. Neste mesmo município, um representante da comunidade, que também foi ouvido, avaliou que embora exista uma política educacional, na prática, esta apresenta “déficit”.

No que tange às *expectativas/sugestões* apontadas pelos entrevistados, o representante da secretaria municipal do município 2, considerou

que se deveria pensar em criar creches na zona rural para atender essas crianças. As escolas existentes são multisseriadas. Falta um plano de ação focado na ação pedagógica. Um projeto de Educação Infantil do campo deve contemplar pequenas escolas localizadas na própria comunidade, perto das casas. Escolas voltadas especificamente para este tipo de oferta.

A gestora da Secretaria de Educação do município 3 disse que sua expectativa é que a rotatividade de professores seja superada com a contratação de professores recém- concursados. Como desejo, colocou que gostaria “que o MEC expressasse um olhar mais sensível para a Educação Infantil, pois há pouco investimento para esta etapa tão importante da educação”.

Os gestores de escolas dos municípios pesquisados apontaram as seguintes sugestões para fazer avançar a Educação Infantil do Campo:

Para melhorar a educação das crianças é preciso investir na formação dos professores, na estrutura física, na compra de mais material pedagógico, livros e brinquedos infantis. A política de Educação Infantil deve procurar sanar todas as carências que são apontadas (Representante de Centro de Educação Infantil, município 5).

Seria interessante mudar a nomenclatura “creche”, uma vez que, para os pais, creche é um lugar para criança pobre. Há o caso de uma instituição localizada na sede do município, cujo nome é Centro de Educação Infantil, que a procura das famílias é grande, devido à nomenclatura e estrutura (Representante de uma creche localizada na zona rural, município 3).

O município deveria proporcionar mais assistência para a Educação Infantil. Para a Educação Infantil do Campo, há a necessidade de um transporte para as crianças da escola, principalmente na época das chuvas, quando as crianças que moram na zona rural não comparecem à escola (Representante de uma creche localizada na zona urbana, município 3).

Ampliar a qualificação dos profissionais. Considerar as especificidades mesmo em zonas rurais. Trabalhar com a cultura local e fazê-la ver perspectivas de vida. Acrecimento de esporte e música, pois não há acesso (Representante de escola, município 6).

Há a necessidade de melhorar a escola com espaço para as crianças brincarem; [é preciso] mais dinheiro do governo pra reformas e ônibus próprio pras crianças pequenas (Representante de escola, município 6).

As falas destes representantes de escola apontam para muitas questões que já foram indicadas ao longo de outros itens discutidos neste relatório. Em certa medida, elas ratificam dilemas que precisam ser superados e que dizem respeito a aspectos fundamentais da oferta de Educação Infantil, seja na zona urbana ou rural. Infraestrutura, formação de professores, materiais pedagógicos são temas recorrentes nas queixas e indicações de soluções relacionadas à Educação Infantil.

A noção de creche, atrelada a uma concepção assistencialista, como algo “para pobres”, foi algo destacado em um dos municípios investigados no Nordeste e revela o quanto é preciso avançar na construção de uma cultura de Educação Infantil que aproxime os avanços que podem ser verificados na área àquilo que é uma oferta do tipo “creche” pode proporcionar. Romper concepções historicamente enraizadas num modelo que não se ancora no direito à educação, mas em noções assistencialistas é um ponto fundamental no avanço da política de Educação Infantil e de Educação Infantil do Campo.

A questão do transporte também é um dado que merece ser refletido no caso do Nordeste. Como foi visto, é nesta região que mais se encontram escolas localizadas na zona rural. Em consequência, muitas delas, ficam próximas às casas das famílias que todos os dias levam seus filhos para a escola. Em geral, são os familiares que

acompanham seus filhos até a escola, chegando ao ponto de, como em um município do Nordeste – o município 2 – permanecerem na escola durante todo o tempo em que os seus filhos lá estão.

No entanto, se, por um lado, este dado indica a possibilidade de construção de sociabilidades importantes à produção de uma cultura mais enraizada e mais vivenciada pelos seus sujeitos, por outro, parece não ser possível prescindir do transporte para os casos e momentos em que ele se faz necessário, como quando a distância entre a casa e a escola são significativas e quando as condições climáticas interferem, impedindo, muitas vezes, de a criança ir até a escola. A oferta, nesses casos, deve ser conjugada com o acesso e a garantia deste a todas as crianças.

As famílias usuárias, através de seus representantes, consideraram que para melhorar a educação de seus filhos é preciso intervir nos espaços físicos, no mobiliário e material pedagógico, no provimento de espaços externos para lazer, que devem ser equipados com parques. Também, alguns representantes de famílias usuárias falaram sobre os professores e sobre como pensam que eles devem atuar. Particularmente, uma mãe do município 5 apresentou uma concepção de professor e de ensino mais próxima de uma atuação nos moldes da escolarização, como podemos ver abaixo:

Para melhorar o atendimento das crianças é preciso melhorar a capacitação dos professores: eles cantam muito, assistem muito DVD e acho que deveriam ensinar mais coisas para as crianças. Essas coisas de brincadeiras eles fazem em casa, deveriam ensinar mais na escola.

Retomando o que foi afirmado acima, é possível verificar nos depoimentos abaixo o que pensam as famílias entrevistadas sobre a educação de suas crianças:

É preciso melhorar o espaço físico e a alimentação. Ainda, a escola teria que ser equipada com computador, sala com livros de histórias bons, uma classe e banheiros só para as crianças pequenas. Também teria que ter pátio e parques (Mãe, representante de família usuária do município 5).

Uma boa escola tinha que ter espaço para brincadeiras, salas mais amplas, banheiro dentro das salas e salas só para crianças, cadernos de atividades, DVDs e livros (Avó, representante de família usuária do município 5).

Uma boa escola para as crianças deveria ser bem equipada: computador, livros etc. Deveria haver, na comunidade, oferta de EI para crianças pequenas e haver banheiros só para elas (Mãe, representante de família usuária do município 5).

As escolas deveriam ter mais ventiladores, brinquedos, parque, piscina e janelas nas salas. Deveriam ser oferecidas duas refeições. Na comunidade deveria haver biblioteca e uma sala com computadores para as crianças não precisarem ir para longe pesquisar e fazer trabalhos da escola (Mãe, representante de família usuária do município 5).

Estas falas indicam que os familiares refletem sobre as condições de oferta, opinando como entendem que elas devem ocorrer no que diz respeito à infraestrutura, aos materiais pedagógicos e à própria prática pedagógica. Está aí uma das inúmeras possibilidades de construção de laços entre a escola e as famílias que nela depositam parte da educação de seus filhos.

Para um representante de família usuária do município 1, seria importante “ter escola integral porque daria mais tempo para fazer as tarefas domésticas”. Uma mãe, representante de família usuária deste mesmo município e moradora de zona rural considerou importante que houvesse creches e que os professores fossem mais bem capacitados e que, sobretudo, não faltassem.

As famílias não usuárias também foram ouvidas no que tange às expectativas ou sugestões que teriam para a educação de suas crianças. Uma mãe do município 5 utilizou como boa referência uma creche do PROINFÂNCIA, existente em um município vizinho ao que mora. Ela disse que essa creche atende a crianças a partir de 2 anos de idade. Afirmou desejar que houvesse mais vaga para ela colocar sua filha, pois, conforme relatou: “queria tanto trabalhar! Depender de homem é a coisa *mais ruim* do mundo!”

Dois mães, representantes de famílias não usuárias do município 1, sugeriram como ideal de escola para seus filhos pequenos o seguinte:

Gostaria que a escola cuidasse e deixasse algum espaço livre e muitas brincadeiras. As crianças brincam com brinquedos e gostam muito (Mãe, representante de família não usuária do município 1).

Precisa ter creche na comunidade com lápis de cor, folha de papel ofício. Ficando em casa a criança aprende só o que não presta. Desejo melhor atendimento (Mãe, representante de família não usuária do município 1).

As falas dessas duas mães – ambas residentes no mesmo município investigado – revelam visões diferentes de educação formal. Enquanto a primeira mãe inclui a

brincadeira como aspecto importante na educação de uma criança, a segunda concebe a escola para a criança pequena como aquela que persegue a escolarização. Ainda, entende que na escola a criança pode escapar de aprendizagens inadequadas, que ela nomeia de “não presta”. Esta diversidade de visão das famílias acerca do papel da escola é um desafio a ser permanentemente tratado por aqueles que fazem a escola e, particularmente, a Educação Infantil. Como “livrar” a criança pequena da antecipação da escolarização quando é exatamente isto que as famílias esperam? Este desafio é algo a ser enfrentado, indistintamente, por escolas localizadas na zona rural ou urbana. Mas, como aqui se trata de uma pesquisa concentrada na escuta de representantes de instituições envolvidas com a educação de crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, é fundamental destacar que o caminho da escolarização é um destino muito cedo aberto a estas crianças, almejado por seus familiares e que, por isto, é fundamental a construção de uma cultura que ressignifique o lugar da criança pequena no seu encontro com a educação formal, tratando a referida criança como centro deste encontro.

O representante de movimento social do município 2 apresentou as seguintes sugestões: melhoria na qualidade do transporte; melhor qualificação dos profissionais da educação, sobretudo os professores; fiscalização da qualidade dos serviços prestados por empresas no âmbito da educação; aproveitamento das reformas prediais; e programas para prover as unidades escolares das adaptações necessárias ao atendimento das crianças de 0 a 6 anos.

O representante de movimento social do município 6 apontou, como sugestão, a necessidade de construção de mais escolas de Educação Infantil e de formação de professores para atuarem nesse nível de ensino. Destacou que o MST encampa a luta para que os educadores do campo residam no campo e convivam de perto com as crianças e seus familiares, partilhem de sua cultura e compreendam a reforma agrária.

Os entrevistados do município 4, também representantes de movimentos sociais, disseram que o município poderia ampliar e melhorar a educação das crianças de 0 a 6 anos construindo mais salas de aula, adequando-as para os alunos menores. Também, consideraram importante uma creche que pudesse atender a criança em tempo integral, adaptada ao tamanho das crianças pequenas. Opinaram que deveria haver mais de um educador em sala de aula e que segurança e saúde seriam serviços imprescindíveis, mas ainda inexistentes, que melhorariam a oferta de Educação Infantil. O presidente do STR,

um dos entrevistados como representante de movimento social no município 4, ainda disse que “para a criança ir com ‘gosto’ para escola, esta deve ser agradável, ter professor suficiente para uma turma pequena”. Sugeriu, também, que deveria haver aula num expediente e brincadeiras noutra. Já o representante da associação que foi entrevistado neste município disse que “espera que esta pesquisa traga algo para a comunidade, como área de lazer, uma escola modelo, enfim, uma escola bonita e aconchegante para a comunidade”.

Esta profusão de sugestões advinda de representantes de movimentos sociais solicitados a pensar as condições de oferta e de demanda da Educação Infantil do campo, nos municípios onde atuam, revela que a escola, em sua acepção mais ampla, é uma instituição produtora de sentidos, que extrapola o plano daqueles que têm uma relação mais direta com ela, como pais, crianças e professores. Também esses sujeitos com ela se relacionam e têm concepções importantes de serem ouvidas e consideradas. No caso dos representantes de movimentos sociais, é importante que se considere que se trata de movimentos sociais do campo, ou seja, são movimentos que possuem familiaridade com questões relacionadas à cultura na qual as crianças sobre as quais falaram estão inseridas.

Em muitas de suas sugestões, apareceram as brincadeiras, o lazer e a beleza como itens fundamentais à educação das crianças pequenas. Mais uma vez, infraestrutura, materiais pedagógicos e professores foram destacados como aspectos que precisam avançar na oferta de uma Educação Infantil do Campo.

No que tange a dois aspectos que se configuram como fundamentais à realização de toda proposta educacional e particularmente da Educação Infantil – o aspecto infraestrutural e o aspecto pedagógico – Leal e Ramos (2012), ao analisar estes aspectos em escolas do Nordeste, observaram que é preciso considerar e realizar mudanças consistentes em, ao menos, três aspectos fundamentais:

- 1) proposta pedagógica: investir em iniciativas de formação de professores que contemplem a Educação infantil articulada à Educação do campo, tendo em vista a preparação de profissionais que sejam capazes de pensar sobre a elaboração de uma proposta pedagógica que contemple o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais, respeitando seu modo de vida e, portanto, sua identidade;

- 2) materiais disponíveis – assegurar que as escolas que sediam a Educação Infantil em áreas rurais possam ser providas de materiais como brinquedos, jogos pedagógicos e de livros de Literatura Infantil, que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade, propiciando instrumentos catalisadores para o trabalho pedagógico voltado ao desenvolvimento integral da criança nessas áreas;
- 3) Instalações prediais das escolas – garantir que o projeto arquitetônico das escolas localizadas em área rural considere tanto as especificidades dos modos de vida das populações do campo, quanto as particularidades do atendimento de crianças de 0 a 6 anos, tendo em conta a importância que o espaço lúdico infantil deve ter para ser dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável e acessível para todos (BRASIL, 2006, p.8).

Ainda, é preciso no âmbito da proposta pedagógica considerar a criança como centro do processo educativo, recorrendo, para melhor realizar esta consideração, aos avanços e princípios colocados pela área da Educação Infantil e, no caso que estamos tratando aqui, da Educação do Campo. Assim, os acúmulos relacionados à concepção de criança e de desenvolvimento, por exemplo, devem informar sobre o fazer pedagógico direcionado a este sujeito que tem características específicas em seu processo de desenvolvimento. Por outro lado, as sociabilidades inerentes à esfera cultural em que cada sujeito está inserido é um elemento imprescindível à formulação de uma proposta pedagógica. Estas questões passam, fundamentalmente, pela formação do professor, mas também, pela articulação entre a escola e a comunidade com a qual esta escola tem um papel a desenvolver na educação das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S. As especificidades da ação pedagógica com os bebês. In: I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais, 2010, Belo Horizonte. **I Seminário Nacional Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais**, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Resolução Complementar CNE/CEB Nº 2, de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 abr. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil**. Brasília : MEC, SEB, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/CP. Resolução n. 1 de 15 de maio de 2006. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia**. Brasília, 2006.

CAMPOS, M. M.. Educação Infantil: reescrevendo a educação. São Paulo, 27 jun. 2006. Disponível em: <http://www.reescrevendoaeducacao.com.br/2006/pages.php?recid-35>

CRAIDY, Carmem Maria. A política de Educação Infantil no contexto da política da infância no Brasil. Em: BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Anais do I Simpósio Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI,1994, p.18-21.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Infantil como direito. Em: BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil**. Volume II. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI,1998. p.9-15.

LEAL, F. de L. A.; RAMOS, F. Educação Infantil do Campo em foco: infraestrutura e proposta pedagógica em escolas do Nordeste. In: BARBOSA, M. C. et al.(Orgs). **Oferta e demanda de Educação Infantil do Campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

LUZ, I. R. Educação Infantil: direito reconhecido ou esquecido? *Linhas Críticas*, v.12, p.41-58, 2006.

MACHADO, Maria Lúcia de A. Criança pequena, educação infantil e formação dos profissionais. In: **Perspectiva**. Florianópolis, v.17, n. Especial, p. 85-98, jul./dez.1999.

OLIVEIRA, R. P. O direito à educação na constituição federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de justiça. **Revista Brasileira de Educação**, nº 11, Mai/Jun/Jul/Ago, p. 61-74, 1999.

POST, J.; HOHMANN, M. **Educação de bebês em infantários: cuidados e primeiras aprendizagens**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

ROCHA, E. N., GONÇALVES, J. W. S., SANTOS, T. M. D. (orgs.). **Educação Infantil do campo: semeando direitos, colhendo cidadania**. Brasília, DF: CONTAG, 2011.

SILVA, A. P. S.; PASUCH, J. Orientações Curriculares Nacionais para a Educação Infantil do Campo. In: I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais, 2010, Belo Horizonte. **I Seminário Nacional Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais**, 2010.

SILVA, A. P. S.; PASUCH, J.; SILVA, J. B. **Educação Infantil do campo**. São Paulo: Cortez, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. A Sociologia Rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**: Conferência de Abertura. Porto de Galinhas, Pernambuco, Brasil, 2010.

UFCG. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município 1 da Região Nordeste**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Belo Horizonte: junho, 2012. Não publicado.

UFCG. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município 2 da Região Nordeste**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Belo Horizonte: junho, 2012. Não publicado.

UFCG. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município 3 da Região Nordeste**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Belo Horizonte: junho, 2012. Não publicado.

UFCG. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município 4 da Região Nordeste**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Belo Horizonte: junho, 2012. Não publicado.

UFCG. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município 5 da Região Nordeste**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Belo Horizonte: junho, 2012. Não publicado.

UFCG. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município 6 da Região Nordeste**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Belo Horizonte: junho, 2012. Não publicado.

APÊNDICES

Apêndice I: Manual de orientações da pesquisa qualitativa

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PESQUISA NACIONAL: CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS COM
CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE RESIDENTES EM ÁREA RURAL**

MANUAL DE ORIENTAÇÕES DA PESQUISA QUALITATIVA

Brasília, 03 de maio de 2012.

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste Manual é orientar as atividades de campo **da Pesquisa Nacional: Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural**. O objetivo da pesquisa é coletar informações e opiniões sobre a EI no Campo e seu contexto, com o objetivo de conhecer a sua situação no Brasil e propor sugestões para formulação de uma política nacional de EI no Campo, melhorar o que está sendo feito e qualificar as escolas e profissionais que atuam na educação de crianças de 0 a 6 anos que vivem no campo ou meio rural.

A pesquisa foi constituída a partir de um projeto de cooperação técnica estabelecido entre o Ministério da Educação e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e conta com a participação de pesquisadores e assistentes de pesquisa das seguintes universidades: UNEMAT-Sinop, UFMG, UFPA – Bragança, UFCG, UFPR, UFSC, UNIJUÍ, UERJ, UFF, UFG, UFES, UFBA, UFC, UFRN, UFS, UFAL, UFPE, UFPI, UFMA, UNB, UFMS-Corumbá, UFMT, UFPel. A pesquisa também estabelece interlocução com movimentos sociais e sindicais do campo e da Educação Infantil.

Sua realização decorreu de solicitação ao Ministério da Educação, de pesquisadores, gestores municipais, professores e membros de movimentos sociais e sindicais do campo durante o **I Seminário Nacional de Educação Infantil do Campo**, ocorrido em Brasília, em dezembro de 2010. Todos esses atores sociais reconhecem a necessidade de conhecermos melhor a realidade educacional das crianças de 0 a 6 anos de idade residentes na área rural, objetivando subsidiar a elaboração de subsídios e implementação de políticas públicas de Educação Infantil, para as crianças que moram em áreas rurais.

A pesquisa produzirá um diagnóstico nacional da oferta de Educação Infantil para as crianças residentes em área rural. Portanto, sua participação como pesquisador(a), nesse momento histórico, é fundamental para que o diagnóstico seja o mais fiel possível à realidade. A postura ética e comprometida dos pesquisadores com a qualidade dos dados e informações e, portanto, para boas políticas públicas, é premissa básica.

O presente **Manual de Orientações** é composto pelos seguintes itens:

1. ética na pesquisa: definindo as lealdades;
2. a pesquisa qualitativa
3. operacionalização da pesquisa qualitativa; e
4. anexos.

Desejamos um ótimo trabalho a todos!

Equipe de Coordenação da Pesquisa

1. ÉTICA NA PESQUISA: DEFININDO AS LEALDADES

O Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) referente à pesquisa nacional **Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural** estabelece que a UFRGS é a instituição responsável pela sua execução. A Comissão de Pesquisa da FAGED/UFRGS dessa Universidade considerou o projeto de pesquisa adequado do ponto de vista ético e delegou aos pesquisadores responsáveis pela condução do projeto, a definição de procedimentos éticos ao longo do estudo.

Entende-se como atividades da pesquisa todas as ações desenvolvidas, desde a concepção, campo, análises dos dados e informações até a divulgação dos resultados. Os princípios e os procedimentos éticos referem-se a essas diferentes etapas.

Nesse processo, temos compromisso com o avanço do conhecimento, com a sociedade, mais especificamente com a qualidade de vida das crianças de 0 a 6 anos do campo e com a formulação de políticas públicas baseadas no direito de todas as crianças brasileiras à Educação Infantil de qualidade.

A pesquisa foi concebida com a finalidade de construir conhecimentos sobre as condições da oferta e sobre as demandas por Educação Infantil para as crianças residentes em área rural brasileira. A pesquisa focaliza a oferta e a demanda por Educação Infantil do/no campo. Pauta-se, portanto, nas definições a respeito da educação formal das crianças de 0 até 6 anos, conforme definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução 05/2009 do Conselho Nacional de Educação - CNE) e pelas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 e Resolução Complementar nº 2, de 28 de abril de 2008).

Por se tratar de uma pesquisa coletiva, além dos termos foram elaboradas regras referentes à disponibilidade dos dados, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Disponibilização dos dados produzidos no âmbito da pesquisa

1. Dados não disponíveis após as análises realizadas no âmbito desta pesquisa
1.1 <u>Questionários respondidos pelos municípios</u> : NÃO serão tornados públicos. Os questionários serão arquivados na UFRGS, sob responsabilidade da Coordenação Nacional da Pesquisa.
1.2 <u>Dados da pesquisa qualitativa</u> : NÃO serão tornados públicos, nem reutilizados após as análises realizadas no âmbito desta pesquisa. Sua publicação restringir-se-á aos relatórios desta pesquisa. O grupo de pesquisadores e assistentes de pesquisa assinará um TERMO DE COMPROMISSO comprometendo-se a não reutilizar os dados individualizados em outras análises.
2. Dados disponíveis para pesquisadores internos e externos à equipe deste projeto de pesquisa
2.1 <u>Base de dados construída a partir de dados oficiais</u> – será tornada pública.
2.2 <u>Base de dados de revisão bibliográfica</u> – será tornada pública.
2.3 <u>Base de dados construída a partir da análise dos questionários</u> – será tornada pública de forma agregada.

2 – A PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa qualitativa corresponde à Ação 3 - Mapeamento e análise das realidades investigadas nas cinco regiões do país - do Projeto “Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos de Idade Residentes em Área Rural”. Tem como finalidade estabelecer uma aproximação das condições da oferta e da demanda de educação infantil para crianças residentes em áreas rurais. Com este estudo, espera-se obter e registrar informações de diversos atores, tais como secretários/as municipais de educação, professores, coordenadores pedagógicos, diretores/as de escolas, famílias das crianças e movimentos sociais e sindicais que representem as populações do Campo e que tenham assento na Comissão Nacional de Educação do Campo – CONEC (**ANEXO I**).

A realização do estudo qualitativo ocorrerá no limite de tempo de cinco dias, devendo o pesquisador seguir o plano de ida a campo, previamente planejado pela

Equipe Regional (ver item 3 deste manual). A coleta de dados da pesquisa será feita por meio de diferentes instrumentos:

1. roteiro de entrevista com as secretarias municipais de educação;
2. roteiro de observação das escolas;
3. roteiro de entrevista nas escolas;
4. roteiro de entrevista com famílias; e
5. roteiro de entrevista com informantes e organizações locais (**ANEXO II – Instrumentos da pesquisa qualitativa**).

Os roteiros de entrevistas e observações serão acompanhados de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (**ANEXO III**).

No item a seguir, são apresentadas as orientações para a operacionalização dos estudos qualitativos.

3 – OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa de campo qualitativa será realizada em 30 municípios, sendo seis em cada região. Será coordenada pelos Núcleos regionais da pesquisa, tendo seus pesquisadores selecionados e treinados para este estudo. (ANEXO IV – Agenda da pesquisa de campo)

Detalhamento das atividades

1. A seleção dos municípios onde serão realizados os estudos qualitativos observou os seguintes critérios:
 - a) os municípios devem fazer parte da amostra sorteada para a Região;
 - b) a tipologia de escolas que atendem a crianças de zero a três anos e de quatro e cinco anos, residentes em área rural;
 - c) a presença de populações do campo definidas pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001): acampados da reforma agrária; assentados da reforma agrária; agricultores familiares; caçaras; extrativistas; indígenas; pescadores artesanais; povos da floresta; quilombolas; ribeirinhos; trabalhadores assalariados, dentre outros.
2. Os municípios selecionados para o estudo qualitativo deverão ter respondido os questionários e os TCLEs enviados durante a etapa quantitativa da pesquisa.

3. Cada equipe deverá elaborar um plano de ida a campo contemplando informações sobre os municípios selecionados para os estudos qualitativos, como localização, meios de transporte, contatos dos/as responsáveis pela experiência a ser objeto do estudo qualitativo, da Secretaria Municipal de Educação, escolas, movimentos sociais e sindicais do campo.
4. No primeiro contato com os movimentos sociais e sindicais do campo, com famílias e escolas é importante explicar os objetivos da pesquisa e a importância da participação desses atores, ressaltando que os resultados da pesquisa serão fundamentais na elaboração da política pública de Educação Infantil do Campo.
5. Serão entrevistadas, no mínimo, seis famílias por estudo. Na seleção das famílias devem ser considerados os seguintes critérios:
 - a) que tenham filhos de zero a seis anos atendidos em escolas urbanas (uma) ou rurais (duas). Tais famílias serão sugeridas pela escola;
 - b) que não tenham filhos de zero a seis anos atendidos em escolas urbanas ou rurais. Tais famílias serão indicadas pelas famílias sugeridas pela escola e deverão ser em número de três.
6. Para a entrevista com os/as representantes dos movimentos sociais e sindicais do campo, cada equipe deverá observar os seguintes critérios:
 - a) serão entrevistados nos municípios somente pessoas (lideranças, dirigentes ou assessorias) dos movimentos sociais e sindicais do campo que estão representados na Comissão Nacional de Educação do Campo– CONEC;
 - b) antes da realização da entrevista, entrar em contato com o/a representante indicado/a pelos movimentos sociais e sindicais do campo confirmando, data, local e horário da entrevista (preencher formulário – **Anexo IV**)
 - c) Durante a entrevista, seguir o roteiro previamente elaborado.
7. As escolas a serem observadas e entrevistadas nos municípios selecionados deverão pertencer ao quadro de amostra da pesquisa quantitativa. Os pesquisadores deverão definir junto com a escola horário e local para as entrevistas e entrar em contato com os entrevistados para confirmar as entrevistas.
8. Os pesquisadores deverão elaborar e enviar o plano de visitas para a coordenação regional, garantindo o acompanhamento de todas as etapas da ida a campo.
9. Durante a observação da escola, só será permitido o registro fotográfico de sua fachada.
10. Os municípios participantes da pesquisa de campo receberão, como devolutivas da pesquisa, um kit do MEC.
11. Está prevista a realização de um evento nacional para apresentação dos resultados finais da pesquisa, com possível participação dos trinta municípios que foram objetos dos estudos qualitativos.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PESQUISA NACIONAL: CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS COM
CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE RESIDENTES EM ÁREA RURAL**

MANUAL(*) DE ORIENTAÇÕES POSTURAS DA PESQUISA QUALITATIVA

PORTO ALEGRE, MAIO DE 2012

(*) Adaptado do Manual de Pesquisa da População de Rua de Porto Alegre, pela FASC, 2011 (autores: Patrice Schuck e Ivaldo Gehlen)

POSTURA DO ENTREVISTADOR E APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Este manual foca, principalmente, a relação do entrevistador com o entrevistado, realçando questões éticas e culturais.

A abordagem junto aos entrevistados constitui-se num “evento”: um momento privilegiado de relação entre pessoas que, provavelmente, não se conhecem e que pertencem a realidades sociais, econômicas e culturais diferentes. Dessa maneira, é necessário criar um clima de respeito, escuta e abertura ao outro, de modo a percebê-lo em sua singularidade e complexidade.

Propõe-se uma abordagem que, para além das respostas que interessam a esta pesquisa, evite reproduzir formas de relação preconceituosas, desrespeitosas e autoritárias às quais estas populações estão, muitas vezes, sujeitas.

O jeito de habitar / ocupar o espaço é diversificado e expressa hábitos culturais ou identitários que precisam ser reconhecidos e respeitados, embora possam ser impactantes para o entrevistador num primeiro contato. Os sujeitos da pesquisa estarão em “seu” espaço íntimo, e o entrevistador precisa ser autorizado por eles a adentrá-lo. Por isso, o tratamento respeitoso, a postura atenta e comprometida, a busca de uma “distância justa” (nem, invasiva, nem recuada), devem ser levados em conta no estabelecimento desta relação com o entrevistado.

Deixar claro para os entrevistados “quem somos” (dizer o nome completo e com clareza) e a “que viemos”, explicando a natureza, os objetivos e a finalidade da pesquisa. Enfatizar a utilidade das informações obtidas, tanto para os dirigentes públicos tomarem decisões que influem sobre suas vidas, quanto para os movimentos sociais conhecerem melhor quem são eles e o que pensam, salientando ainda que os resultados da pesquisa objetivam possibilitar a formulação de políticas inteligentes e adequadas.

O tom de voz, as palavras e a aparência do entrevistador devem demonstrar credibilidade, com ênfase sobre a importância do entrevistado para o desenvolvimento do trabalho.

Deixar claro também que as informações individuais serão sigilosas perante os demais entrevistados. O interesse pelas pessoas e o aprofundado conhecimento das instruções recebidas durante o treinamento, tornarão esta tarefa fácil na maioria das vezes, mas o entrevistador precisa usar de toda a sua intuição, sensibilidade e inteligência para interagir com o entrevistado.

O “estado de espírito” do entrevistador reflete-se, com frequência, na reação do entrevistado diante do pedido para participar de uma entrevista. Se estiver inseguro ou pouco à vontade, não será capaz de estabelecer uma boa relação com o entrevistado; se pouco convicto ao apresentar a importância e os objetivos do seu trabalho, estes sentimentos serão percebidos e prejudicarão a comunicação.

Em muitos casos, o entrevistador será bem recebido porque representa uma quebra na rotina do dia-a-dia. A maioria das pessoas gosta de ser entrevistada e muitas delas demonstram interesse e discernimento ao responder sobre temas sobre os quais nunca haviam pensado antes ou considerado daquela maneira.

Algumas pessoas terão preocupações e perguntas para os entrevistadores. É preciso estar preparado para dar respostas corretas e sinceras, sempre com cortesia. Se os entrevistados manifestarem receios acerca da legitimidade da pesquisa, o entrevistador, além de se identificar, indicará os contatos da coordenação por meio dos quais podem se certificar e obter esclarecimentos ou informações sobre a pesquisa (nome coord. Regional e contato de telefone profissional e e-mail).

DOMINANDO O INSTRUMENTO DE PESQUISA

Os instrumentos (roteiros) têm como objetivo coletar dados e informações seguras, que dependem, em grande parte, do bom desempenho do entrevistador / pesquisador. Para ter sucesso nesse objetivo, é fundamental conhecer seu conteúdo, sua sequência, formular as questões de modo tranquilo e dominar bem o fluxo e fluência da entrevista, além de motivar os entrevistados. As respostas podem ser fortemente influenciadas pela maneira como a conversa (entrevista) é conduzida. Para tanto, é fundamental estudar cuidadosamente os instrumentos e demais documentos da pesquisa e seguir rigorosamente as orientações neles contidas e/ou transmitidas nas capacitações.

Lembrar-se de que a entrevista não é um teste nem um exame, por isso o entrevistador deve ter o máximo cuidado para que seu tom de voz, palavras ou atitudes não expressem surpresa, julgamentos, aprovação ou desaprovação em relação às respostas dadas pelo entrevistado, mesmo que pareçam inusitadas ou insensatas.

As perguntas precisam ser formuladas com ritmo adequado, na maioria das situações, com vagar, dando tempo para os entrevistados acompanharem corretamente

seu objetivo e seu conteúdo. Com isso, tem-se garantia de respostas completas e dentro do objetivo. Se o entrevistador manifestar pressa ou ansiedade, transfere essas sensações aos entrevistados, e o atropelo, ao invés de agilizar, pode tornar a entrevista mais demorada pela necessidade de repetições. Ao contrário dos entrevistados, o entrevistador adquiriu familiaridade com o instrumento, por isso é importante proporcionar-lhes o tempo para assimilá-las e o claro entendimento das questões.

É importante conduzir a entrevista respeitando a ordem sequencial das questões, conforme estão dispostas no roteiro, pois tal ordem atende a uma sequência lógica. Quando o entrevistado responder antecipadamente questões futuras, o entrevistador poderá anotar a resposta, discretamente, no roteiro. Na sequência, ao chegar à respectiva pergunta, esta poderá ser formulada novamente, se não ficou completamente esclarecida, mostrando ao entrevistado que já falou do assunto: "já falamos deste assunto, mas permita-me perguntar novamente para esclarecer...".

Sempre que os entrevistados solicitarem mais informações sobre o significado de alguma pergunta, é importante valorizar e esclarecer a demanda com objetividade. Explicar genericamente; porém, se perceber que ainda persiste a dúvida, reformule a pergunta, sem mudar a sua essência.

Os entrevistados, em geral têm curiosidades diversas e fazem perguntas. Responder discretamente e se podem influir no conteúdo da entrevista, dar uma evasiva e propor falar sobre o assunto ao final da entrevista. Não esquecer de, no final, fazer referência ao questionamento anterior, dando algum retorno, mesmo que seja dizendo que não conhece ou não tem opinião sobre o assunto.

Não se manifestar sobre temas políticos partidários ou ideológicos polêmicos extra pesquisa.

Evitar a interrupção do trabalho antes da conclusão das entrevistas, mostrando que não será possível retomá-la outra hora ou outro dia.

CONCLUINDO A ENTREVISTA

No final da entrevista, antes da despedida, de forma objetiva e amistosa, agradecer a oportunidade da conversa e comentar que foi muito importante a colaboração e a franqueza da pessoa para o sucesso da entrevista, lembrando que

será respeitado o sigilo das informações, a serem usadas em seu conjunto e apenas em benefício da educação infantil.

Anotar no Diário de Campo eventuais situações particulares ou interferências externas (como chegada de alguém, discussão entre pessoas), que eventualmente possam ter prejudicado a entrevista. Anotar, também, situações como: interferências negativas na realização da entrevista ou se houve preocupação em esconder informações importantes. Detalhar tanto quanto possível.

ANEXOS AO MANUAL DA PESQUISA

ANEXO I - MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS DO CAMPO MEMBROS DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - CONEC

► Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAS

Titular: Luiz Peixoto da Silva

E.mail: luiz@unefab.org.br

Telefones: 67-92163340 / 64 34742074

Suplente: Luis Pedro Hillesheim

E.mail: unefab@unefab@org.br

Telefones: (55)9644-6803

► Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Titular: José Wilson Gonçalves

E.mail: zewilson@contag.org.br

Telefones: (61) 2102.2288

Suplente: Eliene Novaes Rocha

E.mail: eliene@contaq.org.br

Telefones: (61) 2102.2288

► **Comissão Pastoral da Terra - CPT**

Titular: Isabel Cristina Diniz

E.mail: isabel@cptnacional.org.br

Telefones: 43-9943-7279

Suplente: Juvenal José Rocha

E.mail: juvenalrocha50@gmail.com

Telefones: (62)40086400/6466

► **Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Familiar – FETRAF**

Titular: Maria Josana de Lima

E.mail: josanastr@hotmail.com.br / secgeral@fetraf.org.br

Telefones: 84 9941 7903 / 61 - 3041-5646

Suplente: Marcos Rochinski

E.mail: secgeral@fetraf.org.br

Telefones:61-3041-5646

► **Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB**

Titular: Ana Rita de Lima Ferreira

E.mail: anaritalima@uol.com.br

Telefones: 61-91639993

Suplente: Liciane Andrioli

E.mail: artacula@mabnacional.org.br

Telefones: 61-33861938

► **Movimento das Mulheres Camponesas – MMC**

Titular: Catiane Cinelli

E.mail: secretaria@mmcbrasil.com.br; katimmc@gmail.com; informa@mmcbrasil.com.br

Telefones: 61-40636520

Suplente: Elisiane de Fátima Jahn

E.mail: j.elismmc@gmail.com ; secretaria@mmcbrasil.com.br

Telefones: 51-9621-5565 / 3045-1066

► **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST**

Titular: Antônia Vanderlúcia de Oliveira Simplício

E.mail: vanderluciabsb@gmail.com

Telefones: 61-9611-3403 E 61-81996631

Suplente: **Claudia Praxedes**

E.mail: claupraxedes@yahoo.com

Telefones: 19-8141-2347

► **Rede Educacional do Semi-Árido - RESAB**

Titular: **Adelaide Pereira da Silva**

E.mail: ade_cpt@yahoo.com.br / adelaide.cpt@gmail.com

Telefones: 83-3255-6196 / 9903-2859

Suplente: **Lucineide Martins Araujo**

E.mail: lucineide@irpaa.org / sec.exec-resab@oi.com.br

Telefones: 74 - 3611-6481 / 8805-8388 / 8103-7063

ANEXO II – INSTRUMENTOS DA PESQUISA QUALITATIVA

1. ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AS ESCOLAS

Pesquisador responsável pelo preenchimento: _____

Telefones para contato: _____

Coordenação Regional: _____

Período de ida ao campo: _____

OBSERVAÇÕES: Explicar os objetivos e foco do estudo, porque a escola foi selecionada para ser pesquisada; assegurar o sigilo das informações; informar que a participação é voluntária; pedir licença para gravar a entrevista.

Quem entrevistar: preferencialmente pessoas vinculadas à direção da escola: diretor(a), vice-diretor(a), coordenador(a) pedagógico(a). Se não houver, entrevistar professor(a) que trabalhe com as crianças da educação infantil residentes em área rural.

I – IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Da Escola: nome da escola, município, endereço, telefone, e mail	
1.2 Do Entrevistado: nome, idade, formação, função na escola	
II – ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREA RURAL	
2.1 Critérios de matrícula /Demanda de vagas pela comunidade.	
2.2 Gestão da escola/ Participação da comunidade e famílias.	
2.3 Especificidades do calendário da escola.	

2.4 Condições da Estrutura Física/Manutenção/Limpeza...	
2.5 Projeto político-pedagógico (existência de documento escrito).	
2.6 Critérios de agrupamento das crianças/n. de turmas e de crianças por turma	
2.7 Organização das experiências com as crianças:	
a) Organização das atividades diárias (existência de rotina planejada) com as crianças.	
b) Materiais disponíveis para as crianças (de 0 a 3 e de 4 a 6 conforme tipologia da escola)	
b) Uso dos espaços internos e externos da escola.	
c) Organização do sono, banho e alimentação das crianças (de 0 a 3 e de 4 a 6 conforme tipologia da escola) .	
2.8 Transporte das crianças moradoras da zona rural para a escola/Responsabilidade/Condições/Trajetos.	
2.9 Inclusão de crianças com deficiência (se existe e como ocorre o atendimento).	
2.10 Formação continuada dos professores e demais profissionais: periodicidade/tema/organização.	
2.11 Participação das famílias no cotidiano da escola/Reuniões/Ações.	
2.12 Conhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo.	
III – OPINIÕES / SUGESTÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO	
3.1 Pontos positivos e negativos do atendimento das crianças residentes em área rural.	
3.2 O que pensa sobre a obrigatoriedade da frequência de crianças 4 a 6 anos à Escola (se não está bem informado explicar sinteticamente a lei).	
3.3 Como o município poderia ampliar / melhorar a educação dessas crianças.	
3.4 Sugestões para melhoria ou para uma política de EDU Infantil do Campo?	
3.5 Deseja expressar mais alguma idéia, sugestão ou tem alguma pergunta?	
Agradecer e desligar o gravador de forma visível	

2. ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DA ESCOLA

Pesquisador responsável pelo preenchimento: _____

Telefones para contato:

Coordenação Regional:

Período de ida ao campo:

1. ESTRUTURA FÍSICA

1.1. Quantos ambientes existem na instituição? (Escreva no parêntesis o nº de

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Diretoria | <input type="checkbox"/> Salas para as diferentes turmas de crianças (onde passam a maior parte do dia) |
| <input type="checkbox"/> Secretaria | <input type="checkbox"/> Dispensa para guardar alimentos |
| <input type="checkbox"/> Recepção | <input type="checkbox"/> Almojarifado |
| <input type="checkbox"/> Sala de professores | <input type="checkbox"/> Sanitário exclusivo para homens: dentro do prédio () fora do prédio () |
| <input type="checkbox"/> Laboratório de informática | <input type="checkbox"/> Sanitário exclusivo para mulheres: dentro do prédio () fora do prédio () |
| <input type="checkbox"/> Sala de recursos multifuncionais | <input type="checkbox"/> Sanitário exclusivo para crianças: dentro do prédio () fora do prédio () |
| <input type="checkbox"/> Cozinha | <input type="checkbox"/> Sanitário adequado às crianças com mobilidade reduzida. |
| <input type="checkbox"/> Quadra de esportes coberta | <input type="checkbox"/> Dependências adequadas aos adultos e crianças com mobilidade reduzida. |
| <input type="checkbox"/> Quadra de esportes descoberta | Outro: _____ |
| <input type="checkbox"/> Biblioteca | _____ |
| <input type="checkbox"/> Sala de leitura | |
| <input type="checkbox"/> Parque Infantil | |
| <input type="checkbox"/> Berçário | |
| <input type="checkbox"/> Tanque de areia | |
| <input type="checkbox"/> Jardim | |
| <input type="checkbox"/> Campo de futebol | |
| <input type="checkbox"/> Refeitório | |

1.4. Existem paredes? Em quais condições? (pintura, umidade, buracos, pregos, tomadas, fios soltos? De qual material a parede é feita?)

1.5. Quais as condições dos telhados, das portas, dos portões, do piso, etc.

1.6. Os ambientes são iluminados e ventilados?

- 1.7. Existem pontos de água potável (bebedouros) acessíveis às crianças de diferentes idades?
- 1.8. As janelas ficam numa altura que permite a visão da área externa, pela criança?
- 1.9. A disposição do mobiliário permite uma boa circulação das pessoas? Explique.
- 1.10. O banheiro é limpo? Adequado ao tamanho da criança? Tem água e sabonete? A descarga funciona? Oferece algum risco? (privada quebrada e azulejos quebrados, degraus com quinas que oferecem riscos em caso de queda).
- 1.11. Os ambientes são limpos? Explique.
- 1.12. Nas salas de referência das turmas existem as tradicionais “carteiras individuais” utilizadas no ensino fundamental? Ou existem mesas? (quatro cadeiras, mesas longas, etc.). Descreva o que encontrou, para as diferentes idades (0-1, 2-3/4-5/6)

2. ORGANIZAÇÃO DOS MATERIAIS E USO DOS AMBIENTES EXTERNOS

- 2.1. Existe uma área externa? É cimentada? Possui área verde? Descreva como é organizada.
- 2.2. Caso tenha área verde: é bem cuidada? Limpa? Possui canteiros? Hortas? Descreva.
- 2.3. Existem animais? Quais? Onde ficam? Descreva esses ambientes.

3. CHEGADA E SAÍDA

- 3.1. Como as crianças chegam à instituição? A pé, de bicicleta, de carro, de ônibus coletivo regular do município, de ônibus ou Van específico/a para transporte das crianças, outra forma?
- 3.2. Procure observar a chegada de crianças que utilizam transporte coletivo escolar público ou privado: existe monitor que as auxilia na saída do ônibus/van? Quais são as condições do transporte? Qual a faixa etária das crianças que o utilizam?
- 3.3. Exceto aquelas que chegam com transporte, quem acompanha as crianças até a instituição? (observe os diferentes tipos de responsáveis: família, amigos, vizinhos, etc.). As crianças de 0-3 anos são deixadas na porta? Ou são levadas à sala de referência da turma? E as crianças de 4-6 anos?
- 3.4. No caso das famílias (ou outro adulto responsável) que levam suas crianças à instituição, você observou alguma troca/interação com os professores? Que tipo de conversa?

- 3.5. Quando chegam, as crianças são engajadas em brincadeiras ou ficam esperando todas as outras crianças chegarem, sem realizar nenhuma atividade planejada? Que tipo de atividade elas realizam? (Verifique se, na acolhida das crianças, na organização dos espaços e proposição de atividades/ leva-se em consideração o tempo em que ficaram sentadas durante o transporte da casa até a instituição).
- 3.6. O professor acompanha as crianças até o transporte escolar, caso exista? Se sim, com quem ficam as demais crianças? Como se dá o caminho da criança até o ônibus? Descreva, separadamente crianças de 0-3 e 4-6 anos.

3.ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DA INSTITUIÇÃO - QUESTÕES COMPLEMENTARES

Este roteiro destina-se ao registro de informações complementares que o pesquisador presencie no tempo de permanência na Instituição. Sempre que possível, o pesquisador deverá estar atento às ocorrências abaixo mencionadas e a outras que julgar relevantes de serem registradas. Esse registro deve ser em forma de DESCRIÇÃO.

Pesquisador responsável pelo preenchimento: _____

Telefones para contato:

Coordenação Regional:

Período de ida ao campo:

- 3.7. Quais espaços são, efetivamente, utilizados pelas crianças de 0-3 e 4-5/6 anos? Cite-os separadamente.
- 3.8. O armazenamento do lixo é feito em local seguro, longe das crianças?
- 3.9. Existe rede de esgoto?
- 3.10. Há espaço para acolhimento da família? Onde? Como é organizado?

- 3.11. Espaços e equipamentos são organizados de forma a acolher crianças com deficiência, de acordo com o Decreto-Lei nº 5.296/2004? **(ANEXO)**
- 3.12. Há um espaço e mobiliário para a troca de fraldas para menores de 3 anos? Se sim, está na altura do adulto? É seguro para a criança?
- 3.13. Crianças de 0-3 anos tomam banho? Se sim, onde? Existe cuba? É higienizada durante o dia? Ou a cada banho?
- 3.14. Botijão de gás está localizado no ambiente externo e atende normas de segurança?
- 3.15. Produtos de limpeza e outras substâncias tóxicas são armazenadas longe das crianças?

4. ORGANIZAÇÃO DOS MATERIAIS E USO DOS AMBIENTES INTERNOS

- 4.1. Brinquedos, materiais disponíveis, móveis e equipamentos encontram-se em bom estado de conservação? Explique.
- 4.2. Existem brinquedos acessíveis às crianças? Quais? Ou o uso dos materiais fica a critério do adulto? Explique.
- 4.3. Os brinquedos são em quantidade suficiente? Descreva a relação de quantidade brinquedo/criança.
- 4.4. Os brinquedos parecem responder aos interesses das crianças? (faz de conta, materiais não estruturados, jogos, materiais para abrir e fechar, empurrar).
- 4.5. Existem instrumentos musicais? Quando e como são utilizados?
- 4.6. Existem materiais para pintar, desenhar, recortar, modelar, construir objetos ou fazer experimentações diversas? Quando e como são utilizados? Descreva-os.
- 4.7. As crianças podem desenhar por iniciativa própria?
- 4.8. Há espaço organizado para leitura? (cantinho de leitura com livros, revistas, gibis). São acessíveis às crianças, e em quantidade suficiente, a maior parte do dia?
- 4.9. Os livros estão em bom estado de conservação? Explique.
- 4.10. As salas possuem espelhos instalados de forma segura, na altura das crianças, para que possam observar a própria imagem em diferentes momentos da jornada?
- 4.11. São disponibilizados móveis ou equipamentos seguros, para que os bebês se apoiem quando começam a andar?

- 4.12. Os materiais para higiene são individualizados e armazenados em boas condições? (ex. escovas de dente estão separadas e identificadas com os nomes das crianças ou são colocadas no mesmo recipiente, de forma que todas se toquem).
- 4.13. Existem fraldas disponíveis? Sabonetes? Buchas? Como são armazenadas?
- 4.14. Há brinquedos, livros ou outros materiais que incentivam o respeito às diferenças entre negros, brancos, indígenas e pessoas com deficiência?
- 4.15. Com relação às crianças de 0-3 anos, quais materiais estão disponíveis? Possibilitam a exploração de: texturas, pesos, formas? Permitem abrir e fechar, empurrar, empilhar, etc?
- 4.16. Existe mobiliário para o descanso do adulto? Quais e em quais locais? São confortáveis? (uso nos momentos de almoço, reuniões, estudo, formação, planejamento).
- 4.17. No espaço voltado aos bebês, verifique se os adultos passam o dia sentados no chão, em cadeiras pequenas, ou se possuem algum mobiliário grande?
- 4.18. Onde são realizadas as refeições? Como é o mobiliário? As crianças lavam as mãos? E os adultos? Quais as condições de higiene? Explique.
- 4.19. Os materiais/ ambientação (artesanato, fotos, instrumentos, etc.) do espaço possuem elementos produzidos pelas próprias crianças e pela comunidade? Sim ou não, explique o que observou.
- 4.20. A organização do espaço interno e do tempo privilegia o contato com a natureza? De que maneira?
- 4.21. Existem materiais pedagógicos com materiais naturais? Descreva-os.
- 4.22. Os ambientes são organizados de forma a promover atividades coletivas e individuais? (ex. Canto com almofadas para ouvir música ou históricas, cantos mais recolhidos para poder ficar só, quando a criança deseja).

5. ORGANIZAÇÃO DOS MATERIAIS E USO DOS AMBIENTES EXTERNOS

- 5.1. As crianças podem brincar ao sol, com água, terra, pedras, gravetos e outros elementos da natureza?
- 5.2. Bebês frequentam as áreas externas? Onde ficam? Que tipo de experiência é organizada? Existe solário?

5.3. A organização do espaço e tempo permite a realização de movimentos amplos?
Os adultos permitem que isso aconteça?

6. USO DO TEMPO - TRANSIÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES E TEMPO DE ESPERA

6.1. A transição das atividades é tranqüila? Ou há uma ruptura entre elas? (exemplo: professor interrompe uma brincadeira ou outra atividade para oferecer o lanche?).

6.2. Existe espera para atividades como banho e almoço? Quanto tempo? (ex. Crianças aguardam enquanto brincam ou lêem? Ou ficam sem atividades, obrigadas a estarem quietas – paradas, observando o que está ocorrendo, sentadas nos cantos, em corredores, tem o comportamento controlado sistematicamente pelo adulto, pedindo para que fiquem quietas).

6.3. Existem outros momentos de fila e/ou espera? Em quais situações?

6.4. Por volta de quanto tempo as crianças ficam nos ambientes internos? Quanto tempo nos ambientes externos? Desenvolvem qual tipo de atividade?

6.5. Crianças de até 3 anos realizam atividades “acadêmicas” (em papel ou apostilas) e por essa razão são obrigadas a permanecerem muito tempo sentadas? Quanto tempo você observou?

6.6. Crianças de 4 a 5-6 anos realizam atividades “acadêmicas” (em papel ou apostilas) e por essa razão são obrigadas a permanecerem muito tempo sentadas? Quanto tempo você observou?

6.7. O tempo do banho é suficiente para que possa, efetivamente, contemplar a dimensão cuidar/educar?

6.8. Há horário de sono previsto na rotina? () sim; () não. Qual? _____ . As crianças que não tem sono podem brincar ou realizar outras atividades ou são obrigadas a ficarem imóveis nesse período? As crianças podem dormir quando estão com sono, mesmo que não seja no horário previsto na rotina? Há espaço adequadamente organizado para isso? **DESCREVA.**

6.9. Existe horário de banho previsto na rotina? () sim; () não Qual horário?

As crianças tomam banho quando há necessidade⁷, mesmo que não seja em horário previsto na rotina?

6.10. Os horários de alimentação consideram o horário que as crianças acordam e a dieta da família? (ex. crianças que acordam muito cedo, por causa da distância e do horário do transporte, crianças que chegam à instituição sem tomar café da manhã).

6.11. No caso de crianças de 0-3 anos, quais foram as atividades observadas, desenvolvidas ao longo do dia/período observado?

6.12. No caso de crianças de 4-6 anos, quais foram as atividades observadas, desenvolvidas ao longo do dia/período observado?

7. ORGANIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS DAS CRIANÇAS (*separar as observações realizadas nas turmas de 0-3 e 4-5/6 anos*).

7.1. Os adultos cantam com as crianças? Em que local? Quais tipos de música?

0-3 Anos

4-5/6 anos

7.2. Os adultos contam histórias para as crianças? Em que local? Que tipo de história?

7.3. Os adultos promovem experiências relacionadas à leitura e escrita? O que observou?

7.4. Os adultos promovem experiências relacionadas às artes (visuais, dança, música, escultura, etc...)? Explique:

7.5. Os adultos promovem experiências relacionadas ao universo matemático? O que observou?

7.6. Os adultos promovem experiências relacionadas ao universo da natureza e da cultura brasileira? Explique:

7.7. Os adultos promovem experiências relacionadas à cultura local? Explique:

5.8. As crianças podem correr e brincar em espaços externos?

⁷ A criança evacua e fica muito tempo sem trocar a fralda? Ou evacua, tem a fralda trocada, mas não foi lavada? Fica com a roupa com suor por longos períodos? Tem cheiro de urina? A roupa está suja com secreção de nariz? Quando está muito suada, e incomodada com isso, o educador oferece o banho? O educador pode oferecer banho coletivo em momentos de muito calor? Marcas de terra não serão consideradas como sujeira, a menos que estejam gerando algum incômodo na criança.

- 5.9. No dia da observação, houve visitas exploratórias aos diferentes espaços naturais e culturais no entorno da Instituição e na região? Você ouviu algum comentário a esse respeito?
- 5.10. Os(as) professores (as) utilizam TV na programação de atividades com as crianças? Por quanto tempo? Com qual faixa etária? Qual o conteúdo apresentado?
- 5.11. As crianças ouvem música enquanto estão brincando? Que tipo de música?
- 5.12. Você observou a realização de brincadeiras tradicionais? Quais?
- 5.13. Você observou momentos de cantos tradicionais? Em quais momentos?

6. INTERAÇÕES

5.1. Criança- criança

- 5.1.1. Crianças de diferentes idades brincam juntas? (ex. crianças de 2 anos com crianças de 4 anos).
- 5.1.2. Crianças brincam sozinhas? Em pequenos grupos?
- 5.1.3. Ocorrem muitos conflitos (disputas por brinquedos, mordidas, puxões de cabelo, empurrões, tapas, chutes, etc)? Quais as razões? (*A pobreza na organização dos espaços e materiais, poucos brinquedos, ausência do adulto e salas superlotadas são algumas das razões que podem potencializar o aparecimento desses tipos de conflitos*).
- 5.1.4. As crianças se organizam em torno de alguns brinquedos? Quais?
- 5.1.5. Os adultos permitem que irmãos se encontrem ao longo do dia?

5.2. Adulto-Criança

- 5.2.1. O adulto respeita o ritmo da criança? (dormir, comer, brincar). Explique. (Tempo de brincar: *Nesse tópico, observe se o adulto deixa a criança brincar durante o tempo que deseja, se há uma conversa e uma transição tranquila quando é necessário parar a atividade, para o momento do almoço, por exemplo.*)
- 5.2.2. As crianças são obrigadas a, todas juntas, realizarem as mesmas atividades? A criança que não quiser se envolver na atividade proposta pelo adulto tem opção de se engajar em outra tarefa?
- 5.2.3. Os adultos chamam as crianças pelos nomes?
- 5.2.4. Os adultos ajudam as crianças a manifestarem seus sentimentos?
- 5.2.5. Os adultos conversam com frequência com as crianças, inclusive com os bebês? Quais são os conteúdos das conversas?

- 5.2.6. Bebês: Adultos pegam bebês no colo em diferentes momentos do dia? Propiciam momentos de interação e acolhimento?
- 5.2.7. Bebês: adultos observam a comunicação entre os bebês? Procuram compreendê-la?
- 5.2.8. Adultos conversam com as crianças sobre sua vida em casa, e na comunidade?
- 5.2.9. Algum adulto manifestou algum tipo de preconceito? (racial, sexo, religião, condição sócio-econômica, ou em função da origem do campo?)
- 5.2.10. Adultos colaboram com o desenvolvimento da autonomia? Explique em quais momentos e como ocorre.
- 5.2.11. Você observou se as práticas cotidianas são rígidas ou se elas comportam, numa mesma programação, diferentes possibilidades de inserção e de expressividade da criança?
- 5.2.12. Adulto responde às perguntas das crianças? Algumas crianças não são ouvidas?
- 5.2.13. Adulto acolhe momento de desconforto? (quando chora pela falta da mãe, por dor, após “brigar” com o coleguinha, etc.)
- 5.2.14. Como o adulto interrompe ou lida com conflitos? Explique.

5.3. Adulto-adulto

- 5.3.1. Educadores e famílias se encontram, na chegada ou saída? Há algum tipo de conversa entre eles? Conversam sobre a criança? Existe uma troca em que ambos os lados manifestam a sua opinião? Descreva.
- 5.3.2. Durante a jornada, adultos conversam sobre as crianças? ou conversam sobre outros assuntos? Que tipo de troca pode ser observada?
- 5.3.3. Existe algum tipo de coordenador ou diretor presente na instituição? Que tipo de troca estabelece com os adultos, durante a jornada?

8. SAÚDE – SEGURANÇA E HIGIENE (*tópicos que não foram abordados nos itens anteriores*)

8.1. Alimentação

- 8.1.1. É possível descobrir de onde vieram os alimentos? São frescos?

- 8.1.2. Os alimentos foram preparados obedecendo a normas mínimas de higiene (lavagem de mãos, cozinha com acesso restrito, limpa, azulejada até o teto, com água corrente, lixo na área externa, etc.)
- 8.1.3. A produção dos alimentos da comunidade faz parte do cardápio das crianças?
- 8.1.4. O refeitório (ou local equivalente) é um espaço de fácil limpeza?
- 8.1.5. Há lavatório para as mãos, próximo ao local do almoço?
- 8.1.6. A cozinha possui revestimentos impermeáveis? Possui bancada adequada para o manuseio de alimentos, separada da higienização dos utensílios? É limpa?

8.2. Cuidados com o corpo

- 8.2.1. Crianças que evacuam são imediatamente trocadas? Existem fraldas e roupas disponíveis?
- 8.2.2. Crianças escovam os dentes? Há tempo disponível para que essa atividade seja feita de maneira efetiva?
- 8.2.3. Crianças alérgicas, que porventura estejam produzindo secreções, recebem especial atenção para permanecerem limpas?

8.3. Procedimentos de Segurança

- 8.3.1. A instituição tem acessíveis os números de telefone de emergências?
- 8.3.2. A instituição tem procedimentos de segurança preestabelecidos, a serem tomados em caso de acidentes? Estão descritos e visíveis em painéis?
- 8.4. Há proteção de tomadas? Existem fios desencapados?
- 8.5. Existe proteção contra insetos nas janelas? (Analisar se são necessários, se há ocorrência de insetos que possam picar as crianças)
- 8.6. Existem extintores de incêndio instalados de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros?

4. ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM SECRETÁRIOS DA EDUCAÇÃO OU PESSOA QUE O REPRESENTA

Observação: É importante tentar ter em mãos, antes da ida a campo, os questionários do município e analisá-los para a realização a entrevista.

Objetivos da entrevista: Aprofundar dados do questionário e receber sugestões para a implantação e a implementação de uma política educacional voltada à **oferta** de Educação Infantil às crianças de 0 a 6 anos moradoras de territórios rurais.

Antes de iniciar a entrevista: Ratificar o compromisso do pesquisador e da coordenação da pesquisa em manter a identidade dos informantes sob sigilo, bem como a identidade do município. Solicitar autorização para realizar a entrevista e para gravá-la.

Quem entrevistar: preferencialmente, o secretário de educação. Na sua ausência, ter a indicação do referido secretário da pessoa que prestará as informações em nome da secretaria.

IDENTIFICAÇÃO

Do Entrevistado: nome, formação, função (perguntar sobre a função no caso de o respondente não ser o secretário)

Se a entrevista acontecer com o secretário, perguntar o tempo que ocupa o cargo.

ROTEIRO

1. Como o município vem atendendo as crianças de 0 a 3 anos e as crianças de 4 a 6 anos de idade residentes em área rural?
2. Qual é o ponto forte do município no atendimento das crianças de 0 a 6 anos e idade residentes no município?
3. Quais os principais desafios enfrentados por essa secretaria para atender as crianças de 0 a 3 anos residentes na área rural? E para as crianças e 4 a 6 anos? (Explorar após a respostas alguns aspectos: gestão financeira e administrativa, aspectos pedagógicos...).
4. Como você avalia a estrutura física das escolas que atendem as crianças de 0 a 3 anos que moram na área rural? E das escolas que atendem as crianças de 4 a 6 anos?
5. Como são os prédios as escolas? Eles suprem as necessidades das crianças de 0 a 3 anos / 4 a 6 anos da Educação Infantil? Por quê?
6. Há projetos desta secretaria para melhorar (reformular, construir) a estrutura física delas? Se sim, fale um pouco deles.
7. A última escola na área rural que atende as crianças de 0 a 6 anos e idade foi inaugurada quando?

8. Há recursos municipais para construção ou reforma as escolas do campo que atendem as crianças e 0 a 6 anos de idade?
9. Como o município poderia ampliar/melhorar a educação dessas crianças?
10. O município fechou alguma escola que atende crianças de 0 a 6 anos na área rural? Se sim, por quê?
11. Há recursos estaduais para construção ou reforma? O município já recebeu do Estado alguma colaboração nesse sentido? E em relação ao governo federal?
12. Os recursos financeiros do FUNDEB são suficientes para suprir as necessidades educacionais destas crianças? Por quê?
13. Como você avalia o quadro de professores que atuam junto a essas crianças em termos de formação e experiência? O que o município oferece de formação aos professores das escolas que atendem as crianças e 0 a 6 aos residentes na área rural?
14. Sobre a demanda, as famílias que moram na área rural e têm filhos pequenos (de 0 a 6 anos) têm procurado escolas para seus filhos? Desde que idade? Ou, para qual faixa etária procuram mais?
15. O que pensa sobre a obrigatoriedade da frequência de matrícula as crianças de 4 a 6 anos? (se não está bem informado explicar sinteticamente a lei). O município vem se preparando para atender as crianças do campo? De que forma? Quais são as maiores dificuldades? Essa obrigatoriedade reflete ou impacta no atendimento as crianças e 0 a 3 anos?
16. Você acha que deve haver oferta de Educação Infantil para as crianças perto do lugar onde moram? Por quê?
17. Como tem se dado a frequência destas crianças de 0 a 6 anos na escola? O que, em sua opinião, facilita a frequência delas? E o que atrapalha?
18. Para você, o que significa a Educação Infantil para estas crianças de 0 a 3 anos moradora em área rural? E para as crianças e 4 a 6 anos?
19. No grupo de crianças de 0 a 6 anos, moradoras em área rural, há registro de crianças que têm necessidades educativas especiais? Se sim, trata-se de qual ou quais necessidade (s)? Elas são atendidas? De que forma?
20. As escolas do município que atendem crianças de 0 a 6 anos moradoras de zona rural filhas de famílias (de quilombolas, assentadas, de pescadores, enfim, identificar as populações e adaptar...) desenvolvem algum tipo de trabalho pedagógico relacionado ao grupo cultural ao qual pertencem? Se sim, fale um pouco deste trabalho.

21. Quais são os principais desafios enfrentados por esta secretaria para atender as crianças de 0 a 6 anos, moradoras de zona rural?

22. Deseja expressar mais alguma ideia, sugestão ou tem alguma pergunta?

Agradecimentos. Explicar que o MEC enviará um kit de materiais. Os municípios poderão ser convidados a participar do Encontro Nacional de divulgação dos resultados da pesquisa.

5 ORIENTAÇÕES PARA A ENTREVISTA COM A FAMÍLIA

1. APRESENTAÇÃO

Prezado Pesquisador

Gostaríamos de agradecer a sua participação na I Pesquisa Nacional sobre Educação Infantil do Campo, ela é resultado de um projeto cooperação estabelecido entre Ministério da Educação (MEC), universidades brasileiras e também conta com a participação de movimentos sociais do campo e da educação infantil.

O objetivo desta pesquisa é conhecer a caracterização das crianças de 0 a 6 anos das áreas rurais e a educação para elas ofertada como forma de fazer avançar as políticas públicas para essas crianças.

Os resultados da pesquisa, portanto, poderão oferecer o primeiro retrato nacional de como a educação infantil está sendo ofertada para essas crianças. Pretendemos conhecer como os municípios, escolas e famílias brasileiras enfrentam os desafios do atendimento educacional às crianças brasileiras moradoras da zona rural.

2. COMBINADOS ENTRE O ENTREVISTADOR (A) E O ENTREVISTADO(A) ANTES DE INICIAR A PESQUISA

PARA APRESENTAR-SE

Contar da experiência da pesquisa nacional, da chegada à cidade, comunidade, escola e por fim, como chegou até esta família. Agradecer a disponibilidade e contar como vai ser a entrevista. Apresentar, dizendo que atualmente no Brasil toda a pesquisa precisa do consentimento das pessoas que participam, e ler o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” para as famílias, esclarecer as dúvidas, deixá-las tranquilas para iniciar a

conversa. O termo deve ser assinado pelo respondente antes do início da entrevista e também deve ser assinado pelos pesquisadores na frente dos entrevistados.

Deixar a família escolher o melhor local para realizar a entrevista, para que as pessoas fiquem bem à vontade. Também, é importante salientar que instrumentos de pesquisa serão usados pelo pesquisador para o registro: gravador, anotações,... e salientar que é para o bom desenvolvimento da pesquisa.

Caso no ambiente que será realizada a pesquisa estiver presente outras pessoas anotar em seus registros.

É importante utilizar uma linguagem clara e realizar alguns combinados (ex: quando desejar parar é só falar, que responda o que ache pertinente, que procure falar o que vem na sua “cabeça” e no seu “coração”). Afirmar que nos interessa saber muito como é a vida da família e, principalmente, como é a educação das crianças pequenas da sua comunidade. Isto é, que temos certeza que eles têm muito a nos contar sobre a realidade das crianças do campo.

Na apresentação, precisamos expressar que nossa pesquisa é relativa às crianças de zero a seis anos, portanto o pesquisador deverá salientar que as questões devem ser respondidas referentes aos filhos nesta faixa etária.

É importante reafirmar que o anonimato da família respondente será preservado e explicar que as informações nos relatórios e na divulgação da pesquisa serão apresentadas de forma a não aparecer os nomes.

No relatório da entrevista é preciso contar como foi este primeiro momento para contextualizar a situação de realização.

3. ESCLARECIMENTOS PARA O ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Caracterização sócio demográfica e educacional da família na residência

Neste Tópico da Entrevista nos interessa traçar um perfil do contexto familiar das crianças de zero a seis anos, portanto todos os aspectos são muito importante serem respondidos, as respostas são aquelas “declaradas” pelo informante, e caso haja alguma discordância do pesquisador ele deve fazer algum destaque (ex: na questão raça, o pesquisador deve fazer uma observação).

Neste quadro, nos interessa conhecer a família da criança, portanto, todos os que moram na mesma residência, tendo vínculos de parentesco ou não, mas que convivem no cotidiano com as crianças.

Sujeito- nome da pessoa respondente e das crianças

Relação de parentesco com a criança – mãe, avó, tio.. (caso não tenha relação de parentesco, destacar qual o vínculo com a família da criança)

Idade- Quantos anos você tem? Qual a idade de fulano?

Sexo- Não precisa perguntar para o informante, apenas para os que não estão presentes.

Raça- Como você se considera em relação a sua raça? Qual a raça de “fulano”? Procurar não induzir as respostas, elas devem ser autodeclaradas. Em caso de divergência do pesquisador, destacar com comentário.

Nível de Escolaridade - Até que ano “fulano” estudou? Caso não lembre, procure perguntar se é alfabetizado - Ele sabe ler e escrever?

Religiosidade - A família segue alguma religião? Frequenta alguma igreja? É importante perguntar se todos os membros da família participam, pois algumas vezes podem ter religiões diferentes, é importante perguntar se as crianças também frequentam.

Local de nascimento – Colocar o local oficial de nascimento de cada membro da Família.

Ocupação/ Trabalho- Em que vocês trabalham? Durante todo o ano? Caso durante o ano a pessoa tenha mais de uma ocupação é importante destacar (Ex: agricultor, mas fora de safra, faz tarefas de pintor)

2. A vida da família no contexto rural

Neste tópico da entrevista interessa ao pesquisador saber a historicidade do sujeito - como a família chegou até aquele lugar - como foi esta trajetória - como é a vida no campo. Aqui o objetivo é conhecer a trajetória da família até chegar ao contexto rural. Principalmente, queremos saber sobre as expectativas em relação à vida futura das crianças no campo (permanência ou não,etc). Por este motivo todas as questões da entrevista precisam ser exploradas pelo pesquisador.

3. Educação e Cuidado de crianças pequenas no campo

Neste tópico é importante, relembrar novamente às famílias que nossa pesquisa trata das crianças na faixa etária 0 a 6 anos (retomar esta questão da faixa etária no decorrer da entrevista) e portanto, todas as questões perguntadas serão referentes aos seus filhos pequenos, isto é, nesta faixa etária.

Também neste tópico o pesquisador deverá reconhecer o conceito nativo da educação das crianças de 0 a 6 anos, como denominam o modo de realizar o cuidado e a educação das crianças pequenas (criar, ...), bem como realizam esta experiência neste contexto familiar.

Caso a família desejar contar outras experiências da comunidade, de seus vizinhos, isto é, outras estratégias utilizadas, também é importante conhecer e registrar, mesmo que não façam parte do contexto daquele família, mas eles dizem respeito a aquela comunidade que está inserida.

Em relação à trajetória dos filhos maiores, procurar perguntar sobre as dificuldades para conseguir vaga (oferta, transporte,... o porquê parou de estudar,..)

4. O dia a dia da criança

Conhecer o dia a dia da criança quando ela não está na escola, isto é, desde que acorda até o horário que vai dormir. Neste tópico nosso interesse é reconhecer a vivência da criança no contexto em que vive, e, também, as idéias que tem sobre a escola (horário, transporte,..) e/ou outros ambientes que estão presentes na educação das crianças (caso tenha outro tipo de atendimento além da escola).

5. Como os pais avaliam a qualidade da escola de educação infantil freqüentada?

Neste tópico da entrevista queremos saber o que as famílias pensam sobre a escola que seus filhos pequenos frequentam, como eles avaliam este atendimento e como gostariam que esta escola fosse. Portanto, inicie perguntando se eles frequentam a escola dos filhos? Quando? E vá questionando as perguntas estabelecidas na entrevista.

As questões presentes neste tópico são relativas ao Ponto de vista das famílias em relação ao atendimento realizado na instituição que seus filhos pequenos frequentam, bem como de seus anseios e expectativas.

Neste momento é importante RELEMBRAR que esta pesquisa está sendo realizada para conhecer como as crianças pequenas estão sendo atendidas na zona rural, e que estas informações são subsídios importantes.

Cuidar para não repetir aspectos já abordados e/ou desenvolvidos nas questões anteriores para não tornar a entrevista cansativa.

6. Finalização/Avaliação

Neste último tópico nosso objetivo é conhecer o que as famílias pensam sobre a educação infantil, bem como suas expectativas em relação à educação nesta faixa etária no contexto da zona rural.

Neste tópico é importante conversar e/ou informar a família sobre a questão da obrigatoriedade de matrícula (EC 59/2009). Nosso objetivo é também reconhecer as expectativas em relação à obrigatoriedade de matrícula das crianças de 4 e 5 anos.

7. FINAL DA ENTREVISTA

Neste momento é muito importante o agradecimento, destacando a cooperação e a disponibilidade da família para participar da pesquisa. Procurar chamar o entrevistado pelo nome e destacar como será a devolutiva da pesquisa.

Solicitar contato: numero de telefone, endereço, email, .. para alguma dúvida posterior, e também deixar contato (carta da pesquisa).

Anotar o horário de início e término da entrevista, bem como a descrição do local, espaço, participantes, interrupções, impressões,...

6. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS MATRICULADAS

OBJETIVO:

Levantar as percepções e expectativas sobre a vida da criança de 0 a 6 anos que vivem e moram no campo.

Roteiro A

Para as famílias moradoras do campo que tem crianças atendidas em escolas na Zona Rural e Urbana.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO – Zona _____ I

Município:

Escola que indicou a família:

Crianças (s) de zero a seis anos da família (nome e idade):

Endereço Residencial:

Telefone:

Respondente:

Relação de Parentesco com a(s) criança (s)

1. Caracterização sócio demográfico e educacional dos moradores na residência (família) central

Sujeito	Relação de	Idade	Sexo	Raça	Nível de	Religião	Local de Nascimento	Ocupação/profissão/
---------	------------	-------	------	------	----------	----------	---------------------	---------------------

	Parentesco com a criança				Escolaridade		o	o que você faz? Com o que trabalha

2. A vida familiar no contexto rural

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Origem das famílias	De onde vem a família do pai e da mãe da criança?	De onde vocês vieram?
Local de Moradia	Há quanto tempo vocês moram aqui, neste lugar? Já moraram em outros locais?	
	Que atividades produtivas realizam?	O que vocês plantam? Tem animais? A família vive só daquilo que o campo dá?
	Quais as percepções e expectativas sobre a vida no campo?	Como é/está a vida no campo? Vocês pretendem continuar trabalhando com as mesmas atividades produtivas nos próximos anos?
		As crianças ajudam nas atividades domésticas e também no trabalho de vocês no campo? Como?
Perspectivas da família	Onde você acha que é melhor morar no campo ou na cidade?	As crianças gostam do campo? E da cidade? Eles tecem comentários sobre a cidade?o que comentam?
Perspectivas	E os filhos, onde preferiria que eles morassem: aqui ou na cidade?	Você conversa com seus filhos sobre a cidade? Eles demonstram interesse em ir morar na cidade? Por quê?
Concepção de Infância	A vida das crianças no campo é diferente/semelhante da vida das crianças nas cidades?	Você acha que a vida das crianças que moram no campo é próxima/parecida com a daquelas que vivem na

		cidade?Como?
Identidade	Como se denominam (Qual a identidade da família: ribeirinho...)?	Se você fosse dizer quem você é como você diria: Assentado? Agricultor? (Pistas)

3.Educação e o cuidado de crianças pequenas no campo

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Cuidado das crianças	Como é cuidar das crianças pequenas no campo	Como as crianças pequenas, em geral, são cuidadas aqui nesta localidade? (alimentação, saúde,lazer, brincadeira...) Como são os momentos de alimentação das crianças? Quais os atendimentos oferecidos pelo Posto de Saúde de sua comunidade? As crianças participam das festividades comunitárias?
		Existe/iu atendimento escolar para as crianças pequenas nesta comunidade? Existe algum tipo de atendimento? Quais?
	Você acha que precisa de creche ou de pré-escola para as crianças pequenas?	Você acha que precisa ter escola para criança de 0 a 6 anos? Para as bem pequenininhas de 0 a 3 anos? Para as maiores?
	Com quantos anos você colocou seus filhos na escola?Por que colocou?	
	Quando vocês estão trabalhando como fica o cuidado das crianças pequenas no turno em que não estão na escola?	Quando você está trabalhando, onde fica seu filho?
	Como foi/é a trajetória escolar dos filhos maiores, por que eles realizaram esta trajetória? Tinha oferta de vagas para os seus filhos maiores?	Como foi a trajetória escolar de seu filho mais velho (vaga na escola, transporte escolar, horário, distancia)?
	Quais as expectativas que	Por que vocês acham que é

	vocês têm com a escolaridade das crianças	importante as crianças irem à escola? Os pequenos? Os maiores? Qual a importância da escola na vida das crianças desta comunidade? Você acha importante que as crianças pequenas frequentem a escola (0 a 3)?
--	--	--

4.O dia a dia da criança

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Cuidado diário com as crianças	Onde, como e com quem a criança fica ao longo do dia?	Como é o dia a dia da criança da hora que acorda até a hora de dormir?
	Por que escolheu/vocês escolheram esta “solução”?	Por que escolheu deixar assim? Deste modo?
	A criança convive com outras crianças pequenas? Quais Onde elas moram? Qual a distancia?	Seu/sua filha convive ou brinca com outras crianças? Elas moram perto? O que elas falam quando estão juntas? Do que brincam? . Que tipo de brincadeiras ele(a) brinca? Com quais brinquedos (galhos, pedras, panela, folhas, boneca, carrinho, etc.)?
		O que ele faz quando não está na escola? Vocês fazem alguma outra atividade no final de semana? (igreja, reunião da associação, ciranda, etc.). Ele assiste TV? Ele participa das

		atividades domesticas: dá comida aos animais, rega plantas....
Escola frequentada	Como é a escola freqüentada?Comunidade/Distrito ou Intra campo? Como você gostaria que fosse?	Onde fica a escola?Perto? Longe? Quanto tempo demora para chegar lá?Como você gostaria que fosse? Onde você gostaria que fosse?
Avaliação do deslocamento	Como ela realiza este deslocamento (transporte, tempo e distancia)?	Ela vai sozinha ou acompanha? Por quem? Você tem quem leve e busque a criança na escola? Como é o transporte: a pé, de bicicleta? As crianças vão com segurança? Há problemas com o transporte? Como você gostaria que fosse o transporte das crianças?Como você gostaria fosse ofertado este transporte ?

5. Como os pais avaliam a qualidade da escola de educação infantil freqüentada?

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Oferta de vagas	Tem vagas para todas as crianças da comunidade?	Tem vaga até que idade aqui na zona rural? 0 a 3 e 4 a 6 anos.
Espaço geográfico	Quem é a professora rotatividade dos professores e das	

	crianças organização das turmas repetência	
Qualidade da educação Infantil: Infraestrutura e materiais	Como são as condições de infraestrutura da escola? A escola tem disponibilidade de água, luz e saneamento? Há mobiliário? A escola oferece moveis, materiais escolares e uniforme para as crianças ou solicita para as famílias a compra? A escola tem pátio? Tem horta?	Como é a escola que teu filho estuda? A escola é bonita? Tem água, tem luz, esgoto? Ela é muito quente? Fechada? Tem moveis adequados ao tamanho das crianças? Tem banheiro? Tem cozinha?
Brincadeira	Tem brinquedos? As crianças podem brincar? Brincar de que	Eles produzem seus brinquedos? Onde elas brincam na escola? Tem espaço específico? Quais as brincadeiras que as crianças mais gostam? Qual o tempo que as crianças dispõem para brincar?
Merenda	Qual a qualidade da merenda? Tem o Conselho da merenda?	Tem merenda? É boa? É feita na escola? Seus filhos gostam? Que tipo de comida é? Há aproveitamento das frutas de sua comunidade na merenda escolar? Se têm conselho quem participa? Ele fiscaliza a merenda que é servida às crianças
Oferta de vagas	Tem vagas para todas as crianças da comunidade? Tem vaga até que idade aqui na zona rural? 0 a 3 e 4 a 6?	As crianças de 0 a 3 e 4 e 6 anos são contempladas com as vagas em sua comunidade? É fácil conseguir uma vaga?
Professores	Os professores são bons? Tem formação? Ensinam bem as crianças? São homens ou mulheres? São da Comunidade?	Os professores têm boa interação com a comunidade e as com as crianças? Eles participam de outras atividades na comunidade?
Proposta Pedagógica	O pessoal da escola já	Como é o trabalho desta

	<p>mostrou/contou para vocês sobre a proposta pedagógica? O calendário da escola é adequado as necessidades das famílias? O horário de funcionamento é adequado as famílias? Você acha que para as crianças pequenas é melhor o turno integral ou meio período?</p>	<p>escola? O que eles fazem lá? O que ele conta do que faz? O calendário é adequado ao tempo? Aos períodos da colheita? Quanto tempo ele fica na escola? Este é um horário bom para você? E para seu filho? Você prefere para sua criança um período parcial ou integral, isto é, todo o dia? Você acha que a sua/seu filho são bem educados e cuidados no período que estão na escola? A escola prepara as crianças para continuar estudando?</p>
Transporte	<p>Você acha que a distancia entre a casa e a escola está boa?</p>	<p>Você acha longe de sua casa esta escola? Acha que deveria ter o transporte escolar?</p>
Sugestões	<p>Quais as sugestões para o funcionamento da escola?</p>	<p>Como vocês pensam que seria uma boa escola?</p>

6.Finalização/Avaliação

Comunidade	<p>Como avalia a atenção à educação e ao cuidado da infância em sua comunidade?</p>	<p>A comunidade preocupa-se com a educação e o cuidado das crianças de 0 a 3 e de 4 a 6 anos? De que forma?</p>
Faixa etária	<p>Que idade as crianças devem ir para a escola?</p>	<p>A partir de que idade você acha que a criança deve ir para escola?</p>
Importância da educação infantil	<p>Por que a educação infantil seria importante: liberar a família ou oferecer outras experiências para as crianças</p>	<p>Por que a educação infantil seria importante? Quando a criança está na escola você se sente seguro para continuar trabalhando? Que experiências você gostaria que a escola ofertasse as crianças?</p>
Organização do espaço escolar/ou infraestrutura?	<p>Que sugestões teriam para o atendimento das crianças de 0 a 6 anos na zona rural?</p> <p>Psiquisador pode organizar perguntas sobre aspectos culturais</p>	<p>Como seria uma escola boa para as crianças pequenas? Como seria este espaço? Teria pátio? Que materiais não poderiam faltar? Você preferiria uma escola em alvenaria ou adaptada à realidade de sua região?</p>

	de sua região. Exemplo Região Norte: Acha que deveria ter espaço para colocar rede na escola (Redário)?	
Ordenamento legal	Informar sobre a nova legislação da obrigatoriedade	O que você acha das crianças de 4 e 5 anos serem obrigadas à ir para a escola
Professores		Você acha que o professor deveria morar na comunidade? Há trocas constantes de professores em sua comunidade? Como são escolhidos os professores que trabalham aqui (concurso, pedido de político, indicação da comunidade)? Quem você prefere para trabalhar com seu filho na educação infantil: homem ou mulher?
Sugestões para melhorias		Você tem alguma sugestão para melhorar o atendimento dos seus filhos e das crianças da comunidade?

6 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS NÃO MATRICULADAS

OBJETIVO:

Levantar as percepções e expectativas sobre a vida da criança de 0 a 6 anos que vivem e moram no campo.

Roteiro B

Para as famílias moradoras do campo que tem crianças de 0 a 6 anos que não são matriculadas em escolas de educação infantil.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO – Zona _____ I

Município:

Família indicada por:

Crianças (s) de zero a seis anos da família (nome e idade):

Endereço Residencial:

Telefone:

Respondente:
Relação de Parentesco com a(s) criança (s)

1. Caracterização sócio demográfico e educacional dos moradores na residência (família) central

Sujeito	Relação de Parentesco com a criança	Idade	Sexo	Raça	Nível de Escolaridade	Religião	Local de Nascimento	Ocupação/profissão/ o que você faz? Com o que trabalha

2. A vida familiar no contexto rural

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Origem das famílias	De onde vem a família do pai e da mãe da criança?	De onde vocês vieram?
Local de Moradia	Há quanto tempo vocês moram aqui, neste lugar? Já moraram em outros locais?	
	Que atividades produtivas realizam?	O que vocês plantam? Tem animais? A família vive só daquilo que o campo dá?
	Quais as percepções e expectativas sobre a vida no campo?	Como é/está a vida no campo? Vocês pretendem continuar trabalhando com as mesmas atividades produtivas nos próximos anos?
		As crianças ajudam nas atividades domésticas e também no trabalho de vocês no campo? Como?
Perspectivas da	Onde você acha que é melhor	As crianças gostam do campo

família	morar no campo ou na cidade?	? E da cidade? Eles tecem comentários sobre a cidade?o que comentam?
Perspectivas	E os filhos, onde preferiria que eles morassem: aqui ou na cidade?	Você conversa com seus filhos sobre a cidade? Eles demonstram interesse em ir morar na cidade? Por quê?
Concepção de Infância	A vida das crianças no campo é diferente/semelhante da vida das crianças nas cidades?	Você acha que a vida das crianças que moram no campo é próxima/parecida com a daquelas que vivem na cidade?Como?
Identidade	Como se denominam (Qual a identidade da família: ribeirinho...)?	Se você fosse dizer quem você é como você diria: Assentado? Agricultor? (Pistas)

3.Educação e o cuidado de crianças pequenas no campo

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Cuidado das crianças	Como é cuidar das crianças pequenas no campo	Como as crianças pequenas, em geral, são cuidadas aqui nesta localidade? (alimentação, saúde,lazer, brincadeira...)? Como são os momentos de alimentação das crianças? Quais os atendimentos oferecidos pelo Posto de Saúde de sua comunidade? As crianças participam das festividades comunitárias?
		Existe/iu atendimento escolar para as crianças pequenas nesta comunidade? Existe algum tipo de atendimento? Quais? As crianças que possuem necessidades educativas especiais possuem algum atendimento?
	Você acha que precisa de creche ou de pré-escola para as crianças pequenas?	Você acha que precisa ter escola para criança de 0 a 6 anos? Para as bem pequenininhas de 0 a 3 anos? Para as maiores?
	Com quantos anos você	

	colocou seus filhos na escola? Por que colocou?	
	Quando vocês estão trabalhando como fica o cuidado das crianças pequenas no turno em que não estão na escola?	Quando você está trabalhando, onde fica seu filho?
	Como foi/é a trajetória escolar dos filhos maiores, por que eles realizaram esta trajetória? Tinha oferta de vagas para os seus filhos maiores?	Como foi a trajetória escolar de seu filho mais velho (vaga na escola, transporte escolar, horário, distancia)?
	Quais as expectativas que vocês têm com a escolaridade das crianças?	Por que vocês acham que é importante as crianças irem à escola? Os pequenos? Os maiores? Qual a importância da escola na vida das crianças desta comunidade? Você acha importante que as crianças pequenas frequentem a escola? E as bem pequeninhas?

4.O dia a dia da criança

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Cuidado diário com as crianças	Onde, como e com quem a criança fica ao longo do dia?	Como é o dia a dia da criança da hora que acorda até a hora de dormir?
	Por que escolheu/vocês escolheram esta “solução”?	Por que escolheu deixar assim? Deste modo?
	A criança convive com outras crianças pequenas? Quais Onde elas moram? Qual a distancia?	Seu/sua filha convive ou brinca com outras crianças? Elas moram perto? O que elas falam quando estão juntas? Do que brincam? . Que tipo de brincadeiras ele(a) brinca? Com quais brinquedos (galhos, pedras, panela, folhas, boneca, carrinho, etc.)?
		Vocês fazem alguma outra

		<p>atividade no final de semana? (igreja, reunião da associação, ciranda, etc.).</p> <p>Ele assiste TV?</p> <p>Ele participa das atividades domésticas: dá comida aos animais, rega plantas....</p>
--	--	---

6.Finalização/Avaliação

Comunidade	Como avalia a atenção à educação e ao cuidado da infância em sua comunidade?	A comunidade preocupa-se com a educação e o cuidado das crianças de 0 a 3 e de 4 a 6 anos? De que forma?
Faixa etária	Que idade as crianças devem ir para a escola?	A partir de que idade você acha que a criança deve ir para escola?
Importância da educação infantil	Por que a educação infantil seria importante: liberar a família ou oferecer outras experiências para as crianças	Por que a educação infantil seria importante? Quando a criança está na escola você se sente seguro e tranquilo para continuar trabalhando? Que experiências você gostaria que a escola ofertasse as crianças?
Organização do espaço escolar/ou infraestrutura?	Que sugestões teriam para o atendimento das crianças de 0 a 6 anos na zona rural? Psiquisador pode organizar perguntas sobre aspectos culturais de sua região. Exemplo Região Norte: Acha que deveria ter espaço para colocar rede na escola (Redário)?	Como seria uma escola boa para as crianças pequenas? Como seria este espaço? Teria pátio? Que materiais não poderiam faltar? Você preferiria uma escola em alvenaria ou adaptada à realidade de sua região?
Ordenamento legal	Informar sobre a nova legislação da obrigatoriedade	O que você acha das crianças de 4 e 5 anos serem obrigadas à ir para a escola
Professores		Você acha que o professor

		<p>deveria morar na comunidade? Há trocas constantes de professores em sua comunidade? Como são escolhidos os professores que trabalham aqui (concurso, pedido de político, indicação da comunidade)? Quem você prefere para trabalhar com seu filho na educação infantil: homem ou mulher?</p>
Sugestões para melhorias		<p>Você tem alguma sugestão para melhorar o atendimento dos seus filhos e das crianças da comunidade?</p>

**7 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM INFORMANTES QUALIFICADOS:
representantes institucionais, movimentos sociais e sindicais**

OBS. Explicar os objetivos e foco do estudo, porque ele(a) foi escolhido(a) para ser entrevistado; sigilo das informações; liberdade de responder; pedir licença para gravar.
Quem entrevistar: preferencialmente pessoas vinculadas às Instituições que tem assento no Conselho Nacional de EDU Campo, na seguinte ordem de prioridade: Movimento Mulheres Trabalhadoras Rurais; Associações de populações específicas (exemplo: Assoc. Quilombola, Assentados, etc.); Sindicatos de Trab. Rurais; Cooperativas/ associações de produtores rurais ...

I – IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 Do Entrevistado: nome, idade, formação, atividade, função ...
- 1.2 Da Instituição / organização : Nome, função, vínculos com rural, ...

II – SITUAÇÃO DA EDU INFANTIL

- 2.1 Na Região / Município
- 2.2 No rural (Região/Município)
- 2.3 Frequência infantil (0 a 6 anos) rural à Escola .
- 2.4 Como as famílias rurais encaram a ida/frequência de seus filhos (0 a 6 anos) à escola
- 2.5 Opinião do entrevistado sobre:
 - a) Escolas: tamanho, qualidade da construção, estruturas adequadas, etc.
 - b) Transporte / acessibilidade
 - c) Dos Professores e outros profissionais que atuam nas Escolas

d) As atividades e conteúdos para crianças de 0 a 6 anos.

III – OPINIÕES / SUGESTÕES

3.1 Opinião sobre como vê o compromisso do Estado (nas três instâncias) com educação infantil (0 a 6 anos) no Campo

3.2 Opinião sobre compromisso das famílias em relação à EDU em âmbito escolar das crianças (0 a 6 anos).

3.3 O que pensa sobre a obrigatoriedade da frequência de crianças (0 a 6 anos) à Escola (se necessário explicar ao entrevistado a lei, sinteticamente).

3.4 Como o município poderia ampliar / melhorar a educação das crianças de 0 a 6 anos.

3.5 Na Organização que o entrevistado representa:

a) Este tema/assunto tem relevância?

b) Como essa organização pode contribuir para a implantação / ampliação da Política de EDU Infantil?

3.6 Sugestões para melhoria ou para uma política de EDU Infantil do Campo?

3.7 Deseja expressar mais alguma ideia, sugestão ou tem alguma pergunta?

Agradecer e desligar o gravador de forma visível.

ANEXO III – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO–

1. ESCOLAS

Pesquisa Nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos de idade Residentes em Área Rural - Termo de Cooperação Técnica Ministério da Educação e UFRGS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESCOLAS

Eu, _____, estou sendo convidado/a a participar da segunda fase da pesquisa nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 Anos de Idade Residentes em Área Rural,

que tem como objetivo levantar aspectos da oferta do atendimento e demanda das famílias e comunidades à educação infantil para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, com vistas a subsidiar a expansão da educação infantil do campo.

Fui esclarecido/a de que esta segunda fase será realizada em 30 municípios, 6 em cada região do país, e consiste no aprofundamento das informações levantadas na primeira fase.

Sei que minha participação neste momento consiste em conceder entrevista e dados complementares relativos ao atendimento educacional oferecido pela escola às crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Na escola, além da entrevista, sei que serão feitas observações sobre os espaços e atividades desenvolvidas. Fui esclarecido/a de que a pesquisa poderá utilizar gravador na entrevista para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta terão acesso à gravação. Também fiquei sabendo que a pesquisa fará o registro de apenas uma imagem fotográfica da fachada das escolas participantes do estudo, sem a presença de qualquer pessoa.

Também fui informado/a que participarão da pesquisa o(a) secretário(a)/diretor(a) de educação do município. Sei que a pesquisa realizará entrevistas com famílias e representantes de movimentos sociais e sindicais acerca da educação infantil ofertada à criança residente em área rural.

Fui informado/a de que tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim ou ao município.

Fui informado/a de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatórios e em formato livro, de forma agregada, não associando as informações fornecidas ao meu nome, ao da escola e ao nome do município.

Fui informado/a de que todo o material produzido na pesquisa ficará de posse da coordenação geral da pesquisa e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Sei que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Concordo nesses termos participar da pesquisa.

_____, de _____ de 2012

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Contatos da pesquisa regional:

Responsável pela pesquisa: Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Telefone da responsável pela pesquisa: (51) 33083104

2.FAMÍLIAS

Pesquisa Nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos de idade Residentes em Área Rural - Termo de Cooperação Técnica Ministério da Educação e UFRGS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

FAMÍLIAS

Eu, _____, estou sendo convidado/a a participar da pesquisa nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 Anos de idade Residentes em Área Rural, que tem como objetivo compreender a oferta pelo poder público e as necessidades das famílias e comunidades em relação à creche e pré-escola para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural. Tem ainda como objetivo fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas para a educação infantil no campo.

Fui informado/a de que, nesta fase, a pesquisa será realizada em 30 municípios, 6 em cada região do país.

Sei que minha participação neste momento será dar uma entrevista, conversando sobre as necessidades em relação à creche e pré-escola para meu(s)/minha(s) filho(s)/a(s), sobre o atendimento oferecido pelo município às crianças de 0 a 6 anos de idade da área rural. Sei que além de mim, outras famílias participarão da pesquisa, além do/a secretário/a de educação, diretores de escola e lideranças de movimentos sociais e sindicais ligados à terra e à infância.

Fui informado/a de tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de explicar porque e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim e a meu/minha filho/a.

Fui informado/a de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatórios e em formato livro, não associando as informações fornecidas ao meu nome e ao nome do município.

Fui esclarecido/a de que a entrevista poderá ser gravada para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta pesquisa terão acesso à gravação. Também fiquei sabendo que a pesquisa fará o registro de apenas uma imagem fotográfica da fachada das escolas participantes do estudo, sem a presença de qualquer pessoa.

Fui informado/a de que a gravação de minha entrevista e as anotações sobre ela ficarão, como todo material produzido na pesquisa, sob a responsabilidade da coordenação geral da pesquisa e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Sei que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Fui informado/a de que a qualquer momento posso ter esclarecidas as dúvidas que surgirem. Concordo participar da pesquisa.

_____, de de 2012

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Contatos da pesquisa regional:

Responsável pela pesquisa: Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Telefone da responsável pela pesquisa: (51) 33083104

3.MOVIMENTOS SOCIAIS e SINDICAIS (INFORMANTES QUALIFICADOS)

Pesquisa Nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos de idade Residentes em Área Rural

Termo de Cooperação Técnica Ministério da Educação e UFRGS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

MOVIMENTOS SOCIAIS e SINDICAIS (INFORMANTES QUALIFICADOS)

Eu, _____, estou sendo convidado/a a participar da pesquisa nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 Anos de Idade Residentes em Área Rural, que tem como objetivo compreender a oferta pelo poder público e as necessidades das famílias e comunidades em relação à creche e pré-escola para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural. Tem ainda como objetivo fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas para a educação infantil no campo.

Fui informado/a de que, nesta fase, a pesquisa será realizada em 30 municípios, 6 em cada região do país.

Sei que minha participação neste momento será dar uma entrevista, conversando sobre as necessidades em relação à creche e pré-escola para as crianças de 0 a 6 anos de idade da área rural. Sei que além de mim, serão ouvidos famílias, o/a secretário/a de educação, diretores de escola e outras lideranças de movimentos sociais.

Fui informado/a que tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de explicar porque e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim e à entidade que represento.

Fui informado/a de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em Relatórios e em formato livro, não associando as informações fornecidas ao meu nome, ao nome de minha entidade e ao nome do município.

Fui esclarecido/a de que a pesquisa poderá utilizar gravador na entrevista para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta pesquisa terão acesso à gravação. Também fiquei sabendo que a pesquisa fará o registro de apenas uma imagem fotográfica da fachada das escolas participantes do estudo, sem a presença de qualquer pessoa.

Fui informado/a de que minha entrevista, a gravação e as anotações sobre ela ficarão, como todo material produzido na pesquisa, sob a responsabilidade da coordenação geral da pesquisa e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Sei que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Fui informado/a de que a qualquer momento posso ter esclarecidas as dúvidas que surgirem. Concordo participar da pesquisa.

_____, de _____ de 2012

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Contatos da pesquisa regional:

Responsável pela pesquisa: Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Telefone da responsável pela pesquisa: (51) 33083104

4.SECRETARIAS

Pesquisa Nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos de idade Residentes em Área Rural

Termo de Cooperação Técnica Ministério da Educação e UFRGS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

SECRETARIAS

Eu, _____, estou sendo convidado/a a participar da segunda fase da pesquisa nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 Anos de Idade Residentes em Área Rural, que tem como objetivo levantar aspectos oferta do atendimento e da demanda das famílias e comunidades à educação infantil para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, com vistas a subsidiar a expansão da educação infantil do campo.

Fui esclarecido/a de que esta segunda fase será realizada em 30 municípios, 6 em cada região do país, e consiste no aprofundamento das informações levantadas na primeira fase, da qual participei.

Sei que minha participação neste momento consiste em conceder entrevista e dados complementares relativos ao atendimento educacional oferecido pelo município às crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Também fui informado/a que participarão da pesquisa escolas que atendem crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural e que, nessas escolas, serão realizadas conversas com seus diretores ou coordenadores relativas ao atendimento dessas crianças. Além das escolas, sei que a pesquisa realizará entrevistas com famílias e representantes de movimentos sociais e sindicais acerca da educação infantil ofertada à criança residente em área rural.

Fui informado/a de tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim ou ao município.

Fui informado/a de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatórios e em formato livro, de forma agregada, não associando as informações fornecidas ao meu nome e ao nome do município.

Fui esclarecido/a de que a pesquisa poderá utilizar gravador na entrevista para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta pesquisa terão acesso a ela. Também fiquei sabendo que a pesquisa fará o registro de apenas uma imagem fotográfica da fachada das escolas participantes do estudo, sem a presença de pessoas.

Fui informado/a de que todo o material produzido nessa fase ficará de posse da coordenação geral da pesquisa e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Sei que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Concordo participar da pesquisa.

_____, de _____ de 2012

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Contatos da pesquisa regional:

Responsável pela pesquisa: Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Telefone da responsável pela pesquisa: (51) 33083104

ANEXO V - ROTEIRO DE RELATÓRIO DE CAMPO QUALITATIVO

INTRODUÇÃO

1.1 Apresentar o que é o relatório

1.2 Metodologia (descrição sintética de como foi feita a coleta de informações, descrevendo no geral como e de quem foram obtidas.

II – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

(se necessário ampliar algumas informações para a Região)

- a) **demográfica.** Distribuição por local de moradia, sexo, faixas etárias,
- b) econômica pib, importância por setor: primário (quais principais produtos) secundário e terciário
- c) Social (IDH, Etnias, Escolarização, ...

III – RESULTADOS

3.1 Sistema da educação infantil no Município

- a) apresentação
- b) descrição das observações
- c) entrevista
- d) Análise incluindo as sugestões

3.2 Situação da Educação Infantil nas Escolas

- a) apresentação
- b) descrição das observações
- c) entrevista
- d) Análise incluindo as sugestões

3.3 As famílias Usuárias e não usuárias

- a) apresentação
- b) descrição das observações
- c) entrevista
- d) Análise incluindo as sugestões

3.4 As Organizações Sociais (incluindo Movimentos Sociais)

- a) apresentação
- b) descrição das observações
- c) entrevista (síntese das principais informações, seguindo o roteiro da entrevista)
- d) Análise incluindo as sugestões

IV – COMENTÁRIOS / SUGESTÕES DO PESQUISADOR

4.1 Descrever a Experiência do processo pesquisa

- a) condições objetivas da realização do campo
- b) receptividade e facilidades encontradas
- c) dificuldades e/ou resistências locais

4.2 A partir da vivência da pesquisa (leituras, campo, discussões)

- a) comentar, que conhecimento apreendeu neste processo de interlocução com diferentes atores sociais, da observação das condições do cotidiano da vida das famílias, dos professores, das instituições, etc., dos diálogos, das reflexões pessoais.

b Sugestões sobre a educação no campo das crianças de 0 a 6 anos, referenciadas na vivência e especificidades do município.

Apêndice 2: Termo de compromisso do pesquisador

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente termo, eu _____,
RG _____, CPF _____, na função de _____
da pesquisa *Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais brasileiras*, ciente de que os dados qualitativos produzidos no âmbito da referida pesquisa são para seu uso exclusivo, comprometo-me a repassá-los integralmente à Coordenação Geral da Pesquisa e a não torná-los públicos nem reutilizá-los em outros estudos.

Brasília, _____ de _____ de 2012

Equipe: Coordenação Nacional

Secretária Executiva:

Carolina Gobbato (UFRGS).

Apoio Técnico Administrativo:

Beatris de Moraes Pinto (UFRGS)

Michelle Teixeira (UFRGS)

Thomas Lester Geri (UFRGS).

Apoio Técnico Estatística:

Gustavo Thomas (UFRGS).

Pesquisador:

Susana Beatris Fernandes (UNISC).

Equipe: Produção Acadêmica

Pesquisadores:

Ana Paula Soares da Silva (voluntária/USP-Ribeirão Preto)

Tatiana Noronha de Souza (UNESP-Jaboticabal)

Ana Cecília Oliveira Silva (USP-Ribeirão Preto)

Fernanda Lacerda Silva (USP-Ribeirão Preto)

Juliana Bezzon da Silva (voluntária/USP-Ribeirão Preto)

Luciana Pereira de Lima (USP-Ribeirão Preto)

Regiane Sbroion de Carvalho (USP-Ribeirão Preto)

Thaíse Vieira de Araújo (USP-Ribeirão Preto)

Apoio Técnico:

Daniel Coelho, Marta Aparecida da Silva.

Equipe: Núcleos Regionais

Região Norte

Pesquisadores:

Djanne Fernandes Melo (UFPA)

Elaine Ramos da Silva (voluntária/UNCME- AM)

Eliseanne Lima da Silva (voluntária/IFAM)

Flávia de Cássia Pantoja Batista (UFPA)

Franciana Carneiro de Castro (voluntária/UFAC)

Juliana Nascimento da Paixão (UFPA)

Lanna Edwirges da Silva Costa (UFPA)
Liliane Soares Silva (UFPA)
Rosana Cristina dos Reis Daher (UFPA)
Sara Teles Brito (UFPA)
Salomão Antônio Muffarej Hage (UFPA)
Sônia Eli Cabral Rodrigues (UFPA)
WianneyDinely Silva do Nascimento (UFPA).

Apoio Técnico:

Hádila Maria de Aguiar Pena (UFPA).

Região Nordeste

Pesquisadores:

Carla Manuella de Oliveira Santos (UFAL)
Edna Maria Alves Fernandes (UFRN)
Fabiana Oliveira Canavieira (UFMA)
Josafá Paulino de Lima (UFCEG)
Kátia Patrício Benevides Campos (UFCEG)
Luisa de Marillac Ramos Soares (UFCEG)
Maria Cristina Martins (UFS)
Marlene Oliveira dos Santos (UFBA)
Marli Clementino Gonçalves (UFPI)
Patrícia Gomes de Siqueira (UFPE)
Sílvia Helena Vieira Cruz (UFC).

Apoio Técnico:

Andreza Lima de Azevedo (UFCEG).

Região Centro-oeste

Pesquisadores:

Anamaria Santana (UFMS/Corumbá)
Ivone Garcia Barbosa (UFG)
Adriana Pacheco da Silva Santos (UNEMAT/Sinop)
Camila Cerqueira Dos Santos Silva (UFG)
Danielly Carolinne Freire de Oliveira (UFMS/Corumbá)
Elizete Poleti De Oliveira Dias (UNEMAT/Sinop)

Francy Laura De Moraes (UFMS/Corumbá)

Glades Ribeiro Mueller (UFMT)

Janaina Batista Lino Perez (UNEMAT/Sinop)

Rosiris Pereira De Souza (UFG).

Fizeram parte da equipe os seguintes Assistentes de Pesquisa Voluntários:

Lucilene Santana Gonçalves (UFG)

Marcos Antônio Soares (UFG)

Maria de Fatima Ribeiro (UFMS/Corumbá).

Apoio Técnico:

Ilza Nunes da Cunha Polini (UFMT).

Região Sudeste

Pesquisadores:

Cristiana Callai (voluntária/UFF)

Divina Leila Soares Silva (UFES)

Edmilson dos Santos Ferreira (UFRJ)

Edna Rodrigues da Silva Oliveira (UFF)

Elisângela Carvalho (MST)

Lígia Aquino (voluntária/UERJ)

Kalline Pereira Aroeira (UFES)

Rafael Reis Bittencourt (UFMG)

Rita de Cássia Vieira (UFMG)

Tânia de Vasconcellos (UFF)

Valdete Côco (UFES), Welington Dias (UFMG).

Apoio Técnico:

Érica Dumont Pena (UFMG).

Região Sul

Pesquisadores:

Carolina Machado Castelli (FURG/UFPEL)

Catarina de Souza Moro (MIEIB/UFPR)

Daniele Marques Vieira (MIEIB/UFPR)

Isabela Camini (MST)

Maria Teresa Telles Ribeiro Senna (UFSC)

Valentina Weschenfelder (MIEIB/UNIJUI)

Patrícia RutzBierhals (UFRGS)

SonildaFlorinália da Silva Pereira (CONTAG-RS)

Soraya Franzoni Conde (UFSC)

VerenaWiggers (MIEB/UFSC).

Apoio Técnico:

Crisliane Boito (UFRGS)

Diulia Marina Francesquett (UFRGS).